

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em
Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (PEA)

Adriano de Cerqueira Violante

Moradores e turistas no município de Porto Rico,
PR: percepção ambiental no contexto de mudanças
ecológicas

MARINGÁ - PR
2006

Adriano de Cerqueira Violante

**Moradores e turistas no município de Porto Rico,
PR: percepção ambiental no contexto de mudanças
ecológicas**

Tese apresentada ao programa de Doutorado do Curso de Pós-graduação em “Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais”, da Universidade Estadual de Maringá, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Luzia Marta Bellini

**MARINGÁ – PR
2006**

Adriano de Cerqueira Violante

Moradores e turistas no município de Porto Rico, PR: percepção ambiental no contexto de mudanças ecológicas

Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais.

Aprovado em 13 de julho de 2006

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Luzia Marta Bellini
Orientadora – UEM

Prof. Dr. Josimar Paes de Almeida
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. José Mario Angeli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. João Batista Campos
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Dedico este trabalho

À minha esposa Ivone, meus filhos Adriano e Victória que, à sua maneira,
nunca deixaram de me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq** – pela bolsa de pesquisa concedida;

Ao **Nupélia** que, embora algumas vezes “engessado em insensibilidades”, conta com profissionais formidáveis;

À **Marta Bellini**. A melhor e paciente orientadora que um “terrorista acadêmico” como eu podia ter;

Ao prof. Dr. **Jorge Amarildo da Silva** que, pacientemente, deu-me motivação e dicas para terminar este trabalho;

À minha esposa **Ivone** que agüentou minhas rabugices durante três longos anos;

Aos meus pais, **Mário e Marita** que, mesmo sem saber, deram-me os incentivos necessários para chegar até aqui;

Aos moradores e professores de Porto Rico que me acolheram de forma carinhosa;

A todos que de alguma forma colaboraram com o término desse trabalho, mesmo sem saber, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho norteou-se por apresentar a percepção da dinâmica ambiental de um grupo de moradores e turistas do município de Porto Rico, no noroeste do Paraná, região que teve suas paisagens naturais e sociais alteradas após a implantação das Usinas Hidrelétricas de Rosana no rio Paranapanema, de Porto Primavera e Itaipu no Rio Paraná. Para a concretização deste trabalho realizamos, como primeiro procedimento, a caracterização das Unidades de Conservação (UC), das comunidades tradicionais que vivem nas Unidades de Conservação e de seus problemas com a legislação. Realizou-se, também, um breve levantamento da história do município de Porto Rico, e de sua estrutura sócio-econômica. Outro procedimento metodológico usado foi o levantamento de estudos sobre um dos caminhos que Porto Rico traça para seu desenvolvimento que é o da indústria de turismo. Dessa forma, realizou-se uma descrição sobre do turismo como indústria e do turismo nas UC tratando do ecoturismo e turismo sustentável. Para conhecer a percepção da transformação das paisagens de Porto Rico, pelos moradores, foram entrevistados grupos locais da cidade e turistas que freqüentam a região, em um total de 30 moradores e 12 turistas. As entrevistas foram semi-estruturadas e a análise pautada na teoria da percepção trabalhada por Ferrara (1999b) e Tuan (1980). As falas também foram analisadas com o auxílio da metodologia proposta por Lefevre e Lefevre (2005). Estas teorias nos permitiram analisar/compreender como ambos os grupos percebem a região e suas modificações pós-instalação das usinas hidrelétricas. Ou seja, como os moradores acompanharam essas mudanças e se estas o atendem como comunidade que, hoje, partilham da companhia de turistas. Por outro lado, as percepções dos turistas foram estudadas para se conhecer como estes percebem o local e como o tratam. Como resultado tem-se uma percepção dos moradores e turistas que indicam: a) uma lembrança dos moradores das paisagens do rio Paraná e das ilhas que, hoje, estão modificadas. A evocação destas paisagens naturais mostra que o grupo de moradores vê a sua modificação como uma radical e negativa interferência em seu modo de vida e subsistência. As percepções do futuro do grupo são contraditórias, pois enquanto alguns moradores não apreciam os turistas, outros vêm no turismo “ecológico” local, uma nova oportunidade de emprego; b) O grupo de turistas vê a região e cidade como local de fruição da paisagem natural, de pesca e de descanso de final de semana. Estes não percebem o grupo de moradores como a população tradicional; os têm como possível mão de obra dos serviços de caseiro, por exemplo. Pode-se afirmar que, dentro dos limites do número de pessoas entrevistadas, há uma segregação dos grupos e a proposta de turismo ecológico/esportivo de Porto Rico não atende aos moradores locais que residem na região há mais de 40 anos. Pode-se afirmar também que, enquanto para os moradores toda mudança das paisagens naturais locais está fundamentalmente ligada às suas vidas, para os turistas, as modificações são aquelas que os atendem em relação ao descanso e fruição da natureza. Para os moradores está “nova” natureza os joga a uma vida de incerteza quanto ao trabalho e ao futuro.

ABSTRACT

This work has aim to show the perception of the environmental dynamic of a group the dwellers and tourists in the Porto Rico city, in the north-west part of the Paraná state, Brazil that has the natural landscape and social costumes modified after the implantation of the hydro-electric station of the Rosana dam in the Paranapanema river, Porto Primavera and Itaipu dam in the Paraná river. For this goal we make as first procedure a characterization of the Conservations Units, the traditional community that live in the Conservations Units and yours problems with the low. We realize too, a brief study of the history of the Porto Rico city and the socio-economics structure. Other methodological procedure was a study categorization about a way that Porto Rico, PR makes to yours development: tourism industry. For this we realized a brief description of the tourism as industry and the tourism in the Conservations Units put the eco-tourism and sustainable tourism in projection. To know the perception of the disturb of the landscapes the Porto Rico, PR for the residents we make interviews in the local groups and tourists that visit the region and the city, totalized 30 residents and 12 tourists. The interviews are semi-structured and the analyzed of the interviews make in the light of perceptions theory, work for Ferrara (1999b) and Tuan (1980). The lines are analyzed with help the methodology proposed by Lefevre e Lefevre (2005). These theories we allow analyze / understood as both groups make insights about the region and yours alterations pos-installations of the hydroelectric station. Or, as the residents to accompanied this alterations and if these to complementation as community that, today, share with tourists. For other hand, the perceptions of the tourists are studied to know as these tourists to perceive the local and as them related with the environment. As result we have a perception these residents and tourists that indicate: a) a memory of the dwellers of the landscape of the Paraná river and the islands that, today, are modified. The evocation of these natural landscape show that the group of the residents see the yours modification as a radical and negative interference in your way of life and subsistence. The perceptions of the future of the group are contradictories, because while some residents do not like the tourists, others seem the local ecologic tourism, as a new opportunity of job; b) the tourist group see the region and city as a local to enjoy the usufruct of the natural landscape, of fishing and place to rest in the week end. This group does not seem the resident group as a traditional population; to assume them as possible workers as housekeeper and caretaker, for instance. We can affirm that, in the limits of the number of people interviews, there are a segregation of the groups and the proposition of the tourism ecologic/sportive to Porto Rico do not attend to the local dwellers that live in the region more than 40 years. We can affirm too, that whereas to the residents all this change of the natural local landscape is fundamentally connected in yours lives, to the tourists, the modifications are these that correspond in relation to the rest and use of nature. To the residents this “new” way put them to a uncertain life about your job and the your future.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Localização do município de Porto Rico.-----	15
Figura 2.	Mapa dos parques e APA.-----	16
Figura 3.	Mapa das Ilhas do rio Paraná. -----	19
Figura 4.	Cidade de Porto Rico.-----	36
Figura 5.	Rio Paraná visto da cidade de Porto Rico. -----	53
Figura 6.	Condomínio nas proximidades da cidade de Porto Rico, mostrando o rio Paraná, em baixo. -----	55
Figura 7.	Selva domesticada. -----	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Desenvolvimento do turismo sustentável X turismo de massa.	50
Tabela 2. Principais impactos do turismo sobre culturas e sociedades locais.	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

UC – Unidade de Conservação

UHE – Usina Hidrelétricas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Objetivos:	15
Justificativa.....	23
Objeto de pesquisa.....	23
Procedimentos metodológicos.....	24
Tipo de pesquisa:	24
Os atores sociais/sujeitos da pesquisa:	24
Instrumento de pesquisa	25
Procedimento	25
Material.....	26
1 POPULAÇÃO TRADICIONAL E TURISTAS EM PORTO RICO: CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E UM POUCO DE SUA HISTÓRIA ..	27
1.1 A Planície de Inundação do Alto Rio Paraná	27
1.2 A cidade de Porto Rico.....	31
1.3 Os ilhéus na região de Porto Rico.	36
1.4 Populações Tradicionais	39
1.5 Turismo e o turismo em Porto Rico	41
2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM SUA DINÂMICA ECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL COMO OBJETO DE ESTUDO.....	63
3 O CONCEITO DE PERCEPÇÃO.....	85
4 ILHÉUS E TURISTAS: A PERCEPÇÃO DOS DOIS ATORES ACERCA DO RIO E DAS ILHAS DE PORTO RICO.....	93
4.1 Os moradores das ilhas: percepção do ambiente e de suas vidas	93
4.2 A percepção dos turistas e/ou moradores ocasionais dos condomínios fechados de Porto Rico.....	105
CONCLUSÕES	110
REFERÊNCIAS	115
GLOSSÁRIO.....	122
Anexo 1	125
Anexo 2	126

Nós, os pouco felizes

Ana Miranda

Nós, os seres humanos
que vivemos em casas ou apartamentos,
e não em acampamentos nem nos viadutos,
nem nas favelas ou nos hospícios,
nós que vivemos em residências de cujas janelas
podemos ver a cidade em seus ofícios e vícios,
ou as paisagens do campo e suas luzes,
nós que sabemos cantar em prosa e verso,
que podemos andar, sorrir, comer,
temos a indústria e o comércio,
e conta nos bancos, universitários,
que nunca fomos à guerra ou despejamos mísseis,
nós que podemos ver o mar, as ilhas,
as aves, as montanhas, o céu belíssimo,
as nuvens pretas, as estrelas,
a amplidão do mundo,
que temos mapas e a astronomia,
médicos e anestesia, hospitais e poesia,
que podemos viajar, olhar vitrines e comprar,
nós, ai, nós, que sabemos ler e lemos livros,
temos fogões em nossas casas,
temos camas, temos sexo e desejo, temos o beijo,
nós que ouvimos música no rádio ou em discos,
que temos filhos com todos os dentes,
escola, agasalho e nem vivemos em Cuba,
nós que não somos curdos,
nem etíopes nem angolanos,
que temos florestas imensas, rios, terras,
temos seca e temos chuva,
temos quadros e gravuras,
o luar do sertão e as araras,
que choramos no cinema,
que temos alma e lágrimas,
mil caras, uma só, dedos sensíveis e crenças,
amores secretos, jornalistas altruístas,
padres guerrilheiros, músicos ardentes, escritores,
sindicalistas, líderes sem-terra à vista,
violetas repentistas, loucuras, alvará de soltura,
uma terra com palmeiras onde canta o sabiá,
que temos carro ou sapato sem furo,
temos o passado e o futuro,

nós que assinamos revistas e jornais,
temos casa de campo, mesmo que seja de um amigo
onde há cavalos e pirilampos,
nós que jantamos à luz de velas,
tomamos vinho e meio embriagados
lemos poemas para os passarinhos,
ou para as belas mulheres,
ou para o ser que amamos, e amamos vários,
nós que somos amados, que vamos à praia
ou não vamos mas esperamos a praia vir a nós,
que vestimos roupas e usamos um antigo anel de família
que ainda não foi roubado, e que talvez nunca seja,
que tomamos cerveja,
que temos a confissão e o perdão,
que acordamos tarde e não andamos de trem,
que temos salário, ou renda fixa,
emprego, família, paixão,
nós que temos corpo e estamos vivos,
temos amigos, temos trabalho, fazemos exercícios,
somos hedonistas, artistas, poucos,
nós que fazemos cinema,
que sentimos o perfume e temos sonhos,
que adoramos ouvir histórias
contadas por qualquer estranho,
que dançamos alegres com as crianças,
que gostamos de lareira e frio,
sorvete e calor, o limpo e o macio,
que sonhamos navegar tornando o mundo pequeno,
que usamos biquínis e tangas,
desfilamos nossos seios nus nas escolas de samba,
que não somos da ralé nem da choldra,
nem da rafaméia nem do lúmpem nem da miséria,
que especulamos e ganhamos mas também perdemos,
nós que temos raízes, diretrizes, teatro,
damas atrizes, jogadores, senadores,
ai de nós, perdoai-nos,
somos os pouco felizes.

A fé do cientista:

Vejo e não creio.
Duvido.
Se não vejo, respeito,
Mas nego,
Logo, aceito.

Leio e não encontro.
Teorizo.
Nego e renego
Na esperança inglória
De ao testar a hipótese
Encontrar a glória
De aumentar meu credo.

Se preciso for
Abstraio-me
Transcendo e
Do mundo do nada
A resposta ao tudo espero.

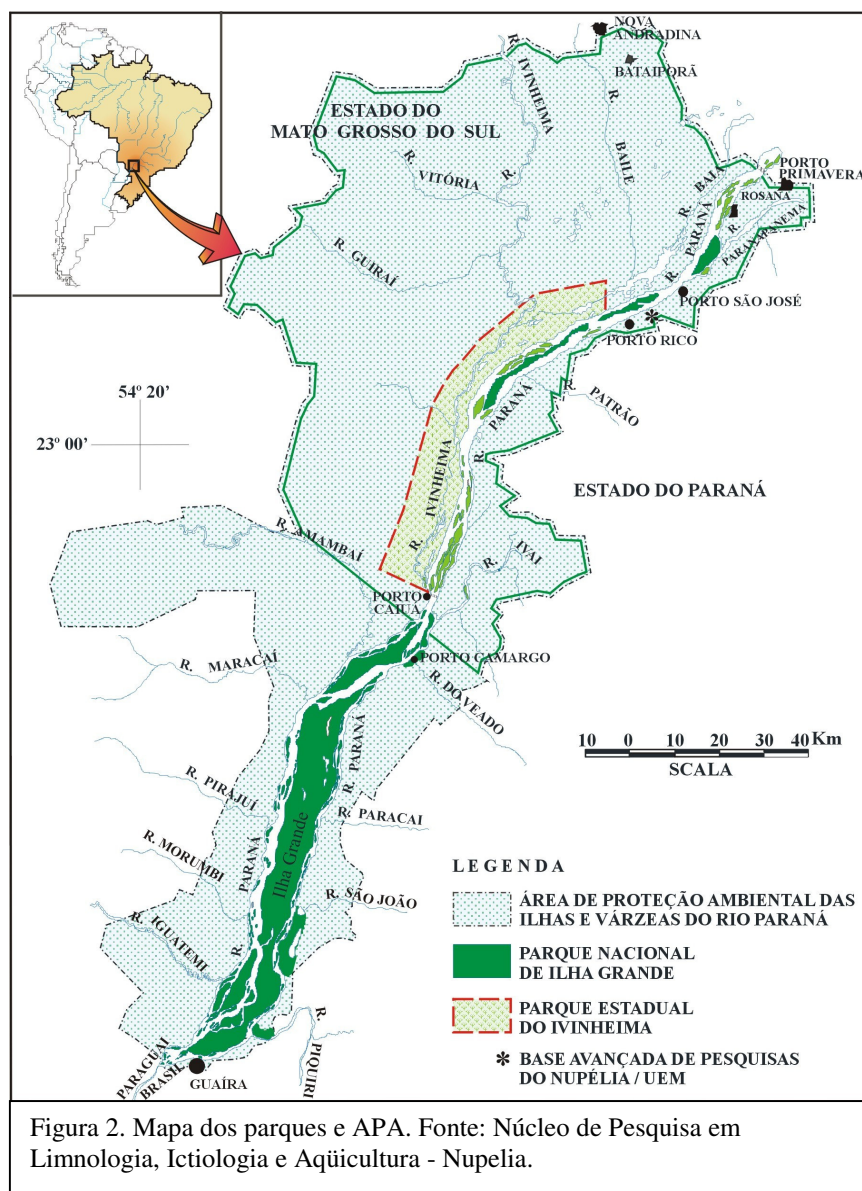
Se ainda assim permanecer nas trevas
Se os céus quiserem ocultar-me o certo
E me negarem a maravilha infinda,
Por esgotar o que me há de humano
Não me desespero.
Opto,
Logo, creio sem ter visto.

Alberto Mesquita Filho

Com um passado de lutas e colonização que remonta a mais de dois mil anos, em 1982, iniciou-se uma “nova” história de Porto Rico e sua região. Neste ano houve o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a formação do respectivo lago que encobriu o grande patrimônio natural: o salto das Sete Quedas, em Guaíra, PR. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu a jusante da cidade de Porto Rico e as barragens de Porto Primavera¹ e Rosana² à montante (Figura 1), dinâmica hidrológica de uma região conhecida como Planície de Inundação do Alto Rio Paraná ou, como definem os moradores da região, de varjão (CARVALHO, 2002), foi alterada. As UHEs modificaram a organização do trabalho dos moradores das ilhas locais. A criação do Parque Nacional de Ilha Grande, do Parque Estadual do Ivinheima (MS) e da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná (Figura 2), fez com que os moradores que pescavam, plantavam e criavam animais nas ilhas ficassem praticamente sem a subsistência da qual dependiam há pelo menos 4 décadas.

¹ A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, também chamada de Usina Hidrelétrica Porto Primavera, está localizada no Rio Paraná, 28 km a montante da confluência com o rio Paranapanema. A primeira etapa do enchimento do reservatório foi concluída em dezembro de 1998. Em Outubro de 2003, entrou em operação a unidade geradora 14, totalizando assim, 1.540 MW de potência instalada. As três primeiras unidades completaram a entrada em operação em março de 1999 (CESP, 2006).

² A hidrelétrica de Rosana foi iniciada em julho de 1980, e sua operação começou em março de 1987, com a instalação da primeira unidade geradora. Está situada no rio Paranapanema, entre os municípios de Rosana (SP) e Diamante do Norte (PR) (DUKE ENERGY, 2006).



Agostinho (1998) apontou as alterações sociais, econômicas e culturais na região ocasionadas em decorrência dos represamentos do rio Paraná. Estes represamentos levaram à redução de áreas naturalmente férteis com a conseqüente redução no rendimento agrícola; a remoção de populações para áreas inóspitas e de menor fertilidade. Alguns vilarejos da região foram abandonados, pois o comércio enfraqueceu com a saída da população rural e com o alagamento das estradas de acesso. Agostinho (1998) descreve também, as alterações da fauna aquática, sobretudo as modificações do regime de vazão e de qualidade da água do rio Paraná que levaram às mudanças bióticas e alteração e eliminação de habitats. As

barragens e a eliminação de barreiras naturais como Sete Quedas provocaram o aumento das espécies de peixes sedentárias de pequeno porte e de baixo valor comercial e redução na quantidade de peixes migradores de maior valor comercial.

Para Agostinho, Gomes e Zalewski (2001, p. 211) a maioria dos alevinos (filhotes) de grandes peixes migradores permaneciam, preferencialmente, em lagoas formadas com as cheias naturais, ambientes rasos com estratificação diária de temperatura e ricas em plantas aquáticas (macrófitas). Este ambiente propiciava condições adequadas de oxigênio, alimentação e abrigo contra a predação de peixes maiores. Durante o período de retração das águas, os juvenis dos grandes peixes migradores abandonam as águas rasas das lagoas e retornam ao rio, já mais crescidos.

Uma das causas da diminuição do número de lagoas naturais foi a retenção da água pelas barragens. Para Agostinho, Júlio Jr. e Borguetti (1992) os represamentos causaram impactos para a ictiofauna, pois “[...] a colonização do novo ambiente, feita a partir das espécies pré-existentes beneficia espécies de menor porte com alta taxa de crescimento e elevado potencial reprodutivo”. Naturalmente, estas novas condições ecológicas influenciaram diretamente na vida dos pescadores.

Pesquisas feitas pelo Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura – Nupélia, da Universidade Estadual de Maringá, quando da formação do reservatório de Itaipu em finais da década de 1980, das doze espécies de peixes³ mais abundantes na pesca do rio Paraná, apenas duas se mantiveram entre as mais pescadas após o represamento. Já no site da Itaipu Binacional (www.itaipu.gov.br, 2006) os dados, de início da década de 2000, indicam que os peixes mais capturados nesse local foram o armado, *Pterodoras granulosus*, com 38% da captura total (cerca de 550 toneladas/ano) e a curvina, *Plagioscion squamosissimus*, com 15% da captura total e cerca de 210 ton/ano.

³ As doze principais espécies em frequência de captura foram: *Hypostomus sp.* - cascudo, *Hoplias malabaricus* - traíra, *Ancistrus cirrhosus* – (família do cascudo), *Ageneiosus valenciennesi* - manduvê, *Rhamdia hilarii* - jundiá, *Astyanax eigenmanniorum* - lambari, *Oligosarcus sp* - saicanga, *Gymnotus carapo* - tuiuba, *Salminus maxillosus* - dourado, *Galeocharax knerii* – peixe-cadela, *Plagioscion squamosissimus* – curvina e *Prochilodus scrofa* - curimba, sendo que apenas os dois últimos se mantiveram entre as espécies mais capturadas após o represamento (Agostinho, Julio Jr. e Borguetti, 1992).

Esta alteração ambiental, que alterou a qualidade e quantidade do pescado, provocou grande impacto social e econômico sobre os pescadores profissionais da região de Porto Rico. Para Agostinho (1998), a pesca que era exercida com o uso de anzóis, arte na qual o pescador tinha muita experiência, exigia pouco investimento e era adequada ao pescado de alto valor comercial, passou a ser realizada sobre peixes de menor porte, com o uso de redes de espera, demandando maior custo e aprendizado. Entretanto, alguns moradores de Porto Rico, em comunicação pessoal, relataram que essa prática de pesca com rede de espera já era feita por seus pais na década de 1960 e 1970.

Somente em dezembro de 2002, a hidrelétrica de Itaipu, abriu um canal para que estes peixes pudessem migrar. Este canal foi feito após um estudo científico sobre a migração de peixes no rio Paraná, iniciado em 1997 pelo Nupélia que permitiu que o Canal da Piracema, rio artificial, fizesse a ligação do reservatório da Itaipu com o Rio Paraná, a jusante da usina (ITAIPU BINACIONAL, 2006). A barragem de Itaipu, desde seu fechamento em 1982, atuou como uma grande barreira artificial, impedindo os peixes (em sua maioria, grandes peixes migradores) de subirem o rio Paraná para, neste local, iniciarem seu ciclo de reprodução⁴.

O rio Paraná na região de Porto Rico apresenta diversas ilhas e canais naturais com grande diversidade de fauna e flora. Embora sua história date de mais de 2.000 anos atrás, com os jesuítas e a república Guarani, nestas ilhas temos uma história recente de povoamento desde a década de 60 do século XX. Uma das maiores ilhas em frente à cidade de Porto Rico⁵, a ilha Mutum (Figura 3), se destaca pelo seu tamanho diante das outras. Com 14,6 km de extensão e aproximadamente 1,1 km de largo, situa-se a 800 metros do continente. O

⁴ Bonetto (1986) considera Sete Quedas como uma barreira natural separando duas províncias ictiofaunísticas, a do Alto rio Paraná e o Médio rio Paraná (abaixo de Sete Quedas), já Galdino *et al.* (2006) dizem que os resultados genéticos obtidos em pintado, (*Pseudoplatystoma corruscans*), piapara (*Leporinus elongatus*) e jurupoca (*Hemisorubim platyrhynchos*), fornecem indicações suficientes para sustentar a conclusão de que os saltos de Sete Quedas constituíam uma barreira que promovia, ao menos parcialmente, o isolamento reprodutivo entre as populações de pintado e piapara residentes a montante e a jusante. O obstáculo oferecido por Sete Quedas não seria absoluto, pois foi detectado fluxo gênico equivalente a dois migrantes por geração em pintado e cerca de 1,4 em piapara. O distanciamento encontrado suporta a interpretação de que, embora em níveis baixos, há diversidade genética entre as populações, das espécies analisadas, do médio e alto rio Paraná.

⁵ O município de Porto Rico possui 16 ilhas: Boa Vista, Coutinho, Japonesa, Floresta, Bandeiras, Pombas, Defunto, Carioca, do Pacú, Santa Rosa, Sílvia, Cajá, Mandaguari, das Vacas, Porto Rico e Mutum (GODOY, 2006).

primeiro registro de ocupação do arquipélago Mutum (figura 3), que inclui as ilhas Porto Rico, Mutum, Melosa, Machado e Pithi, data do ano de 1952. Entre 1964 a 1966, esta ilha já apresentava, 31 casas. A ilha Porto Rico continha 5 casas (GODOY, 2001).

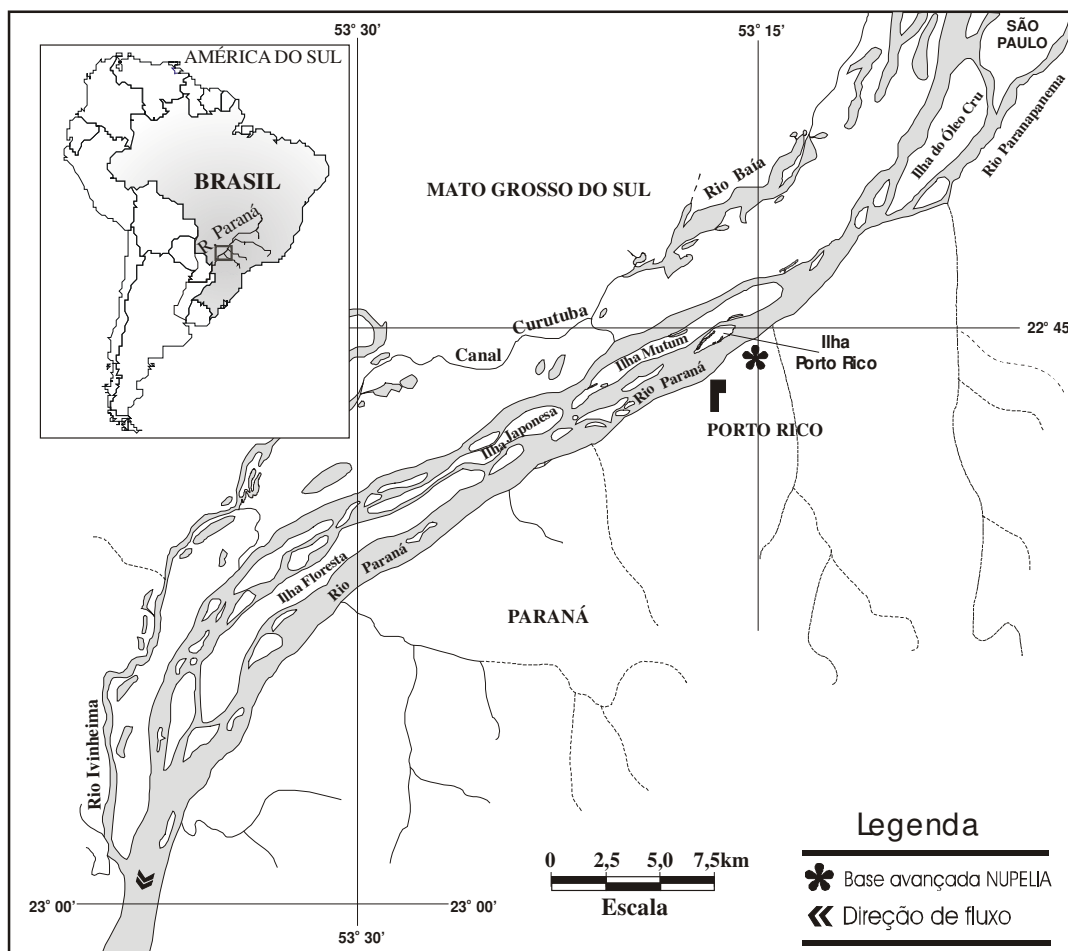


Figura 3. Mapa das ilhas do rio Paraná na região de Porto Rico, usado pelo Nupélia em suas pesquisas. Fonte Nupélia.

Ambas as ilhas eram povoadas por lavradores - pescadores. A ocupação se deu de forma mais intensa quando as transformações na agricultura e expansão da pecuária expulsaram os pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros dos municípios próximos ao rio Paraná. A partir de 1983, as várzeas e ilhas, que absorviam a população expulsa do continente, foram sendo ocupadas pelos fazendeiros da região para a manutenção do gado durante os meses de seca, quando as pastagens no continente eram insuficientes para a manutenção do mesmo (GODOY, 2001).

Silva (2002) relata-nos as alterações que levaram a ocupação das ilhas: a concentração fundiária⁶; a substituição da cafeicultura, que absorvia muita mão-de-obra, pela pecuária ou culturas passíveis de mecanização (que dispensavam trabalhadores), já denunciada por Tommasino (1985) como reserva de mão-de-obra dos diversos setores econômicos devido à migração para fora do Estado ou para outras cidades.

Silva (2002) descreve as condições de vida dos moradores das ilhas, ressaltando os laços sociais de vizinhança e solidariedade nos mutirões para o preparo, plantio e colheita, sendo que sua tradição os remete a uma descendência camponesa; também havia solidariedade nas campanhas de pesca e nos momentos de urgência em questões de doenças e acidentes, o que é corroborado por Tommasino (1985) quando se refere que a ajuda mútua era muito comum entre os ilhéus do arquipélago do ex-Parque Nacional de Sete Quedas nas proximidades da cidade de Guaíra-PR.

Em 1993, Tomanik, Godoy e Ehlert (1997, p. 403) realizaram um censo sócio-demográfico e ocupacional na cidade de Porto Rico e detectaram que “o rio Paraná, embora tido como fonte de riqueza, não é fonte direta de trabalho”. Apenas 7,4% das ocupações eram ligadas ao rio, como pescador, vendedor de gelo ou dono de barco de aluguel. Esses autores detectaram, também, que 25,3% dos trabalhadores de Porto Rico são funcionários públicos ou 44,1% do número de trabalhadores remunerados urbanos, confirmando o que diversos entrevistados desse trabalho afirmaram: faltam alternativas de trabalho na cidade.

Tomanik (1997), Tommasino (1985) e Silva (2002) já haviam mostrado que no passado, nas décadas de 1960 e 1970, os moradores de Porto Rico e do ex-Parque Nacional de Sete Quedas tinham mais fartura de peixe e de retiradas da lide agrícola e que, nesta época, a vida parecia mais fácil para estes habitantes.

Na cidade de Porto Rico, convencionou-se chamar de turista todo visitante regular ou não, possuindo residência ou não, na região (SILVA, 2002). Como veremos, os turistas procuram um local para descansar, praticar esportes náuticos, passear de barco, tomar

⁶ Embora houvesse aumentado as áreas de lavoura entre 1970 e 1980, o censo agropecuário de 1985 registrou a redução de quase 100 mil estabelecimentos agrícolas, indicando a incorporação de terras por um número menor de propriedades, configurando uma considerável concentração fundiária (SILVA, 2002).

banho de sol ou de rio, repousar nas pousadas, visitar as ilhas, pescar ou simplesmente ficar à margem do rio.

Medeiros (2003, p. 76 - 77) destaca Porto Rico como “Cidade Turismo” mostrando que a administração municipal desta e de várias cidades vizinhas ribeirinhas participam de um projeto com forte marketing turístico regional. Esta propaganda tem sido imposto à população como a “única vocação” do município, uma vez que as atividades primárias de produção, como pecuária, agricultura (lavouras temporárias e permanentes, trabalho de “bóia fria”), a pesca e a extração de areia são pouco rentáveis à população pobre, pois percebem baixa remuneração.

Outro problema na cidade de Porto Rico são os condomínios fechados. Nestes existem grandes mansões que Silva (2002, p. 81) as acusa de contrastar de “forma gritante” com a paisagem natural que, esteticamente requeria um padrão mais rústico. Embora saibamos da importância econômico-financeira destes investimentos e dos turistas que as habitam, pois estes movimentam, ainda que pareça pouco, a economia local, ofertando alguns empregos diretos e indiretos, é questionado o local onde são implantados. Silva (2002) ainda comenta sobre as grandes propriedades nas ilhas, onde caseiros eram (e ainda são) empregados e “guias de pesca”. Medeiros (2003, p. 84) apresenta a descrição dos loteamentos feita por um menino por ela entrevistado: “De que adianta esvaziar as ilhas se a prefeitura faz loteamentos próximo ao rio para a construção de condomínios residenciais fechados?” É como se este questionasse as matas ciliares, os esgotos, os gastos com turistas enquanto a população fica com a “menor parte” do bolo.

Medeiros (2003) registrou por meio de fotografia a retirada de árvores nativas de grande porte feita por um condomínio na cidade de Porto Rico. A autora também apresenta a percepção de crianças sobre a paisagem urbana e os cenários cindidos em “público, ruim e feio” e o “privado, belo e bom”, sendo os condomínios com suas ruas pavimentadas com lajotas de cimento o cenário belo e o outro, os “bairros pobres”, o cenário feio, de chão batido. Medeiros (2003, p. 101) trabalhando com essas crianças menciona que, na percepção dos alunos da escola, “para a população local o prefeito está ‘investindo’ no divertimento [...] dos turistas”.

Em uma pequena cidade ribeirinha como Porto Rico, praticamente todos os habitantes se conhecem. A vinda de pessoas estranhas para passear ou apenas “curtir” o rio mostra-se como um fato, atualmente corriqueiro, mas que apresenta o aparecimento de um grupo diferente para os nativos. Este novo grupo traz pensamentos e pretensões diferentes e, de certa forma, causa impacto ao comércio e à cultura local.

Justificativa

Justificamos este trabalho pela necessidade de discutir a percepção ambiental de dois atores sociais: o grupo de moradores tradicionais do local e o grupo de visitantes, ocasionais ou não como forma de conhecimento da interação desses dois grupos (ou não) e indicar como estes se situam após as mudanças ambientais e culturais. Trata-se, então, de reconhecer quais são as percepções dos ilhéus e moradores da região de Porto Rico após as mudanças na paisagem ecológica e no meio social ocorridas após 1982. Neste ano, quando do enchimento do lago da barragem de Itaipu e depois em 1998 da construção das hidrelétricas de Porto Primavera e em 1987 com a construção da Hidrelétrica de Rosana, a história ambiental e social se modificou. Uma nova e mais dura realidade ocorreu, e ainda ocorre com os ilhéus do rio Paraná, que lutam quase 30 anos para serem reconhecidos como população que tem seus direitos à terra e a subsistência. Como os moradores vêem seu presente atual e quais seus anseios em relação ao futuro próximo são também discutidos nesse trabalho.

Objeto de pesquisa

Nosso objeto de pesquisa é o estudo das percepções dos moradores, ilhéus e ex-ilhéus de Porto Rico e dos turistas após as mudanças ambientais na região. Os problemas de pesquisa foram: como os moradores dessa comunidade percebem as alterações causadas pelas barragens e pela criação das UC nas suas vidas? Como os turistas/visitantes da cidade de Porto Rico, (que têm casas de veraneio nas ilhas ou nos condomínios e/ou que pescam eventualmente) percebem essa região, constituída por áreas de preservação e pela cidade que tenta incorporar uma nova ordem econômica?

Procedimentos metodológicos

Tipo de pesquisa:

Delineamos a pesquisa de acordo com os princípios da investigação qualitativa e, como método de obtenção de dados, adotamos entrevistas com perguntas abertas. A pesquisa qualitativa possibilita o estudo de questões que não podem ser quantificadas como, por exemplo, os anseios, os sentimentos, as motivações, as crenças e as atitudes individuais que fazem parte do contexto da pesca, da lida na terra e das relações sociais. Além disso, a pesquisa proposta não tem como meta uma representação numérica do grupo pesquisado e sim a sua compreensão enquanto grupo social, uma organização, uma instituição, uma trajetória de vida. No caso desta pesquisa nossa intenção foi compreender as percepções dos moradores acerca das alterações ambientais e sociais ocorridas em suas vidas após a implantação das usinas hidrelétricas no Rio Paraná e no rio Paranapanema.

Esta abordagem qualitativa fundamentou a entrevista com dois atores sociais: moradores de Porto Rico e turistas que freqüentam a região. De acordo com Bauer e Gaskell (2003, p. 18-19) a pesquisa empírica exige: a) observação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos deste acontecimento, ou seja, das observações dos atores; b) técnicas de entrevista e a interpretação dos sinais deixados pelos atores; c) uma análise sistemática. E segundo os autores, os registros que fazemos por meio das entrevistas em uma comunidade qualificam uma pesquisa como etnográfica.

Os atores sociais/sujeitos da pesquisa:

Grupo 1: foram entrevistados 30 moradores de Porto Rico constituídos por pescadores, ilhéus e ex-ilhéus e estudantes da Escola Estadual Manoel Romão Netto. 13 pessoas eram do sexo masculino e 17 do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou entre 17 e 74 anos.

Grupo 2: foram entrevistados 12 turistas: veranistas ocasionais, moradores de condomínios e donos de casas nas ilhas.

Instrumento de pesquisa

Consistiu de um questionário de 8 a 12 perguntas que foram elaboradas de acordo com pesquisas similares utilizadas nesta situação. Ferrara (1999b) foi consultada por seu estudo com percepção ambiental. O trabalho de Silva (2002) e Polinari (1999) foram as referências para a elaboração do questionário aplicado aos moradores e turistas. ANEXO 1 e 2.

Procedimento

Os sujeitos do grupo 1 foram entrevistados em sua residência ou em ambiente em que se sentiam bem, como na barranca do rio ou em seu local de trabalho. Com seu consentimento as entrevistas foram gravadas em fita cassete. As entrevistas duraram em média 2 horas. Alguns entrevistados, pela sua experiência, disponibilidade e vontade de narrar antigos acontecimentos voltaram a ser contatados para continuar contando suas aventuras e desventuras. O Sr. Otávio Pereira Cândido, vulgo Sr. Otávio e o Sr. Antonio Marcos, vulgo Sr. Toninho foram entrevistados quatro vezes, revelando novidades em cada encontro. Outros, pela dificuldade em encontrá-los (moravam nas ilhas) e pela riqueza de suas histórias, deixaram que passássemos um dia inteiro com eles, em suas casas insulares. Nestes locais, tomamos café - plantado e moído no local, observamos suas “posses”, seus caprichos e os objetos de sua admiração, bem como parte do resultado de sua lide na ilha. Ainda outros entrevistados (as) buscaram fotografias e/ou suas esposas/maridos para ilustrar e/ou confirmar determinadas passagens da narrativa. Convivemos e comprovamos a humildade e simplicidade de uma gente que teve muita fartura no passado, sabe o que significa trabalho duro e sente, infelizmente, que os dias que virão não irão trazer muita esperança de um futuro melhor.

Os sujeitos do grupo 2 foram entrevistados em suas residências nos condomínios ou em suas casas alugadas na cidade. Três deles foram entrevistados na marina, enquanto guardavam seus barcos e se preparavam para partir de Porto Rico. As entrevistas duraram cerca de uma hora e quase sempre terminavam com um café, ou com uma refeição. Embora esta não seja uma forma ortodoxa de trabalho, criava uma cumplicidade com o entrevistado

fazendo com que o entrevistador pudesse atingir seu objetivo, que é a captação de informação, muitas vezes implícita, que nos momentos de descontração e confiança era revelada.

Elaboramos perguntas em uma ordem (anexo 1 e 2), porém, à medida que fazíamos uma questão, o entrevistado podia respondê-la de acordo com sua disposição pessoal. Depois da primeira questão, dependendo das respostas dos entrevistados, o entrevistador podia fazer perguntas suplementares sempre que algo não previsto aparece e o pesquisador considerar importante para sua investigação.

Para a interpretação das entrevistas usamos a literatura consultada e a análise das falas dos entrevistados. Para Lefevre e Lefevre (2005) quando se busca resgatar a percepção de uma comunidade a respeito de um dado tema, por meio de uma pesquisa social, é necessário considerar que a percepção ou a opinião dos indivíduos que compõem esta coletividade só podem ser vistos como um depoimento discursivo. Ou seja, um depoimento é uma manifestação lingüística de um posicionamento em torno de um assunto, composto por uma idéia central e de seus respectivos conteúdos e argumentos. Dessa forma, dificilmente o pensamento coletivo é apresentado, como resultado final, em seu modo natural, sob a forma de um discurso coerente, com conteúdos e argumentos.

Nosso objetivo foi de evitar um conjunto de respostas tipo “sim e não” e procurar um discurso mais realístico, embora sabendo que o conjunto das respostas leva a um discurso teórico gerado fora do espaço dos depoimentos. Segundo Lefevre e Lefevre (2005):

[...] o pensamento coletivo não existe em si, empiricamente, como discurso, pois a única forma imaginada de resgatá-lo como discurso seria um metadiscurso sobre a realidade. Nesse sentido, e em conformidade com essa prática, o pensamento coletivo equivale a sua explicação ou interpretação.

Material

Usou-se para a entrevista um micro gravador – Microcassete Recorder Panasonic RN-404.

1 POPULAÇÃO TRADICIONAL E TURISTAS EM PORTO RICO: CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O inexplicável horror
De saber que esta vida é
verdadeira...

Fernando Pessoa
O Horror de Conhecer

Moradores e turistas são dois atores sociais presentes atualmente na região de Porto Rico. A história ambiental mais recente de Porto Rico e das ilhas próximas foi marcada pela instauração da maior e mais bem sucedida usina hidrelétrica do país do ponto de vista econômico, a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Vamos caracterizar a região da Planície de Inundação do Alto Rio Paraná mostrando sua importância e um pouco da história da cidade de Porto Rico, seus habitantes mais tradicionais e os turistas que freqüentam atualmente esse local.

1.1 A Planície de Inundação do Alto Rio Paraná

Olhando para um mapa hidrográfico brasileiro, nota-se que a bacia do Paraná é a que apresenta maior número de usinas hidrelétricas, embora não seja a maior bacia, é responsável por mais de 70% da produção de energia elétrica gerada no país (AGOSTINHO e JÚLIO Jr., 1999). Em seu canal estão instaladas grandes usinas hidrelétricas como Ilha Solteira (a quarta maior do Brasil) e Itaipu, a maior⁷ usina do Brasil e do mundo. Em seus inúmeros afluentes temos, entre outras, a barragem de Itumbiara (quinta maior do Brasil) e de São Simão (sétima maior) no rio Paranaíba; no afluente de Corumbá temos a barragem de Corumbá I; no rio Grande a barragem de Furnas e Marimbondo entre muitas outras; no rio Paranapanema a barragem de Rosana, Taquaruçu,

⁷ Quando nos referimos às maiores usinas do Brasil estamos nos referindo à capacidade instalada, à quantidade de energia que é gerada, e não ao tamanho do lago formado ou das estruturas de engenharia.

Capivara e diversas outras. No rio Iguaçu, ainda na bacia do Paraná, logo abaixo de Itaipu, se encontra a barragem de Foz do Areia (sexta maior do Brasil) entre outras (ITAIPU BINACIONAL, INFORMATIVO TÉCNICO, 1998?). A bacia do rio Paraná tem muitos problemas ambientais, pois é o local de maior densidade populacional do Brasil. Segundo Agostinho e Júlio Jr. (1999), a produção de energia hidrelétrica, a drenagem de grandes áreas, áreas densamente povoadas, a implantação de grandes centros urbanos, industriais e agrícolas, promove o empobrecimento da fauna da região, particularmente em relação a ictiofauna de maior porte, devido à destruição de habitats e à poluição causada.

Para o nosso trabalho, as barragens que apontaremos são as que se encontram logo à montante da área de estudo, principalmente Porto Primavera e Rosana, pois estas controlam o fluxo de água dos rios Paraná e Paranapanema, respectivamente, impedindo as cheias naturais na região e, à jusante – Itaipu (figura 1). Como a planície de inundação é uma área de baixa declividade, 0,8 cm/km (AGOSTINHO e JULIO Jr., 1999) ou 0,09 m/km (AGOSTINHO, THOMAZ, MINTE-VERA e WINEMILLER, 2000), o rio Paraná apresenta muitos canais alguns largos e ramificados, algumas vezes com planos aluviais extensos e grande acumulação de sedimentos em seu leito. Nas décadas passadas esta área era freqüentemente alagada pelas cheias do rio Paraná. Denominada de Planície de Inundação do Alto Rio Paraná, esta planície é uma área restrita de 230 km localizada acima do reservatório de Itaipu e à jusante da barragem de Porto Primavera. Até este momento o único trecho livre de barragens e de seus lagos em território brasileiro, exceto por cerca de 30 km à jusante da barragem de Itaipu, correndo em território argentino e paraguaio.

Para Junk, Bayley e Sparks (1986, p. 112), estas áreas são de grande importância ecológica na proteção de espécies. Estes autores definem planície de inundação como “[...] áreas periodicamente inundadas pelo fluxo de rios ou lagos e/ou pela precipitação direta ou pelo lençol freático; o ambiente físico-químico resultante causa à biota⁸ respostas adaptativas morfológicas, anatômicas, fisiológicas, fenológicas⁹ e/ou etológicas¹⁰ produzindo estruturas características na comunidade”. Esta definição ecológica reconhece que as enchentes

⁸ Biota – espécies de todas as plantas e animais que aparecem dentro de uma área ou região delimitada. (KREBS, 1986, p. 705).

⁹ Fenologia – Estudos dos fenômenos periódicos (estacionais) da vida animal e vegetal e suas relações com o tempo e o clima (por exemplo, a época de floração das plantas). (KREBS, 1986, p. 706).

¹⁰ Etologia – Referente ao estudo do comportamento animal.

causam um impacto perceptível sobre a biota e a biota mostra uma reação definida à inundação.

As migrações de desova de peixes como *Prochilodus scrofa* - curimba entre outros estão ligadas às inundações. Os ovos são transportados pela correnteza para dentro das áreas recém alagadas, onde a “[...] água oferece condições de oxigênio suficientemente boas, alimentação adequada e ainda proteção para os alevinos” (JUNK, 1980, p. 785-790). Segundo Agostinho et al. (2004), resultados de diversos estudos de habitats na Planície do Alto Rio Paraná sugerem que as lagoas desse local são ambientes ricos em diversidade de fitoplâncton, perifíton, rotíferos, macrófitas aquáticas, organismos bentônicos e peixes.

Gopal e Junk (2000, p. 3) relatam que planícies de inundação, um tipo de *wetland* (terras úmidas ou alagadas), têm sido extensivamente estudadas por sua ecologia, gerenciamento ou reparação, embora seja pouco entendida e sua biodiversidade tenha recebido muito pouca atenção. Para Gopal e Junk (2000), a interação entre diferentes componentes hidrológicos, geomorfológicos, solo, química da água e clima resulta em uma grande diversidade de habitats que, por sua vez, se levarmos em conta aspectos temporais e espaciais, asseguram uma alta diversidade de espécies. Ainda que estas espécies possam ser adaptadas a uma grande faixa de habitats, elas podem indicar uma grande diversidade genética.

Como é uma região rica em números de espécies e em quantidade de indivíduos, é de se esperar medidas de gestão e proteção do Poder Público. Uma dessas medidas ocorreu em 30 de setembro de 1997 com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, com a finalidade de:

[...] proteger a fauna e flora, especialmente as espécies ameaçadas de extinção, tais como o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) o bugio (*Alouatta fusca*), a lontra (*Lutra longicaudis*), a anta (*Tapirus terrestris*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e a onça-pintada (*Pantera onca*); garantir a conservação dos remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual Aluvial e Submontana, dos ecossistemas pantaneiros e dos recursos hídricos; garantir a proteção dos sítios históricos e arqueológicos; ordenar o turismo ecológico, científico e cultural e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural e regional e assegurar o caráter de sustentabilidade da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de

sobrevivência e qualidade de vida das comunidades da APA e entorno (SILVA, 2002, p. 9).

Esta APA ocupa uma área de 1.003.059 hectares, abrangendo parte dos municípios de Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná, no Estado do Paraná, e Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí, no Estado de Mato Grosso do Sul (SEMA, 2004).

Juntamente com esta APA, dentro dela, e na mesma data, foi criado o Parque Nacional de Ilha Grande, formado pelo conjunto de ilhas que compõem o arquipélago fluvial de Ilha Grande e por áreas de várzeas marginais ao leito do rio Paraná (CAMPOS, 1999, p. 1). Este parque foi constituído para preservar, conservar e melhorar as condições ecológicas da área e o bem estar das populações abrangidas; proteger o último segmento do rio Paraná e ecossistemas associados, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, especialmente as espécies da fauna e da flora endêmicas e ameaçadas de extinção e seus habitats e os sítios arqueológicos, além disso, contribui para que a sociedade discuta e conheça os processos de gestão e proteção dos recursos naturais, dentre eles o uso racional do solo e os métodos de zoneamento ambiental (IBAMA, 2004). O Parque Nacional de Ilha Grande apresenta 78.875 hectares e compreende parte dos municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso (antiga Vila Alta), no Estado do Paraná, e Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí no Estado do Mato Grosso do Sul.

Ainda dentro da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná está o Parque Estadual do Ivinhema. Foi criado pelo Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Decreto Estadual Nº 9.278 de 17/12/1998, com o objetivo de preservar a diversidade biológica, proteger o patrimônio natural e cultural da região, com sua flora, fauna, paisagens e demais recursos bióticos e abióticos associados, objetivando sua utilização para fins de pesquisa científica, recreação e educação ambiental em contato com a natureza. Este parque é constituído por uma área contínua, abrangendo os municípios de Taquarussu, Jataí e Naviraí no Estado do Mato grosso do Sul, perfazendo uma superfície de 73.345 hectares (MATO GROSSO DO SUL, Decreto nº 9.278).

Para Campos (1999, p. 10), a justificativa para a preservação destes locais está no fato de que a natureza foi pródiga em reunir diversos elementos como o clima e fatores físicos

como a declividade do terreno e o tipo de solo, propiciando o crescimento de uma flora variada com o conseqüente aparecimento de uma diversidade muito grande de organismos. A interação destes organismos com o meio provocou sua modificação, num processo evolutivo natural com delicado equilíbrio. Para Campos (1999), qualquer ação impactante na área, mesmo que possa parecer de pequena monta ou dimensão, pode levar este ecossistema a um processo irreversível de degradação, o que justificaria a criação e implementação de um mosaico de Unidades de Conservação¹¹, municipais, estaduais e federais na região, compondo o Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná.

1.2 A cidade de Porto Rico

Porto Rico foi fundado no início da década de 50 do século XX, pela empresa José Ebner e Cia. Esta empresa levou ao local, migrantes dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e estados nordestinos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO, 2004?), em busca de terras férteis e clima propício para o desenvolvimento da cafeicultura. Nesta década a localidade era Distrito Administrativo de Paranavaí e, por força da Lei Nº 13, de 5 de agosto de 1956, foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Loanda. Em 5 de julho de 1963, pela Lei Estadual Nº 4738, foi criado o Município, instalado, oficialmente, em 21 de abril de 1964, ocasião em que foi empossado o Sr. Manoel Romão Netto, como primeiro prefeito municipal eleito (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO, 2004?; SÁ, 1998).

A cidade de Porto Rico (figura. 4) está próxima à Planície de Inundação do Alto Rio Paraná, área onde o nupélia, desenvolve programas de pesquisas ecológicas com equipe

¹¹ Unidades de Conservação – espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).

As Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – dividem-se em dois grupos, com características específicas: a) Unidades de Proteção Integral, cujos objetivos básicos são preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Este grupo é composto pela Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre. Nessas unidades estão previstas a desapropriação de qualquer área particular incluídas em seus limites. b) Unidades de Uso Sustentável, que compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

multidisciplinar. O Nupélia possui uma base avançada bem próxima à cidade, nas margens do rio Paraná, dispondo de laboratórios equipados com equipamentos para medição de parâmetros limnológicos e climáticos e barcos.

O município situa-se geograficamente no extremo noroeste do Estado do Paraná (Figura 1). Ocupa uma área de 221 Km², com limites municipais as cidades de Loanda, São Pedro do Paraná, Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte. À sua frente está o rio Paraná e o município de Bataiporã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Atualmente, a população do município, de acordo com o censo de 2005 (em 01/07/2005) do IBGE (IBGE, 2006), é de 2.136 habitantes. Em 1970 havia 6.192



Figura 4. Cidade de Porto Rico. Fonte CD-ROM da prefeitura de Porto Rico. 2004.

moradores, dos quais apenas 1.025 pessoas moravam na cidade e 5.167 eram moradores rurais. Destes, de acordo com um morador local que fez o recenseamento na ilha Mutum, havia 490 famílias, mais de mil pessoas. Estes dados evidenciam uma considerável diminuição do número de habitantes em todo o município, o que ocorreu devido à falta de trabalho na agricultura. Trabalhos do Núcleo de Pesquisa – Nupélia (AGOSTINHO, 1998; AGOSTINHO, A.; THOMAZ S. M. e NAKATANI, K., 2006), mostram que houve uma redução da captura de pescado devido à degradação ambiental¹² e, mesmo assim, a pesca

¹² Esta degradação ambiental que afeta o meio físico e biótico, parece que é decorrente das barragens à montante da cidade de Porto Rico e promove os principais distúrbios antrópicos observados neste ecossistema. Estas usinas interferem, direta ou indiretamente na estrutura dos habitats, na composição das comunidades e em aspectos funcionais da planície de inundação. Entre os principais impactos associados à operação das barragens, pode-se considerar: (1) a alteração do regime natural das inundações, com impactos diretos sobre as espécies dele dependentes e sobre a conectividade entre os habitats da planície; (2) a retenção de nutrientes, principalmente fósforo, o que hipoteticamente pode estar causando o empobrecimento, em termos desse nutriente, e (3) a presença de barreiras para as espécies de peixes migradores que desovam a

aparece como alternativa econômica para alguns moradores, sendo que a redução da diversidade de espécies capturada e o baixo preço da comercialização do pescado nos últimos anos desestimularam a permanência na atividade (AGOSTINHO, 1998; ROSA, 1997).

Rosa (1997), estudando a colonização do sudoeste, oeste e norte do Paraná ocorrida no início de 1889, mostrou que a história dessa área começou com a doação de terras devolutas, ou seja, do Estado, pelo governo imperial, concedidas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (CEFSPRG). Isto quer dizer que a história desses locais começa com a doação de terras públicas às empresas de colonização.

Segundo Rosa (1997), em 1925 uma grande fazenda, conhecida como Brasileira ou Montoya, na tentativa de ocupar terras próximas ao rio Paraná, instalou-se entre os rios Paranapanema e Ivaí. Até 1930 havia 1400 famílias de trabalhadores que habitavam casas em diversas colônias nas proximidades da sede. A fazenda possuía uma frota de 25 caminhões, 60 mulas-cargueiro, armazém, farmácia e mais de mil casas cobertas de chapas de zinco. Apesar disto inexistia qualquer ligação com o resto do Paraná. O acesso à fazenda se fazia através de uma picada na cidade de Porto São José; outro acesso se dava pelo rio Paranapanema no Porto Ceará. Em 1939 o governo do estado fundou a colônia Paranaíba na antiga sede da fazenda Brasileira.

Por volta de 1945, o Estado iniciou a venda de lotes. Para cada requerente eram concedidos 200 alqueires. Porém, algumas pessoas conseguiram grandes áreas, pois reuniam pessoas de sua confiança para requererem lotes. Estes lhe repassavam as terras. Ainda assim, para os colonizadores, havia muita terra “disponível”, quase todas devolutas. Posseiros e grileiros vieram para a região, derrubaram grandes quantidades de matas e abriram caminhos para o Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (ROSA, 1997).

Na década de 1950, em diversas cidades do noroeste do Paraná, ocorreram muitos conflitos entre os colonizadores. Sá (1998, p. 216) embasando-se em comentários dos antigos

montante da região de Porto Rico no Rio Paraná, mas utilizam os habitats desta planície como local de alimentação e crescimento (AGOSTINHO, A. A.; THOMAZ S. M. & NAKATANI, K., 2006).

moradores, comenta que houve “uma (re)ocupação [da terra], efetivada através da expulsão, dominação ou do extermínio das populações que ali estavam há mais tempo”.

Sá (1998) descreve que, pelas palavras dos moradores locais, nessa mesma década de 1950, a violência imperava nas proximidades de Porto Rico, sendo, inclusive, veiculada nos jornais de Curitiba, “que a região compreendida pela colônia de Paranavaí era conhecida como a capital do crime”. Sá (1998, p. 216) relata ainda que “é preciso, portanto, acrescentar algumas pitadas de desagradável realidade às imagens românticas do pioneiro trabalhador, abnegado e ordeiro e do processo de colonização bem organizado conduzido e sucedido”.

Embora a grilagem e a violência, na década de 1950, fossem constantes, agricultores imigrantes chegaram para plantar café e algodão em terras compradas ou nas terras tomadas do Estado que conseguissem desmatar. O gado bovino também foi inserido na região desde a criação da colônia Paranavaí em 1939. Os municípios desta região foram denominados de Terra Rica, Porto Rico, Diamante do Norte, Paraíso do Norte, entre outros, indicando locais ricos e fecundos (ROSA, 1997).

Em 1965 houve uma superprodução de café no Brasil, com um conseqüente incentivo pelo governo federal, à redução da produção cafeeira para tentar evitar a queda dos preços internacionais. Devido a isso, na região de Paranavaí e Umuarama foram erradicados mais de 62 milhões de cafeeiros (ROSA, 1997, p. 381). Ocorreu, então que as áreas de café foram transformadas em pastagens. Como o café era a cultura que mais demandava mão de obra em sua forma tradicional de cultivo e a pecuária a dispensava, necessitando muito pouca gente para trabalhar com o gado, na década de 1970, houve uma “expulsão” de mais de 67.000 habitantes, ou seja, cerca de 20% da população recenseada em 1960, na região de Paranavaí (ROSA, 1997). Dessa forma, a alteração da atividade agrícola incentivou parte dos assentados a emigrarem, até mesmo para outro país – o Paraguai.

Silva (2002) comenta a surpreendente velocidade com que o Paraná passou da condição de receptor para a condição de Estado que excluía a população dos campos. Os migrantes trazidos na década de 1950 foram jogados para centros urbanos. Alguns migrantes partiram em direção ao Paraguai, estimando-se que, aproximadamente 400 mil brasileiros deixaram

o Estado do Paraná para ocupar as faixas da fronteira Brasil-Paraguai no final da década de 1970, início de 1980.

Dessa forma, na década de 1980 houve um acentuado decréscimo na população da maioria dos municípios situados às margens do rio Paraná. Anualmente, geralmente nos meses de outubro, havia as cheias naturais do rio Paraná, alagando suas casas e plantações, causando a saída de alguns moradores das ilhas, para retornar dias depois. Em 1982, uma grande cheia encobriu praticamente toda a ilha Mutum entre outras, fazendo com que as famílias perdessem quase todos os animais de criação e a sua plantação. Nessa ocasião, das pessoas que abandonaram suas posses, somente uma pequena parcela retornou. Entretanto, das construções ainda existente nas ilhas, grande parte é ocupada por turistas com seus clubes de pesca. Estes mantêm alguns antigos moradores como “caseiros”.

Segundo Rosa (1997), as regiões vizinhas à cidade de Porto Rico são predominantemente agropecuárias, sendo que Querência do Norte é voltada para a rizicultura em estabelecimentos que ocupam quase 60% da área total próximas ao rio Ivaí e Paraná; em Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e novamente em Querência do Norte têm na pecuária extensiva uma das suas atividades principais. A qualidade ambiental das áreas que margeia o rio Paraná decai com estas atividades, principalmente devido à devastação contínua de suas florestas e destruição das várzeas, o que se traduz em erosão dos solos e perda da biodiversidade.

Na cidade ribeirinha vizinha a Porto Rico, em Porto São José, verifica-se a extração de areia e o serviço de balsa, travessia do rio Paraná em direção ao Mato Grosso do Sul, além de possuir condomínios fechados com marinas, abertas em direção, naturalmente, ao rio Paraná.

O município de Porto Rico não apresenta um pólo industrial nem qualquer tipo de indústria (não se deve denominar o turismo incipiente da cidade como indústria do turismo). Dessa forma, falta um setor de transformação para absorver uma significativa população “expulsa” do campo. Contudo, percebe-se em Porto Rico a presença de uma grande garagem a céu aberto, com uma pequena oficina mecânica, propriedade do município, abrigando

caminhões, ônibus e tratores. Com o advindo dos condomínios uma pequena metalúrgica se instalou para produzir principalmente portões e grades para as residências.

Esta região, como em muitas outras pequenas cidades, teve sua população encolhida e passaram a subsistir com base em atividades administrativas (ROSA, 1997; TOMANIK, GODOY e EHLERT, 1997) e de prestação de serviços, comercialização e beneficiamento, vinculados às antigas formas de produção que não foram integradas aos sistemas modernos.

Como existe uma designação do Ministério Público para que os ilhéus deixem as ilhas, as alternativas que se apresentam para aqueles que permanecem nos municípios ribeirinhos são poucas: o trabalho assalariado permanente em propriedades agrícolas capitalizadas; o trabalho volante (bóia-fria) nos períodos das culturas (durante cerca de seis meses do ano), os pequenos comércios (biscateiros) e alguns serviços ligados ao turismo e à pesca.

Entretanto, para Rosa (1997, p. 390),

[...] a pesca como atividade principal não tem proporcionado bons resultados, desestimulando seu exercício. Os poucos que ainda se mantêm na atividade pesqueira, além de terem seus rendimentos diminuídos pela escassez de pescados de valor comercial, ainda enfrentam problemas com a fiscalização do IBAMA¹³ e IAP¹⁴, além da falta de compradores para sua produção.

1.3 Os ilhéus na região de Porto Rico.

Silva (2002) estudou a história da ocupação de Porto Rico, enfocando os ilhéus da ilha Mutum. Mostrou que esses ilhéus foram “jogados” para as ilhas do rio Paraná na década de 1960 e 1970. Nesta época a terra do continente não podia mais ser simplesmente usada e tinha que ser, agora, comprada. Mas por que as ilhas se o acesso e o escoamento da produção eram difíceis? Silva (2002, p. 26) responde lembrando que “o espaço insular representava, além de refúgio, sua autonomia, sua oportunidade de reproduzir sua condição social de vida, ou seja, preservar sua identidade cultural e social”.

A vida nas ilhas é árdua devido às dificuldades naturais do local: difícil locomoção, não existência de infra-estrutura básica, sendo assim até hoje (ano de 2006), principalmente de

¹³ IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

¹⁴ IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

energia elétrica, água encanada e esgotos. Embora alguns clubes de pesca como o do advogado Prioli, de Maringá, e da família Ebinezer de Paranavaí tenham energia elétrica e água de poço em casa, através de geradores, estes eventuais moradores passam apenas alguns dias por ano apreciando a diferença de ambiente rústico/cidade: a tranquilidade, a aventura da pesca e de estar num lugar isolado, um ambiente mais natural comparado ao local de onde vieram.

Desde a década de 1960 os ilhéus moravam nesses ambientes naturais, muitos com a família, diversos nasceram nessas ilhas, cresceram e aprenderam a gostar do lugar. A produção de sua agricultura dita de subsistência, sempre foi muito maior que a esperada, ocorrendo assim, fartura e, conseqüentemente, estocagem de milho, feijão, arroz entre outros. Esta alta produção proporcionou a criação, com sucesso, de diversos animais, como a galinha e o porco que se alimentavam com o excesso da colheita.

Esta “fartura” ocorreu entre a década de 70 e 80 do século passado, durante dez ou doze anos, e não conhecemos nenhum “ilhéu rico”. A maioria vive com dificuldades¹⁵, pode-se dizer que o forte desses homens era o trabalho manual, braçal, usando sua experiência como pescador e agricultor, conhecedores do rio, das sementes e da terra, tiravam o sustento para o dia ou até a próxima colheita.

Como a produção agrícola das ilhas abastecia não apenas a cidade de Porto Rico, mas também a região, de peixes, frutas e cereais, quem certamente ganhou com este comércio foi o comerciante que intermediava a compra de peixes e produtos agrícolas dos ilhéus com o mercado das cidades maiores – o atravessador.

Assim, na década de 1970, embora houvesse fartura de alimentos, a agricultura se caracterizava por ser pequena (altamente produtiva, devido aos nutrientes trazidos pelas cheias do rio Paraná), de subsistência e não para o comércio.

Sobre a capacidade de acumulação de capitais, Diegues (1983) diz que a atividade de pescador complementa a atividade de agricultor. Na agricultura, a colheita é

¹⁵ Em 2004-2005, na data em que foi executado o levantamento dos dados para esse trabalho, a maioria dos moradores da cidade de Porto Rico que se consideravam pescadores profissionais estavam passando por grandes dificuldades financeiras.

predominantemente sazonal, enquanto a produção pesqueira pode ser diária, assim o agricultor pode trabalhar alguns dias na pesca na espera de algum dinheiro extra. O agricultor recebe o valor de sua produção e pode prever o que fará com o dinheiro recebido. Já o pescador pode ter uma renda diária, mas de maneira irregular e imprevisível. Entretanto, o pescador não pode armazenar sua produção devido a perecibilidade do produto; a pesca é predominantemente masculina enquanto a agricultura é familiar e; enquanto o agricultor investe na terra de maneira permanente, o investimento do pescador (as tralhas de pesca) está sujeito à perda ou destruição, quando não é confiscado.

Dessa forma, o sistema de pesca/agricultura permitiu ao ilhéu, na década de 1970 e 1980, armazenar sua produção, auxiliou a manter o sistema familiar e a localizar seu investimento, preferencialmente, na terra em que está instalado.

A tecnologia utilizada pelos moradores das ilhas tem pouco impacto ecológico sobre os ecossistemas, permitindo a renovabilidade dos estoques, tanto do pescado quanto da terra em que trabalha, podendo manter uma continuidade de sua produção e dos processos ecológicos fundamentais. Essas ilhas, atualmente, apresentam fraca densidade populacional.

Mesmo com as dificuldades inerentes ao meio em que vivem muitos desejam permanecer morando nas ilhas. Como veremos mais adiante, Tuan (1980) relata o amor que alguns povos sentem pela terra em que cresceu. Acreditamos ser o caso desses ilhéus.

Quando alguns deles deixam suas terras obrigados por força da lei ou mesmo por doenças, ocorre o que Silva (2002) denuncia: a saída dos ilhéus na década de 1980 e 1990, “despreparados para a vida” sem instrução escolar, sem uma capacitação profissional urbana e sem a terra, importante em termos financeiros e subjetivos. Atualmente os ilhéus desistiram de “[...] procurar a parte que lhes cabe nesse latifúndio. Sem terra, sem rio, sem peixe, sem estudo, sem trabalho. Esse é o currículo que os ilhéus [...] têm para apresentar à sociedade” (SILVA, 2002, p. 84).

1.4 Populações Tradicionais

Consideramos para nosso estudo que os pescadores profissionais e alguns moradores da Planície de Inundação do Alto Rio Paraná são uma população tradicional, pois, no dizer de Diegues (2000, p. 87-88):

[...] as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de uso e manejo dos recursos naturais. Este conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- e) reduzida acumulação de capital;
- f) importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- g) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- h) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- i) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- j) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Ao identificar grupos humanos como "dependentes da tradição" (tradicionais), a primeira idéia que surge é a de que haveria alguns que não se enquadram nessa designação¹⁶, cuja utilização passou a ser cada vez mais comum no âmbito dos órgãos públicos e do movimento ecológico em geral, especialmente a partir da década de 1970. “Na realidade, a expressão ‘população tradicional’ surge no contexto da criação das Unidades de Conservação” explica Rinaldo Arruda, antropólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): “Mas falta precisão, pois foi usada inicialmente sem

¹⁶ De acordo com Antônio Carlos Diegues, diretor técnico do Nupaub, e Rinaldo Arruda são treze as comunidades de populações consideradas tradicionais não-indígenas brasileiras ameaçadas pelo avanço da civilização urbano-industrial.

Caboclos ou ribeirinhos amazônicos - Englobam, além das populações amazônicas que dependem dos rios locais, os seringueiros e castanheiros da região. Mesclam atividades extrativistas com agricultura, caça e pesca.

Praieiros - Moradores da faixa litorânea compreendida entre o Piauí e o Amapá, também são chamados de pescadores artesanais, mas possuem características sócio-culturais que os diferenciam de outras comunidades, como caiçaras ou jangadeiros. Dependem da pesca, mas complementam a renda com trabalhos agrícolas, extrativismo e turismo.

Babaçueiros - Populações extrativistas que vivem da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira. Encontram-se espalhados por uma área de cerca de 200 mil quilômetros quadrados, basicamente entre os estados do Piauí e do Maranhão.

Sertanejos ou vaqueiros - Ocupam a orla descontínua do Agreste, avançando até as caatingas e atingindo o cerrado. Desenvolvem uma economia pastoril, associada à produção açucareira, voltada ao fornecimento de carne, couro e bois de serviço.

Jangadeiros - São os pescadores que habitam a faixa costeira situada entre o sul da Bahia e o Ceará. Recebem esse nome por utilizar a jangada para desenvolver sua atividade no mar.

Pescadores artesanais - Estão espalhados pelo litoral do país e dependem basicamente da pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura.

Caiçaras - Comunidades formadas pela mescla etnocultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, escravos africanos. Sua forma de vida baseia-se na agricultura itinerante, na pequena pesca, no extrativismo vegetal e no artesanato. Ocupam o litoral norte catarinense e a costa de Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Açorianos - Descendentes de imigrantes portugueses provenientes principalmente das ilhas dos Açores e da Madeira. Vivem da pesca e da agricultura no litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Campeiros - População de gaúchos descendentes dos índios guaranis e dos colonizadores portugueses e espanhóis. Vivem nos pampas e nas coxilhas do Rio Grande do Sul, desenvolvendo a pecuária extensiva.

Caipiras ou sitiantes - São as comunidades, em grande parte de meeiros e parceiros, que sobrevivem em nichos entre as monoculturas do sudeste e do centro-oeste, desenvolvendo atividades agropecuárias em pequenas propriedades, destinadas à subsistência familiar e ao mercado.

Varjeiros ou ribeirinhos não-amazônicos - Denominação de populações que vivem às margens de rios e várzeas, sobretudo do São Francisco, mas que se aplica também a ribeirinhos de outros rios, como o Paraná. Além da pesca, pecuária e artesanato em cerâmica, combinam atividades agrícolas, principalmente o plantio do arroz, com extrativismo da mata - de onde retiram mel, ervas medicinais e madeira para fabricação das embarcações.

Quilombolas - Descendentes de escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Desenvolvem atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, que variam de acordo com a região em que estão situados.

Pantaneiros - Habitantes do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul cuja subsistência se baseia em atividades agropastoris em fazendas ou pequenas propriedades à beira dos rios (MONTEIRO-FILHO, 2006).

fundamentação científica e acabou fossilizando essas populações” (REPORTER BRASIL, 2006a).

Esta caracterização torna interessante a obtenção de informações dessas comunidades devido aos diferentes posicionamentos sobre o meio que os rodeia, em oposição ao que o homem, dito urbano, e turistas vivenciam, pois estes, quando tomam algum tempo de férias para visitar o “mundo selvagem¹⁷”, o fazem com objetivos de prazer, estética e recreação.

Estas informações servirão para traduzir, inferir e envolver a noção de espaço e ambiente de parte dos moradores, e como produzem na e sobre a realidade, novos conhecimentos suficientes para provocar aprendizado e mudança de comportamento.

Para Arruda (2000, p. 278-279):

[...] embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vem sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiar das políticas de conservação ambiental.

1.5 Turismo e o turismo em Porto Rico

Como Porto Rico é uma cidade típica de pescadores e agricultores, a vocação para o turismo não é natural dos habitantes do local. O turismo decorre naturalmente da beleza do rio Paraná, de suas praias, ilhas e lagoas, da pesca e, obviamente, por projeto do governo local.

Embora alguns autores considerem o turismo como uma indústria, tal o montante de recursos financeiros que movimenta e pelo grande número de atividades associadas no mercado, Leis (1999) comenta que esse mercado introduz a humanidade em um futuro incerto e sem precedentes. Ou seja, o surgimento de uma consciência dos limites ecológicos para o crescimento econômico não depende do livre movimento do mercado, mas das ações de pessoas ligadas ao ambientalismo. Leis (1999) considera que as práticas ambientalistas

¹⁷ Mais à frente, far-se-á uma distinção sobre o que Tuan (1980) considera como urbano, campo e “ambiente selvagem”.

caracterizam-se como realista-utópica porque sua missão define um projeto em aberto e de características não modernas. O turismo em uma localidade como Porto Rico, como definido por alguns moradores, é a linha divisória entre crescer economicamente e manter-se estagnado (conservado), devido aos efeitos negativos e proibitivos da pesca e do uso utilitário das ilhas para agricultura e pecuária.

Ainda assim, os efeitos negativos do turismo são discutidos por diversos autores (DIEGUES, 1997; FONTELES, 2004; MENDONÇA, 1996; SEABRA, 2001; SWARBROOKE, 2000a; SWARBROOKE, 2000b) embora se estime que nesta primeira década do século XXI esta atividade vá movimentar 7,2 trilhões de dólares e possibilite a criação de 338 milhões de empregos (MENDONÇA, 1996).

No Brasil o turismo ainda é incipiente. Segundo dados da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV (2005) mostram que, em 2004, 4,6 milhões de estrangeiros visitaram o Brasil, e que se espera a circulação de 38,2 milhões de turistas nacionais. Para se ter uma comparação, e estimar o quanto o turismo no Brasil pode crescer, apenas a cidade de Las Vegas, localizada no deserto do Monjave, oeste dos Estados Unidos, recebe 35 milhões de visitantes todo ano (SEABRA, 2001), vindos de diversas partes do mundo. Em todo caso, é atraente pensar que qualquer pessoa que possua algumas centenas de dólares e duas semanas de férias possa alcançar qualquer lugar do mundo, embora saibamos que estas facilidades provocam risco de degradação em ambientes mais sensíveis pelo excesso de visitação. A indústria do turismo, como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais, existindo diversos exemplos de degradação ambiental e sócio-cultural decorrentes dessa atividade, como iremos falar mais adiante.

Mendonça (1996, p. 19) é crítica ao afirmar que “onde existe turismo há degradação ambiental”. Embora generalizando, essa autora considera que nos locais onde o turismo é desenvolvido, há concentração de grande número de pessoas que, na realidade, não se interessam muito pelo lugar visitado. Guattari (2004, p. 8) confirma isso, mostrando as contradições de um turista que quer usufruir o mesmo do que tem quando visita um destino: “O turismo se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas

redundâncias de imagens e de comportamento”, como se o visitante não dispensasse o ar condicionado, os confortos e as infra-estruturas que está acostumado.

O turismo tem se desenvolvido de forma que os visitantes escolhem os destinos turísticos por critérios que não incluem a personalidade do local, seus aspectos particulares e especiais, o povo do lugar e sua cultura, sua música, sua culinária. Sem esse conhecimento é difícil respeitar o local, seja não poluindo ou danificando, seja respeitando sua cultura com falas e roupas apropriadas, entre outros, podendo imperar assim uma grande superficialidade nas relações com a natureza e com as populações locais.

Esse pouco respeito dos visitantes aos destinos turísticos geralmente é decorrente da falta de tempo para poder vivenciar o local, para que haja uma relação de troca, de aprendizado. Mesmo com esse aprendizado, a paisagem se deteriora com o advindo dos visitantes, mais ainda com o turismo de massa. A transformação dos espaços naturais em construções para atender o turismo, além de alterar a paisagem, descaracteriza-as, pois traça uma arquitetura estranha ao tradicional e local e a privatiza, podendo tornar inacessível aos moradores, além do aumento natural do preço dos imóveis, como está ocorrendo atualmente na cidade de Porto Rico.

Fonteles (2004) descreve como a desconsideração com os elementos culturais locais no planejamento e no desenvolvimento das atividades turísticas estão profundamente relacionados à degradação ambiental. As comunidades nativas conhecem bem as características ecológicas do seu meio natural e seu limite de saturação, sendo importante que façam parte do processo de instalação das atividades turísticas. Mesmo em casos em que estas comunidades participam, podem ser enganadas pela ganância de dirigentes inescrupulosos e por falsas promessas, como aconteceu na praia de Jericoacoara, CE, aumentando os índices de pobreza, marginalizando e expulsando alguns moradores que não se adaptaram à alteração de seu meio de vida.

O desenvolvimento integrado do turismo traz vantagens para o turista. Ele poderá conviver com interesse e respeito com as pessoas do lugar, olhar com atenção o meio circundante, aprender com isto, conhecer os costumes locais através de um contato mais pessoal, ter prazeres com novas percepções. Embora o habitante local possa ganhar com a visitação,

pois esses turistas trazem e deixam recursos financeiros no local, educar o turista não é tarefa fácil. Swarbrooke (2000a) comenta que deixar o turista mais consciente dos impactos ambientais e do turismo sustentável¹⁸ é importante, mas, se vamos gastar dinheiro e tempo com uma sensibilização momentânea, deveríamos enfocar questões vitais, como em campanhas relacionadas às drogas e sexo.

Como se fala muito em desenvolvimento sustentado, mesmo sem se ter uma definição clara do que é, não se pode fazer referência a esse termo sem incorporar as populações locais nesse processo.

Atualmente, existem vários tipos de visitantes em Porto Rico, desde pescadores esportivos com ou sem habitação na região, como clubes de pesca nas ilhas ou moradores de condomínios, a visitantes que querem passar a tarde na barranca do rio (figura 5) ou em aproveitar a festa da padroeira, que ocorre todos os anos na última semana de agosto.

Dessa forma é interessante definir os termos turismo e turista. Oscar de La Torre (apud IGNARRA, 2002, p. 24), define turismo como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Já o termo turista, adotado pela ONU – Organização das Nações Unidas em 1954, é:

[...] toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e

¹⁸ A noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos diferentes grupos sociais e da natureza. Tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, compreendendo a noção de finitude dos recursos naturais e das injustiças provocada pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países. Mesmo sendo intensamente debatida nos últimos anos e demonstrando uma crescente adesão à idéia, esta ainda é uma noção genérica e difusa, pouco precisa. Emerge em um campo sujeito a diferentes concepções e definições (ALMEIDA, 2001). Dessa forma, acreditamos que não existe um desenvolvimento chamado de sustentável, sendo uma denominação usada preferencialmente pelas classes dominantes para justificar a degradação do meio ambiente, e as injustiças causadas aos diversos grupos sociais menos favorecidos.

Quando se fala de turismo sustentável, termo igualmente impreciso como o desenvolvimento sustentável, sente-se que alguns órgãos governamentais tentam fazer uso do turismo para ajudar a alcançar um desenvolvimento sustentável. O que permanece claro é que a sustentabilidade tem dimensões ambientais, sociais e econômicas, embora o que domine os debates, atualmente, sejam as questões ambientais.

nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósitos de imigração (IGNARRA, 2002, p. 25).



Figura 5. Rio Paraná visto da cidade de Porto Rico. Fonte: CD de divulgação do Município de Porto Rico. 2004.

Existe um outro fenômeno bastante singular do turismo conhecido como veranismo que Ignarra (2002) destaca como sendo uma tendência em determinadas localidades propícias para se passar o verão. É um movimento em direção às cidades litorâneas, onde os visitantes aproveitam as praias, o mar ou o rio. Caracteriza-se por ser periódico, isto é, as pessoas procuram

geralmente os mesmos lugares todas as férias ou feriados prolongados. Também se caracteriza por ocupar preferencialmente residências secundárias e não a estrutura hoteleira. Os turistas (veranistas) procuram se hospedar em casas próprias, de amigos ou parentes ou alugam essas residências por temporadas.

Na cidade de Porto Rico existem diversos condomínios fechados, a maioria possuindo um “largo pedaço” de margem do rio Paraná (figura 6), quase todos de alto padrão de construção, indicando o interesse de uma elite em aproveitar as facilidades do ambiente e belezas do local. Embora sejam “veranistas” e tenham o descanso como prioridade, a marina e o acesso dos barcos à água é uma das exigências dos moradores.

A oferta turística na cidade é constituída pelos atrativos e serviços turísticos, embora os complementos como os serviços públicos e a infra-estrutura básica deixem a desejar.

Como referido anteriormente, o atrativo da cidade se baseia praticamente no rio Paraná. No



Figura 6. Condomínio nas proximidades da cidade de Porto Rico, mostrando o rio Paraná, em baixo. Fonte: CD do Município de Porto Rico, 2004.

CD-ROM de divulgação da prefeitura do município, as ofertas turísticas são: a) cursos d'água – rio Paraná e córregos adjacentes; b) praias naturais; c) Área de Proteção Ambiental e d) base avançada do NUPÉLIA – Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura da Universidade Estadual de Maringá, embora este último tenha restrições de visitação.

O que o CD-ROM de divulgação da cidade de Porto Rico descreve como “outros” está o principal dos atrativos: “aproximadamente 28 km de margem do rio Paraná, sendo que uma extensão de 1.500 m propício para a prática de esportes aquáticos, passeios de barcos, lanchas e pesca”. Os

turistas descrevem estas atividades como as essenciais nas suas visitas à cidade.

Além desses atrativos, o CD-ROM indica como serviços turísticos clubes / associações de lazer, o Clube da 3ª Idade; o Centro de Tradições Gaúchas Unidos da Fronteira, Sociedade Recreativa Por do Sol; o Salão Comunitário e Paroquial; as Marinas e o Parque Aquático – Water Show (Vale dos sonhos). Violante (2003) desenvolveu, em sua dissertação de mestrado, o projeto de um museu de ciências para o município de Porto Rico, com uma mostra local sobre ciências ambientais/Nupélia, o qual foi visitado por vários setores da comunidade, inclusive pelo prefeito e diversos vereadores da gestão vigente. Estes comentaram que esse projeto poderia ser mais uma atração turística para os munícipes e visitantes, não apenas como divulgação científica, aprendizado e utilizado na educação ambiental.

Outro elemento importante da oferta turística é o conjunto de serviços públicos que são necessários para o consumo turístico. Além de a localidade possuir bons atrativos e diversos serviços turísticos, deve colocar à disposição bons serviços de transporte público, serviços bancários, de saúde, de informação, comércio turístico entre outros. Nesse ponto os serviços públicos da cidade não são dos melhores. A cidade não possui transporte público. É comum os moradores aproveitarem o transporte escolar (ônibus ou barco) para se deslocarem. Existe uma pequena Casa do Artesão, local onde se vende algum artesanato, quase todo ele vindo de fora do município e, na data em que fizemos este trabalho, havia apenas um banco. Existe um posto de saúde, embora seja freqüente veículos públicos levarem doentes ou pacientes em tratamento para hospitais em outras cidades.

A infra-estrutura básica de um município também é elemento fundamental para a viabilização da atividade de visitação. Os acessos devem estar em condições de receber bem o visitante, saneamento com fornecimento de água e esgoto adequado, energia elétrica e comunicações. Não existe energia elétrica nos clubes de pesca nas ilhas, e questiona-se como são os esgotos nesses clubes e nos diversos condomínios. Os acessos à cidade ainda são precários. Quando se questiona aos turistas o que poderia ser melhorado no município, quase sempre as vias de acesso são lembradas. A estrada de vinte quilômetros que liga Porto Rico a Porto São José é de terra, com areia solta, o que faz com que levante muita poeira quando os automóveis passam, além das “corcovas” na estrada. O outro acesso para a cidade de Porto Rico é via a cidade de Loanda, PR ou de Santa Cruz do Monte Castelo, PR. Estrada asfaltada mas cheia de imperfeições e buracos, sendo sua maior parte sem acostamento (na data de 27/11/2005).

Como o turismo é uma atividade econômica de prestação de serviços, tem nos recursos humanos seu principal elemento. Os recursos humanos em Porto Rico, apesar de não ter formação especializada em hotelaria, quase todos os trabalhadores de bares, restaurantes, hotéis e pousadas possuem o segundo grau completo. Este fato foi verificado pelo tempo que passamos na cidade (de 2002 até 2006), devido a que a maioria dos alunos que terminavam o nível médio não encontravam trabalho que não fosse voltado aos bares, restaurantes e pousadas.

Para Ignarra (2002), o turismo é constituído por um conjunto de prestadores de serviços, possuindo grande impacto na economia mundial, sendo um grande gerador de renda e empregos. É estimado que, no mundo, de cada onze trabalhadores, um está empregado no setor de viagens e turismo, sendo que o custo de se proporcionar um emprego na indústria do turismo é bem menor que na indústria comum (com maquinários). Possui também grande importância na geração de impostos.

Entre os moradores de Porto Rico, o turismo divide opiniões, sendo que alguns não estão gostando do rumo que a cidade está tomando, seja pelo encarecimento dos produtos seja simplesmente pelas mudanças, ambientais e/ou sociais. Mesmo assim, todos reconhecem que, no verão, quando aumenta o número de visitantes cresce a quantidade de atividades econômicas que em outras estações estavam reduzidas. Os agricultores/pescadores que fazem da pesca uma atividade rotineira, quando esta é fechada – período de defeso, se dedicam a atividades relacionadas aos visitantes, como barqueiros, conduzindo os turistas às praias e a outros pontos de visitação. Porém, o turismo traz também impactos importantes na paisagem, tanto positivos quanto negativos. Tendo nos atrativos turísticos o principal componente do produto de visitação, certamente é de interesse da comunidade que esses atrativos sejam preservados, procurando, sempre que possível, manter as reservas naturais preservadas, já que a cidade, por seu pequeno tamanho e cercada por fazendas, possui poucas possibilidades de desenvolver a agricultura ou a pecuária em pequena escala¹⁹.

Assim, o turismo surge como uma alternativa de desenvolvimento social e econômico. Como a população pode auferir rendas com a visitação turística, esta comunidade deve ter interesse em preservar o patrimônio natural, cultural e/ou arquitetônico.

Para Ignarra (2002), o turismo procura os aspectos diferenciais da paisagem, aqueles elementos mais diferenciados são os mais valorizados, provocando concentrações de turistas no seu entorno. Um exemplo é a água. Seja de mar, rio, lago, represa ou de cachoeira. A visão de grandes massas de água, a possibilidade de banhar-se nessas águas, é

¹⁹ A cidade de Porto Rico, PR está cercada por grandes fazendas que, dizem os moradores, a impede de crescer e de promover a agricultura de subsistência, a não ser nas vilas rurais, cujo terreno é de menos de 500 m².

um imenso atrativo para os visitantes que se aproximam de suas margens. Dessa forma, há uma tendência de concentração de hotéis, residências secundárias (condomínios como já comentado), restaurantes, estruturas náuticas entre outros. Essas concentrações, além de interferir na paisagem local, provocam impactos como a descarga de esgotos.

A procura por locais de melhor visão e aproveitamento da paisagem faz com que o turismo procure implantar suas estruturas de serviços em terrenos de certa fragilidade ambiental. Donos de hotéis e residências de campo procuram se implantar em encostas de morro ou na beira de rios e lagos. Para a construção, geralmente se desmata mais que o necessário o que facilita o desmoronamento de encostas. Em margens de rios e lagos é comum usar parte da mata ciliar nas construções, como na figura 6 (condomínios). Embora a legislação federal verse que toda área à margem de rios seja de preservação permanente²⁰ principalmente nesse trecho do rio Paraná, com mais de 600 metros de leito de rio, os moradores eventuais encontram formas de se implantar, insistindo na legalidade das construções.

Outras vezes o impacto se dá pela visitação maciça de micro-ambientes frágeis, quer seja trilhas pisoteadas em áreas de cobertura vegetal natural, seja cavernas com excesso de visitantes ou também pela pesca esportiva intensiva fora dos períodos ideais ou o excesso de lixo deixado pelos turistas.

Isso nos remete a um tema muito discutido por Swarbrooke (2000a) o turismo sustentado, que procura sua definição no desenvolvimento sustentável. Para o autor o turismo sustentável era conhecido como “turismo verde”. Mas, conforme a exploração local em que se implanta o turismo verde pode se falar em “tons de verde”. No final dos anos 1980 houve o crescimento de “políticas verdes” no Reino Unido e na França.

Swarbrooke (2000a) comenta que a indústria da hotelaria tem estado na vanguarda do desenvolvimento da administração de operações propícias ao meio ambiente, e que essa indústria aconselha os hoteleiros a como tornar suas operações mais “verdes” incluindo medidas de conservação de energia, reciclagem e redução de refugos, visando também, é claro, a redução dos custos. O lado social, nas comunidades locais deve ser levado em

²⁰ Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

conta, por exemplo, comprando suprimentos dos comerciantes e utilizando a mão-de-obra local sempre que possível, ao invés de importar.

Da mesma forma, o termo “desenvolvimento sustentável” não é consenso para “turismo sustentável”. Swarbrooke (2000a, p. 19) diz que este termo comporta uma definição perigosa, pois pode passar a idéia de simplicidade e limitar o alcance de questões importantes. Mesmo assim, propõe a definição: “Turismo economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”.

Quando procuram uma nova abordagem para a sustentabilidade do turismo, Wearing, Neil e Figgis (2000, p. 30) indicam uma diretriz da Organização Mundial do Turismo sobre o turismo sustentável:

[...] só pode ter lugar se se estabelecem capacidades de carga (o quanto o local pode suportar sem ocorrer deterioração ambiental, social, cultural entre outras) para os destinos turísticos chave e depois se respeitam estas capacidades de forma rigorosa, mediante um sistema de planificação eficaz e levando a cabo revisões do funcionamento. Estes estudos e normativas constituirão a pedra angular dos planos e estratégias turísticas locais a longo prazo [...] também requer que se aceitem os conceitos de validez e cooperação quando se põem em prática desde o setor privado do turismo, assim como a participação das comunidades locais e dos próprios turistas.

Para melhor comparar o turismo sustentável com o turismo normal ou de massa, que alguns chamam de turismo não-sustentável, Swarbrooke (2000a) desenvolveu uma pequena tabela levando em conta o comportamento do turista:

Tabela 1. Desenvolvimento do turismo sustentável X turismo de massa.

SUSTENTÁVEL	NÃO-SUSTENTÁVEL
CONCEITOS GERAIS	
Desenvolvimento lento e controlado	Desenvolvimento rápido e descontrolado.
Escala adequada	Escala inadequada
Longo prazo	Curto prazo
Qualitativo	Quantitativo
Controle local	Controle remoto
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	
Planejamento c/ posterior desenvolvimento	Desenvolvimento sem planejamento
Esquemas baseados em conceitos	Esquemas baseados em projetos

Preocupado com as cinco paisagens ²¹	Concentrado nas sensações do momento
Pressões e benefícios difusos	Capacidade de crescimento
Promotores de desenvolvimento locais	Promotores de desenvolvimento no exterior
Moradores locais empregados	Força de trabalho importada
Arquitetura nativa	Arquitetura de outros tipos
COMPORTAMENTO DO TURISTA	
Pouca valorização	Muita valorização
Algum preparo mental	Pouco ou nenhum preparo mental
Aprende a língua local	Não aprende a língua local
Tem tato e é sensível	É enérgico e insensível
Fala baixo	Fala alto.
Repete as visitas	Improvável que volte

Fonte: adaptado de Swarbrooke (2000a).

Embora o turista seja um cliente que gasta suas economias em férias, indo a destinos que, muitas vezes, insistiram para que eles fossem até lá, estes visitantes são convidados, não invasores. Deve-se reconhecer que tem também seus direitos. Seus desejos, escolhas e comportamentos determinam o impacto final que o turismo causa nas diversas localidades e no mundo. Mesmo assim, é importante ressaltar que os turistas deveriam pagar um preço que faça jus aos impactos causados às comunidades e ao ambiente por sua experiência de férias. Eles não deveriam ser subsidiados por parte da população local que não lucra financeiramente com o turismo e que, talvez, nem veja com bons olhos o estranho, o turista, em sua localidade.

Quando se fala de ecoturismo e turismo sustentável (facilmente confundidos, mas diferentes) vem à mente o “turista verde”, o visitante ao mesmo tempo querendo estar perto do verde e preocupado com a degradação ambiental. Swarbrooke (2000a) questiona até que ponto os turistas verdes estão preocupados com a substituição dos carros particulares por transporte público; se insistem para que os hotéis reciclem seu lixo; ou se verificam se os empregados estão sendo bem tratados e recebem uma remuneração adequada.

Assim, talvez seja melhor falar em termos de turistas com “gradações de verde”. Dessa forma existem os turistas “não verdes” que apenas lêem o que as brochuras dizem sobre questões verdes e turismo sustentável mas nenhum sacrifício é feito devido a suas idéias.

²¹ As cinco paisagens que Swarbrooke (2000a) comenta são litoral, ilhas, interior, regiões montanhosas e o meio urbano.

Eles representam grande parte população; existem os turistas “verdes claro” que pensam nas questões verdes e tentam reduzir, por exemplo, o consumo normal de água nas localidades turísticas onde ela é escassa. Estes possuem interesse superficial por todas as questões verdes; os turistas “verdes escuro” procuram descobrir mais sobre uma questão específica, unindo-se a grupos de pressão e fazem sacrifícios por causa de suas idéias e chegam a pagar viagens de férias para trabalhar em questões ambientais e; os turistas “totalmente verdes” que não viajam nas férias a fim de não agredir o meio ambiente como turistas. Estes são uma ínfima parcela da população (SWARBROOKE, 2000a).

Dessa forma, a maioria de nós certamente tem, pelo menos, uma pincelada de verde em seu currículo, e apreciamos a natureza conservada. Swarbrooke (2000a, p. 37) cita um relatório da BAT – Leisure Research Institute - de 1993 o qual afirma que “[...] de dez critérios que indicam férias com qualidade listados por consumidores, sete se relacionavam com o meio ambiente”. Sob um exame mais atento, esse resultado parece mais relacionado com os interesses desses consumidores no meio ambiente como um fator determinante na qualidade de suas experiências de férias do que com sua preocupação com os impactos ambientais do turismo em geral.

A preferência por passar alguns dias de descanso em um meio ambiente adequado, com qualidade, algumas vezes em meio à natureza, faz com que se confunda o turismo sustentável com ecoturismo. Este último é um termo muito usado em nossos dias, mas que raramente é definido.

Em termos simples, ecoturismo significa que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, preservados, observar a vida selvagem, assim como sua população nativa. As preocupações dos ecoturistas incluem a deterioração do meio ambiente, o impacto sobre as comunidades locais e a necessidade de uma gestão turística de qualidade (WEARING, NEIL E FIGGIS, 2000, p. 27).

Dessa forma, é natural associar o ecoturismo com o turismo sustentável uma vez que o ecoturismo é visto como:

- a. um turismo em pequena escala;

- b. mais ativo do que outras modalidades de turismo;
- c. a existência de uma infra-estrutura sofisticada é irrelevante;
- d. empreendido por turistas, em sua maioria, esclarecidos e bem educados, conscientes das questões relacionadas a sustentabilidade, além de ávidos por aprender mais sobre esses temas;
- e. menos espoliativo das culturas e da natureza locais do que as formas “tradicionais de turismo” (adaptado de SWARBROOKE, 2000b, p. 56).

Ainda assim, SWARBROOKE (2000b) denuncia o ecoturismo como não tendo nada de sustentável, pois:

- a) o ecoturista tão preocupado em se comportar de maneira sensível no meio ambiente vulnerável da destinação, não costuma se preocupar com o dano que ele causa ao meio ambiente pelo simples fato de se chegar à destinação – carro, avião a jato não são virtudes de padrões ambientais, ainda mais se for acompanhada de outra semana de férias à beira mar em hotéis de alto padrão. Confunde-se assim o ecoturismo com “egoturismo” lançando dúvidas sobre a sustentabilidade e a moralidade do ecoturismo;
- b) esse turismo ecológico pode se tornar amanhã, turismo de massa, com os problemas inerentes desse turismo. Nas décadas de 1960 e 1970, as pessoas que realizavam safáris no Quênia eram poucas e conscientes com os impactos na vida selvagem e na população local. Com o desenvolvimento deste, o governo e a comunidade local lançou o produto “Safári no Quênia”, aumentando o número de turistas, até que os safáris acabaram provocando distúrbios na vida selvagem. Como o turismo cresceu muito e contribui em larga escala para a entrada do capital estrangeiro, o governo, para proteger a indústria do turismo, mudou parte da população (à força) para permitir um melhor florescimento da vida selvagem, passando para um turismo de massa;
- c) o ecoturista pode perder seu interesse por uma destinação que recebe elevado número de turistas convencionais, preferindo áreas “intocadas” e pagando grandes quantias para visitá-los;

d) é freqüente o ecoturista receber prestígio e satisfação ao visitar novas destinações e ver coisas que outros turistas não viram, sendo levados a buscar locais remotos, com ecossistemas e culturas diferentes da sua. Dessa forma, nenhum lugar está a salvo do ecoturista, seu senso de descoberta o torna perigoso. Estão ansiosos por escapar do circuito em que suas atividades podem ser gerenciadas para destinações não mapeadas;

e) o ecoturista, no que se refere a animais, prefere o “bom” e o engraçado, pode temer diante do grande e ficar fascinado pelo “mau”, mas não mostra interesse pelo feio ou pelo sem graça. Golfinhos e macacos são vistos como bons e engraçados, o elefante é grande, cobras e leões são considerados maus e até cruéis, mas, ainda assim, nos fascinam. No entanto, muito poucos estão interessados em viajar para ver alguma vida selvagem que pareça tediosa ou repulsiva. Os ecoturistas não querem gastar muito dinheiro vendo víboras, tamanduás ou antílopes, embora sejam criaturas tão importantes, em termos ecológicos, quanto elefantes ou golfinhos. Parece que o ecoturismo é mesmo um concurso de beleza, em que ela está nos olhos de quem o contempla e no qual os perdedores têm poucos amigos e protetores;

f) as diferentes culturas, como a tribo dos Maasai, na África, ficaram marginalizados em relação à observação dos elefantes selvagens. Os turistas preferem ver os elefantes aos Maasai. Parece que observar baleias é mais importante do que descobrir alguma coisa sobre o pescador artesanal nesse mesmo local. O Ecoturismo deve implicar ecossistemas e estes devem implicar as pessoas. (Adaptado de SWARBROOKE, 2000b, p. 59-63).

Embora esse último ponto apresente um aspecto dos impactos sociais do turismo, visto pelo lado do ecoturismo, a dimensão social tem, realmente, recebido bem menos atenção do que os impactos ambientais deste turismo, talvez porque ocorra de maneira vagarosa e discreta com o passar do tempo, talvez por ser invisível e intangível. Contudo, os impactos sociais do turismo, geralmente são permanentes, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter as mudanças uma vez ocorridas, certamente por ser decorrente de uma alteração cultural.

Wearing, Neil e Figgis (2000) comentam que nas comunidades locais existem grupos com interesses diferenciados que podem chegar a estar em lados opostos, isto é, nem todos os grupos desejam o mesmo. A indústria turística quer empresas saudáveis que ofereça segurança financeira, mão-de-obra qualificada e responsável, atrativos que garantam o fluxo de visitantes e bons rendimentos financeiros. Já os ambientalistas buscam a proteção do meio ambiente mediante a prevenção, a melhora, a correção dos danos e a restauração e motivar a população para que seja mais consciente, para que cuide dos recursos. Os membros da comunidade, entretanto, procuram um lugar saudável para viver, que ofereça comida, água, condições sanitárias, trabalho gratificante com um salário mais adequado, educação e ócio, além de respeito às tradições culturais e oportunidades para a tomada de decisões sobre seu futuro.

Certamente todos os três grupos desejam o mesmo. Se houver estas condições em uma comunidade, ótimo. Mas, se alguém tiver que pagar pela capacitação da mão-de-obra, conscientização da população, por um salário que permita uma vida mais digna ou pelo ócio, dificilmente poderíamos achar facilmente um grupo financiador. A entrada em cena de um novo grupo, o poder público seria necessário.

Em geral, essas mudanças ocasionadas pelo turismo são consideradas como negativas, contudo, é importante reconhecer que existem efeitos positivos, embora subjetivos, tais como apresentados na tabela 2:

Tabela 2. Principais impactos do turismo sobre culturas e sociedades locais.

Impactos	Positivos	Negativos
Herança	Melhora a qualidade dos museus; Atenção à conservação das comunidades locais.	Construção com estilos arquitetônicos não tradicionais; Roubo de artefatos pelos turistas.
Artes tradicionais	Desenvolvimento de novos mercados para artesanato e formas de arte tradicionais; Renovação de formas de arte tradicionais.	Pressão para substituir o artesanato tradicional por produtos que os turistas exigem; Banalização/modificação de formas de arte tradicionais.
Estilos de vida	Aumento da conscientização de	Perigo de passar da auto-suficiência para

tradicionais	estilos de vida em todos os lugares do mundo.	a dependência; Aumento da influência da mídia estrangeira; Novos hábitos culturais.
--------------	---	---

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000a).

Estes impactos geralmente são causados por que se trata, no dizer de Talavera (2002, p. 21), de “um turismo em um território não turístico, em que nem o visitante se considera a si mesmo como turista e, em teoria, escapa as normas estruturais e funcionais do resto das áreas turísticas tradicionais”.

Fonteles (2004) apresenta um quadro que descreve um turismo predatório que escapa as normas estruturais em uma vila de pescadores do município de Jijoca de Jericoacoara, CE mais especificamente da praia de Jericoacoara, lugar de grande beleza em termos de paisagem natural e de grande fluxo de turismo nacional e internacional.

Para se chegar à praia de Jericoacoara, CE, na década de 1970 e início da década de 1980, os visitantes enfrentavam uma caminhada de 2 horas levando suas malas em jegues alugados para tal. Não havia pousadas nem nada parecido e estes aventureiros dormiam e comiam em casas de pescadores ou em barracas.

Em 1984, apoiados por turistas, os moradores transformaram a comunidade em Unidade de Conservação para proteger e preservar os ecossistemas de praias e mangues; as dunas; as formações geológicas; as espécies animais e vegetais e as aves de rapina e praieiras.

Segundo Fonteles (2004) a criação da Área de Proteção Ambiental - APA de Jericoacoara, CE, conforme o decreto Nº 90.379 de 29 de outubro de 1984, acabou despertando o interesse dos especuladores. Estes especuladores invadiram a região provocando impactos ecológicos, culturais, sociais e sanitários. Mas, o problema central foi que a população que lá vivia há séculos, um dos principais grupos interessados, não foi integrada na política de gerenciamento; nem foi informada do que se tratava.

Os moradores sentiram-se enganados, pois a APA não havia sido criada para se tornar um empecilho para o desenvolvimento da região, mas sim como instrumento de crescimento por meio do turismo. De acordo com Fonteles (2004), jornais locais começaram a

questionar se o importante era o turismo ou a preservação, sendo que a maior atração de Jericoacoara e o que atrai os turistas é seu patrimônio ambiental. Os visitantes geram a ambição dos nativos e de pessoas de fora para explorar a incipiente comercialização de hospedagem, alimentos e produtos da terra, contribuindo para a descaracterização cultural dos costumes e modos de vida da população, que ainda encanta os visitantes.

Em 1987, equipes de televisão de diversos países registraram imagens de Jericoacoara. Neste mesmo ano, o programa Fantástico da Rede Globo exibiu uma reportagem sobre o local, fazendo com que milhares de pessoas fossem visitar essa vila de pescadores sem que houvesse infra-estrutura suficiente para recebê-los.

Com um olhar mais aguçado Fonteles (2004) verifica que parte da população nativa sente-se incomodada pelo estranho, seja ele turista ou adventício; parte dos ecossistemas se encontra alterado e as instituições responsáveis pela conservação não tem tido uma presença constante na vila.

A publicidade em torno do local fez com que o fluxo turístico, nacional e internacional, se tornasse incompatível com a infraestrutura disponível, trazendo problemas à população receptora, desequilibrando os ecossistemas, criando um turismo desordenado e comprometendo a qualidade de vida dos moradores.

Aos poucos as contradições foram aumentando ainda mais. Os nativos envolveram-se no processo de criação da Unidade de Conservação, embora não tivessem clareza de suas ações, foram conduzidos pela expectativa de melhorias das suas condições de vida, sem compreender que os detentores do capital se apropriariam da natureza e a privatizariam, se aproveitando do “passado” dos grupos sociais colocando-o a serviço dos seus interesses (FONTELES, 2004, p. 149).

Quando os problemas começaram a surgir, por conta da expansão acelerada do turismo, a realidade começou a se modificar e a comunidade não acompanhou essa evolução. Como estavam dentro de uma APA, tinham dificuldade em colocar energia elétrica em casa, construir um quarto, mudar a fachada ou cortar uma árvore. As proibições fizeram com que

os moradores se apercebessem de que não era bem aquele projeto que imaginaram para a comunidade.

Segundo Fonteles (2004), os moradores de Jericoacoara ao perceberem que a nova realidade advinda com a criação da UC e com o turismo não correspondia aos seus reais interesses reagiram e enfatizaram a influência negativa do turismo. Para eles havia degradação do seu habitat e da estrutura cultural das pessoas da vila; mencionavam o turismo predatório, a publicidade exagerada em torno do lugar, o acúmulo de lixo e o descaso das autoridades responsáveis pelo gerenciamento da APA.

A nova formação sócio-cultural da comunidade, que começa a receber influências estranhas à área, continua a possuir raízes históricas, embora estejam em outro registro. A comunidade tradicional vê nascer em torno de si novas possibilidades de melhoria de vida em todos os níveis, de maneira que ela não consegue impedir que as transformações ocorram. É difícil negar a atração do novo e o desejo de possuí-lo, de partilhar do bem-estar e das facilidades que o moderno proporciona, emergindo a vontade de adotar novos modos de pensar, novos modos de fazer, novos modos de viver a vida. E os membros da comunidade vão acatando, cada um em ritmo próprio, os novos elementos.

As alterações no cotidiano vêm acompanhadas de vários problemas, como a especulação imobiliária, o uso de drogas, a prostituição, a descaracterização cultural e arquitetônica e a degradação ambiental.

Nota-se o uso de gírias na fala dos nativos, o uso de cabelos longos e brincos, numa clara modificação do comportamento comunitário. Em diversos pontos atrativos vêm-se os rabiscos dos turistas, na tentativa de perpetuar sua estadia e provar a má educação de um povo.

As interações e sociabilidades dos moradores de Jericoacoara tornam-se bloqueadas por dificuldades de reconhecimento do outro. A dificuldade em reconhecer e aceitar o outro se torna maior quando os habitantes nativos vêem, repentinamente, que o lugar que “antes era só deles” passa a ser ocupado por estranhos, gerando impactos de ordem cultural, social e ambiental. Esses estranhos, além de ocuparem certo território, confinam ou expulsam

antigos moradores, quebram a linhagem familiar, destroem relações sociais e deixam de lado concepções e práticas culturais. Ainda assim, os antigos moradores, vítimas da destruição dos seus saberes, encontraram formas de recriação de idéias e modos de vida. Muitas vezes pela assimilação das concepções dos “inimigos”, pois, nesses espaços, pessoas e recursos naturais são transformados em objetos ou espetáculo a serviço dos turistas que, na fuga do cotidiano, busca paisagens cada vez mais exóticas para realizar sonhos e concretizar aventuras.

Ainda nas palavras de Fonteles (2004), em Jericoacoara verifica-se um re-ordenamento constante do espaço surgindo oportunidades para os moradores nativos, adventícios e turistas. Jericoacoara globaliza-se e moderniza-se. Na localidade fala-se inglês, francês, espanhol e outros idiomas e o dólar é moeda forte corrente. Sendo um lugar privilegiado para a exploração valorativa dos ambientes naturais, com a possibilidade de atrair recursos do exterior para viabilizar investimentos em infra-estrutura, esses empreendimentos são geralmente efetuados por pessoas com maior poder aquisitivo, concorrendo de forma desigual com o nativo.

A experiência que a vila de Jericoacoara passou e ainda passa deve ser tomado como exemplo pelo município de Porto Rico, e levado em conta para tentar não se repetir alguns erros, embora a especulação imobiliária e os preços dos produtos em geral já sejam sentidos pelos moradores. Mas se formos entrar no mérito das Unidades de Conservação, não apenas a APA de Jericoacoara, a qual permite certo grau de ocupação, mas as áreas que restringem a ocupação humana, vê-se que as políticas públicas abandonam, em muitos casos, estas UC. Para exemplificar a falta de recursos e de interesse do Governo Federal, Seabra (2001) denuncia que o Monte Roraima e Pico da Neblina, ambos no Estado do Amazonas, Serra Geral no Rio Grande do Sul, São Joaquim em Santa Catarina e Lençóis Maranhenses no Maranhão são alguns dos Parques Nacionais que não dispõem de qualquer tipo de fiscalização.

O Parque Nacional do Jaú, AM é o maior do Brasil, medindo 2.227.200 hectares – do tamanho do país de Israel, e conta com apenas dois guardas e o Parque Nacional do Araguaia situado na ilha do Bananal, GO, com 562.312 ha, é administrado por apenas três fiscais do IBAMA, sendo que este parque sofre pressões da reserva indígena existente na

mesma ilha, das fazendas agropecuárias localizadas à sua volta e, implantado recentemente, um complexo turístico envolvendo 24 municípios, estando prevista a construção de rodovias ecológicas, um porto, um aeródromo além do conjunto hoteleiro e de um núcleo residencial (SEABRA, 2001).

No interior do Parque Nacional do Jaú, AM (PNJ), existe cerca de 920 ribeirinhos que não abandonaram suas terras quando da constituição do Parque em 1980. São completamente dependentes dos rios e das lavouras que ali cultivam, convivem com a ameaça constante da perda de suas terras, seu alimento, sua história e cultura tradicional. Nas falas dos moradores locais ouve-se frases como “para quem tem família, melhor é a roça”; “só preservam o jacaré, a onça, mas se esquecem que existem o homem, a mulher e a criança, que também podem ser preservados”, e “a gente nasceu e se criou no rio. Fica difícil sair assim. Não tenho saber pra viver em outro canto” (REPÓRTER BRASIL, 2006b), numa clara demonstração de repúdio pela fiscalização e dependência pelo lugar.

O Parque Nacional do Iguaçu em Foz do Iguaçu, PR, atualmente está se preocupando com as populações lindeiras²², pois estas invadem o parque sujando, matando animais e coletando palmitos e outras espécies vegetais ameaçadas de extinção ou não, além dos problemas do efeito de borda²³ e das monoculturas nas áreas imediatamente próximas ao parque, trazendo problemas com pesticidas, herbicidas, entre outros.

E mesmo que se crie e fiscalize efetivamente as UCs, muitas delas, além de se sobrepor a áreas indígenas contém moradores tradicionais. Arruda (2000) aponta que 35% das Unidades de Conservação da Amazônia se sobrepõem a áreas indígenas e que 39% do conjunto das UCs dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná existem moradores, sem contar que em 88% do entorno das UCs pesquisadas pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas – Nupaub da Universidade de São Paulo – USP, vivem populações tradicionais que, de alguma forma, se relacionam com estas unidades.

²² Lindeiras: à margem, nesse caso nas cercanias do Parque Nacional.

²³ A fragmentação de um habitat aumenta a quantidade de borda. O microambiente numa borda de fragmento é diferente daquele do interior de uma floresta. Os efeitos de borda mais importantes são o aumento dos níveis de luz, de temperatura e vento, e diminuição de umidade. Estes efeitos são, por vezes, evidentes até a 500 metros para dentro de floresta, porém, muito freqüentemente, mais notáveis nos primeiros 35 metros (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p.100).

Embora o Brasil tenha interesse em preservar áreas, legislando sobre sua criação como na Lei Federal número 9.985/2000, na qual criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - comete transgressões jurídico-institucionais resultantes do processo de ocupação e uso dos recursos naturais nessas mesmas áreas protegidas. Como exemplo existe o Parque Nacional de Paulo Afonso, BA, criado em 1948 e extinto anos depois para a construção da usina hidrelétrica com o mesmo nome. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO, criado em 1961 com 265 mil hectares, foi reduzido para 171 mil hectares em 1972, passando para os atuais 62 mil hectares em 1981 (SEABRA, 2001), além da extinção do Parque Nacional de Sete Quedas, PR, como já mencionado.

Apesar dessas questões político-administrativas, o turismo, como qualquer outra atividade econômica, possui uma estrutura baseada em um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio. Essas partes podem ser os componentes políticos, ambientais, econômicos, sócio-culturais e jurídico-institucionais (SEABRA, 2001). Comumente, o produto turístico, representado pelos atrativos naturais é comprometido em virtude de infra-estruturas que são implantadas visando à massificação da visitação e, portanto, a uma maior lucratividade do empreendimento.

Esse planejamento turístico deve ser feito em vista de não apenas diagnosticar as potencialidades dos recursos naturais, norteando a sustentabilidade da sua exploração, mas deve também, detectar as fragilidades contidas nos ecossistemas e nas comunidades humanas afetadas.

Seabra (2001) denuncia que, como os investimentos das entidades tais como empresas e secretarias de planejamento econômico, são destinados à multiplicação do capital, ou com a falsa justificação de beneficiamento sócio-ambiental, os órgãos governamentais, invariavelmente, perdem as questões de defesa do meio ambiente, cujo argumento é quase sempre o mesmo: o de que o desenvolvimento deve ser realizado a qualquer custo.

Embora a cidade de Porto Rico não seja conhecida atualmente como um destino turístico propriamente dito, ela apresenta atrativos para o turismo. Muitos aspectos devem ser considerados para esta construção turística: conservação local, resgate da comunidade via

capacitações profissionais para o trabalho com trilhas ecológicas nas ilhas; o desenvolvimento de determinadas infra-estruturas, entre as quais as vias de acesso, a estrutura hoteleira, saneamento e o comércio em geral. O artesanato deve receber algum incentivo, pois pode ser fonte de renda e ocupação e quase todo vem de fora da cidade. Grunewald (2002) desenvolveu com os índios Pataxó em Coroa Vermelha, próximo à cidade de Porto Seguro na Bahia estratégias de artesanato como fonte de renda ligada à cultura e tradições dos Pataxós. Sua língua e uma história ligada ao descobrimento do Brasil foram incentivadas pelos turistas e órgãos ligados aos Pataxós, afinal ocupavam o local desde o encontro inicial com o colonizador europeu. No final, suas danças e músicas passaram a ser também objeto de interesse dos turistas, bem como aspectos de sua vida cotidiana como alimentação, moradia, plantas medicinais entre outros.

Embora o desenvolvimento do artesanato seja um ponto a ser considerado nas localidades turísticas, Silva (2002) alerta que em Porto Rico o turismo tem sido voraz, com intensa especulação imobiliária, para a construção de mansões requintadas em condomínios reservados, contrastando de forma gritante com uma paisagem natural e com a rusticidade do local. Para Silva (2002, p. 81), é interessante perceber toda uma cidade de descendentes de pescadores e lavradores e, dentro dela, solares, grandes “elefantes brancos”, incômodos, inquietantes e barulhentos pelos comentários que despertam.

Os entrevistados de Silva (2002), no ano de 2001 e 2002, associaram a falta de peixe e de animais nativos na região ao impacto da exploração turística predatória nas ilhas. O ilhéu sabe que o peixe prefere regiões de vegetação para se abrigar e se alimentar e a maioria dos turistas que possuem casas de veraneio nas ilhas (clubes de pesca) desmatam as margens, usadas como atracadouros, pontos de pesca, estética ou simplesmente para sua suposta proteção.

2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM SUA DINÂMICA ECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL COMO OBJETO DE ESTUDO.

É necessário que as coisas mudem
para que permaneçam as mesmas
O leopardo
Tomasi di Lampedusa

Os ilhéus da região de Porto Rico estavam vivendo no local (ilhas) desde a década de 1960. Silva (2002) mostrou que este grupo de pessoas era formado por migrantes que saíram principalmente da região Nordeste do Brasil à procura de melhores condições de sobrevivência.

Em 30 de setembro de 1997 as áreas habitadas das ilhas próximas a Porto Rico foram transformadas em Área de Proteção Ambiental. Essa mudança, legitimada pela Lei Nº 9.985 de 18/07/2000 e outras alterações ambientais levaram: a) uma transformação radical na forma de organização de trabalho dos moradores/ilhéus; b) migrações, com a conseqüente dissolução de diversas famílias; c) transformações radicais da rotina de subsistência com pesca, hortas e criação de animais para outras rotinas (trabalhos de vigia, servente de pedreiro, empregados de comércio e outras).

Sobre estas transformações, o jornal Diário de Maringá de 31/10/2004, divulgou em uma reportagem cuja manchete é “Ilhéus pedem socorro” que descreve a história de moradores e ex-moradores das ilhas que já teriam deixado a região, “alguns em direção ao Norte do país, outros para a Vila Rural de Porto Rico, parte ingressou no Movimento Sem Terra (MST), outro tanto virou bóia-fria e o restante foi para a cidade (de Porto Rico)”. Estes moradores fundaram a Associação dos Lavradores - Pescadores do Rio Paraná - ALPRP na ocasião representando 63 famílias, e protocolaram junto ao Ministério Público Federal de Maringá, em 22 de outubro de 2004, um abaixo-assinado reclamando da “penúria” por que estão passando (DIÁRIO DE MARINGÁ, 2004).

A criação de Unidades de Conservação, entretanto, ocorreu com o propósito de estabelecer lugares separados de tudo e de todos do ponto de vista estritamente ecológico, isto é, os

projetos levaram em conta apenas os aspectos de biodiversidade da fauna e flora e suas relações com o meio físico. Inspirados por modelos norte-americanos de preservação de áreas verdes, os profissionais que idealizaram as Unidades de Conservação ignoraram os problemas com as populações locais e tradicionais que, nesses locais, estavam vivendo há mais de 100 anos, algumas mais e outras menos. O fato é que essas populações tinham uma experiência ecológica e cultural com os locais e de repente foram desalojados (DIEGUES, 2001). Muitos problemas sócio-jurídico-ambientais persistem ainda hoje, como iremos ver mais adiante neste trabalho.

Adotando a visão dos norte-americanos em relação às suas áreas, os brasileiros tomaram medidas para a preservação da natureza e se dispuseram dos homens. Tratava-se de uma visão dicotômica de homem e natureza, que abstraiu as populações tradicionais e seus ambientes. Populações indígenas, quilombolas, ilhéus e outras foram expulsas mais uma vez no processo “civilizatório” brasileiro nas palavras de Darcy Ribeiro (1995).

Diegues (2000, p. 14) procura situar as bases da ciência da conservação ambiental no reducionismo metodológico tanto das ciências naturais quanto das sociais. Desde o século XVII, a investigação científica foi definida pelo paradigma cartesiano ou pelo positivismo²⁴ – racionalismo²⁵. Esta ciência tenta descobrir a verdadeira natureza da realidade a fim de prever e controlar os fenômenos naturais. O problema é que os cientistas pensam que estão separados dessa realidade e por isto são objetivos. O reducionismo positivista procura desagregar a realidade em componentes menores para reordená-los, posteriormente, como generalizações ou leis.

Um dos pontos considerado crítico desse reducionismo é o conceito de “Meio Ambiente”, pensado como uma questão exclusivamente biológica ou natural. Como consequência, tudo

²⁴ O positivismo foi fundado pelo filósofo Augusto Comte (1798-1857) que, em sua exaltação do saber científico, torna este fonte única de conhecimento válido obtido por métodos das ciências da natureza. O positivismo quer limitar-se à experiência imediata, pura, sensível, como já fizera o empirismo, daí a sua pobreza filosófica, mas também o seu maior valor como descrição e análise objetiva da experiência, através da história e da ciência. Ordem e progresso é um dos conceitos positivistas de Comte. (COMTE, S/D)

²⁵ Racionalismo: Séc. XVII, tem como principal pensador René Descartes (2004). Busca da razão para a recuperação da certeza científica, a exemplo da matemática. Caracterizada pela necessidade de construir uma cadeia de razões que conduza ao desconhecido, em que apenas o evidente seja verdadeiro - com uso de preceitos metodológicos para a determinação deste. Descartes forneceu as ferramentas para a intervenção ativa do homem no mundo.

que se refere a meio ambiente é identificado como “natural e biológico”, particularmente pelos cientistas naturais.

Do ponto de vista do reducionismo biológico, os aspectos da vida humana podem ser explicados por fatores biológicos, hereditários, comportamentais, entre outros. Esses modelos biológicos têm dificuldade em incluir o homem, assim como a teoria dos ecossistemas que, por exemplo, é incapaz de integrar o homem em suas pesquisas, apesar das aspirações de seus promotores como Odum²⁶, privilegiando o estudo dos ecossistemas menos tocado pelo homem, ainda que sua quase totalidade já tenha sofrido a intervenção humana (DIEGUES, 2000, p. 15).

Os cientistas da Biologia da Conservação e outros pesquisadores ambientais tendem a olhar os ecossistemas pela lente estreita de sua disciplina profissional, dando ênfase aos aspectos em que se especializaram como plantas medicinais, insetos, peixes, árvores ou elefantes, ou ainda por atributos do ecossistema como diversidade. Esse aspecto se transforma no foco principal de sua atenção quando visitam uma área rica em diversidade biológica.

Para Pimbert e Pretty (2000), a especialização disciplinar dos profissionais da conservação age contra o entendimento dos fatores que sustentam o êxito dos sistemas nativos de manejo dos recursos naturais. Para esses autores, perde-se a oportunidade de desenhar esquemas adequados de conservação da biodiversidade.

Um problema da ciência ocidental positivista e reducionista, na visão de Nabham *et al.*, citado por Pimbert e Pretty (2000, p. 186) é seu insistente desvio etnocêntrico:

Apesar das possibilidades de se basear na tradição nativa de conhecimento de plantas para a conservação de espécies raras, algumas atitudes etnocêntricas que existem entre os biólogos conservacionistas treinados no ocidente impedem que o aproveitamento desse potencial seja totalmente realizado. Porque muitos biólogos tendem em analisar o chamado ecossistema natural, freqüentemente ignoram que estão, na verdade, observando relações entre organismos e seu ambiente que foram influenciados pela humanidade por milhares de anos... Mesmo quando não ignoram essas influências humanas, esses biólogos tratam a presença humana como um fenômeno exclusivamente negativo, um transtorno ou intromissão.

²⁶ Eugene Odum, pioneiro da ecologia moderna, considerava-se um ávido ecologista e ambientalista. É identificado com a frase “o ecossistema é maior que a soma das suas partes”. Faleceu em agosto de 2002 (ODUM, 2006).

Outro problema é que especialistas adotam apenas um ou dois critérios para decidir sobre prioridades ou para medir o êxito de projetos de conservação, por exemplo, a quantidade de espécies salva. Mas as populações rurais e nativas se agissem como gestores de sistemas complexos, por sua suposta vivência e conhecimento, teriam muitos mais critérios a avaliar e combinar na escolha de atividades de manejo que influenciariam o destino de espécies e de ecossistemas. Para Pimbert e Pretty (2000, p. 186), isso levanta questões importantes, como qual conhecimento deve ser levado em conta no estabelecimento de parques e áreas protegidas? Que prioridades devem ser consideradas para uma conservação bem sucedida da biodiversidade? As dos cientistas ou as das populações rurais? Certamente o aproveitamento dos dois tipos de conhecimento faria com que melhores decisões fossem tomadas.

Se levarmos em conta os dois lados, o dos homens e da natureza²⁷ na definição de espaços para preservação, temos que compreender que o vínculo de muitos povos tradicionais²⁸ com a terra é central nas vidas desses povos. Escreveu Diegues (1993, p. 229):

²⁷ Se é que existe o lado da natureza. Acreditamos que o lado da natureza também é o lado dos homens, pelo menos de alguns defensores da natureza. Polinari (1999, p. 213-214) provoca os ambientalistas dizendo que não existem problemas ecológicos:

[...] pois a natureza funciona segundo suas ordens interativas caóticas, ordens caóticas sim, pois funcionam em outras bases interativas que não as nossas linearidades cognitivas consensuais. Elas se auto-organizam a cada momento como fenômenos interativos aleatórios. São os cientistas da natureza que geram perguntas problemas a esse caos interativo natural.

Assim como não existem problemas ecológicos também não existem problemas ambientais genéricos, mas sim inadequações interativas entre nichos signogônicos (grupos sociais) com os ecossistemas e entre eles mesmos. Por exemplo: para o madeireiro, floresta é fonte de madeira; para o biólogo/ornitólogo é fonte de pesquisa; a mesma diversidade interativa ambiental ocorre com outros ecossistemas para cada nicho signogônico da sociedade. Em tal floresta predominará o madeireiro ou o ornitólogo? Qual tem as melhores estratégias de predominância?

[...] não existe, portanto, bem e mal, certo e errado, função e disfunção interativa genérica nem subsunção de todo ser humano ao capital, pois existem dimensões interativas e não apenas uma. O que há são inadequações interativas sociais e ecológicas dimensionais em um ambiente, que podem ser sustentáveis ou não, proporcionarem ou não qualidades de vida adequadas aos nichos signogônicos num longo prazo. Tal riqueza de diversidades interativas, de jogos signogônicos e correlatos nichos signogônicos são opções, projetos de predominâncias interativas ambientais em cada dimensão.

²⁸ Populações tradicionais, sociedades tradicionais, culturas tradicionais, comunidades tradicionais, geralmente são termos usados sem grande precisão. Estas estão relacionadas com uma organização sócio-econômica com reduzida acumulação de capital, não usando empregados assalariados. Estão envolvidos em atividade econômica de pequena escala como agricultura, pesca, coleta e artesanato, baseando-se no uso de recursos naturais renováveis, sendo uma característica desse modo de produção seu “know-how” ou “conhecimento tradicional”, passado de geração para geração. Como estas populações geralmente não possuem outra fonte de renda, o uso sustentado dos recursos naturais é de fundamental importância

[...] muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente. A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos freqüentemente são personificados e endeusados através de mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza.

Diegues (1993) ainda comenta que, segundo a corrente preservacionista²⁹, que serviu de modelo para o movimento conservacionista norte-americano, a criação de parques foi a única maneira de proteger grandes áreas com belezas cênicas do desenvolvimento urbano-industrial, pois se baseava nas consequências do capitalismo sobre as terras ainda não exploradas do oeste selvagem, como os efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos, sendo qualquer intervenção humana vista como aspecto negativo. Mas havia um outro lado da moeda: desconsiderou-se que tribos indígenas e outros povos tinham vivido nestes lugares durante milhares de anos, e esse modelo de convivência parecia não mais ser possível para os conservacionistas ortodoxos.

Esse modelo provocou, então, toda sorte de conflitos entre as populações tradicionais e pessoas interessadas em preservar suas terras. Estas áreas passaram a ser protegidas como parques, diminuindo sensivelmente os povos extrativistas, pescadores e índios cuja relação com a natureza era diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais. Atualmente se inclui neste rol a maioria dos administradores do IBAMA que, segundo Diegues (1993, p.236), são constituídos, em geral, por profissionais das ciências naturais, preparados para uma ação ambiental nos moldes dos conceitos norte-americanos, para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa. Desse modo coube aos antropólogos e sociólogos lembrar aos ecólogos o que havia nessas áreas de preservação: humanos!

A “invasão” de áreas pertencentes a povos tradicionais é justificada pela demanda imobiliária, agrícola e/ou de preservação, em que o interesse é tão somente pela terra. Pode-

(DIEGUES, 2000). Como exemplo tem-se as populações de seringueiros, caiçaras entre outras, como mencionado anteriormente.

²⁹ A corrente conservacionista ou preservacionista (embora tenha suas diferenças, consideramos ambas como semelhantes nesse texto), bastante presente nos países do norte, mas também no Brasil, se organiza em torno da preocupação de preservar os recursos naturais intocados, protegendo a flora e a fauna do contato humano e da degradação. Prega a preservação do meio ambiente pura e simples (LIMA, 1999).

se edificar, plantar ou preservar. As pessoas que estão sobre a terra, que a habitavam a dezenas ou centenas de anos, parece, não suscitar interesse. Sua cultura, seus saberes, língua e tradições, pensam alguns, “podem” ser perdidos.

Nas metrópoles ou nas proximidades dessas, a “invasão” de áreas do Estado, ditas protegidas ou de Preservação Permanente, como matas ciliares, manguezais, fundos de vales e/ou colinas como as de Florianópolis³⁰, são uma tentação para os interesses imobiliários que querem satisfazer os desejos do mercado (desejos crescentes), construindo nesses locais. Tuan (1980, p. 127) já lamentava o destino da natureza porque, para ele, cada colina e cada vale estão se transformando em um altar ao dinheiro. À medida que a população aumenta a pressão sobre os ambientes naturais também aumenta, os campos “precisam” ser cultivados e as habitações construídas.

E é interessante notar como esta preferência do campo em relação às cidades e ao ambiente selvagem pelo homem, faz com que se tente transformar parte da floresta tropical ou do cerrado em áreas cultivadas. As bordas da floresta amazônica estão sendo desmatadas rapidamente, atualmente menos para a indústria madeireira e mais para a expansão da soja, embora estejam relacionadas. Isto faz, também, lembrar uma passagem do texto de Guha (2000, p. 84.) em que

[...] um dos objetivos aparente da humanidade é converter o mundo num pasto, destinado a produzir e sustentar os humanos como animais de carga. O desafio, no qual o ecólogo tropical é um general, um pajem, um soldado da infantaria, um especialista, é impedir que a humanidade atinja este objetivo.

³⁰ Existem diversos movimentos em Florianópolis, SC para conter as construções desordenadas nos altos dos morros, área privilegiada em termos de localização mas supostamente de preservação, protegida devido à queda de barreiras. Grande parte dos mangues nessa cidade já foram tomados para a expansão imobiliária.

Na figura 7, um Cartum de Quino (1990) ilustra o tema, mostra a transformação da selva em campo, amansando a brutalidade da mata, disciplinando os animais e vegetais ao mando do homem.

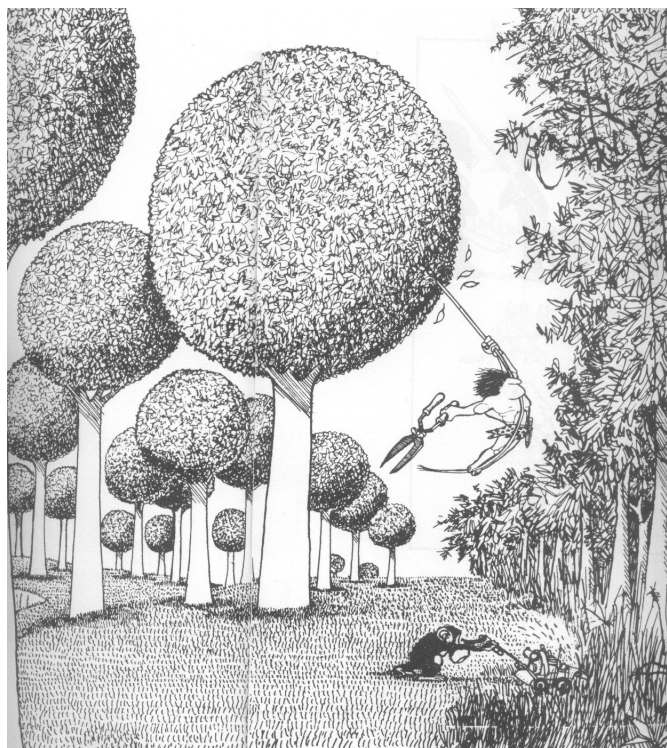


Figura 7. Selva domesticada. Fonte Quino, 1990.

Keith Thomas (1988), em “O homem e o mundo natural”, comenta as diferentes percepções ambientais ao longo dos séculos, exemplificando com a destruição de matas e florestas para o cultivo e outros usos comerciais. Para ele:

[...] no século XVII [na Inglaterra] [...] o aprimoramento e a exploração agrícola não eram apenas economicamente desejáveis; constituíam imperativos morais. Deus criara a terra, declarava o elisabetano sir George Peckham, “para que ela pudesse, por meio do cultivo e da lavoura, dar coisas necessárias à vida dos homens” [...] O amanho do solo simbolizava a civilização, ao passo que as terras agrestes e vazias, obstruídas por moitas e urzes eram como um caos disforme. Um terreno não cultivado [...] era a suma exata da natureza degenerada (THOMAS, 1988, p. 302 - 303).

E continua descrevendo a destruição dos bosques na Inglaterra:

[...] por toda a primeira fase dos tempos modernos prosseguem este labor – empurrando a lavoura colina acima, recuperando charcos, drenando pântanos,

convertendo charnecas em solo arável. [...] e isto explica por que, no século XVIII a ideologia do aprimoramento estava tão difundida, não apenas entre os agricultores profissionais [...] que pretendiam transformar terras aráveis do reino em culturas e cobri-las de nabos, trigos e trevos, ao invés de urzes, tojos e fetos (THOMAS, 1988, p. 303).

Ainda para Thomas (1988, p. 303), os observadores urbanos, como a escritora Elizabeth Carter que achava, em 1769, que “[...] a desgraça do país estava nos trechos de terra não lavrada” e era preciso transformá-la em área útil.

O interessante é que “tais homens não acostumavam situar a utilidade acima da beleza. [...] para eles, uma paisagem domesticada, habitada e produtiva era bela” (THOMAS, 1988, p. 303). Pelo menos na Inglaterra, antes de terminar o século XVIII, este pensamento foi alterado. Thomas (1988) argumenta que o gosto mudou dramaticamente. Quanto mais selvagem a cena, maior seu poder de inspirar emoções.

Para os ingleses, mesmo tendo uma visão pouco utilitarista, a natureza os atraía: “No final do século XVII, a difusão mística da natureza entre os teólogos e filósofos veio depor com a convicção, de uma minoria cada vez mais ampla, de que as montanhas davam prazer porque ofereciam o ar mais puro e as melhores vistas” (THOMAS, 1988, p. 308). Esta visão foi mais forte na Inglaterra, basicamente por pensadores, escritores e filósofos do século XVIII:

[...] no correr do século XVIII a paixão pelo cenário montanhoso tomou conta do público que gostava de viajar e, em fins do século XVIII, o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se converteu numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica. O valor da terra inculta não era apenas negativo; ela não proporcionava apenas um lugar de privacidade, uma oportunidade de auto exame e de devaneio íntimo; tinha um papel mais positivo: exercia um salutar poder espiritual sobre o homem (THOMAS, 1988, p. 309).

Mesmo com idéias tímidas de proteção dos ambientes naturais, da moral antiga de que terra boa era terra cultivada, alguns nobres do século XVIII notaram a necessidade de proteger parte desses ambientes.

Guha (2000) descreve que alguns exploradores e missionários do século XIX foram para a África, para promover os três “cês”: cristianismo, comércio e civilização. Atualmente, no século XX, foi acrescentado um quarto “ce” de conservação. Guha (2000, p. 87) diz que estes missionários modernos estão convencidos que, sem a orientação do homem branco, os

africanos sairiam dos trilhos. Esses “trilhos” estão sendo implantados por pessoas com uma visão diferente da dos africanos residentes.

Da maneira como os africanos vêem, os homens brancos fazem leis para proteger os animais selvagens que eles desejam ver nos parques. Porque os africanos deveriam ajudar esses programas? Estes são deslocados de suas casas em áreas de preservação, estão proibidos de caçar e de recolher lenha. Para o autor, muitas políticas conservacionistas na África tenderam a servir os interesses estrangeiros, como turismo e safáris, e ignoram largamente os valores conservacionistas africanos e sua cultura (GUHA, 2000).

Guha (2000) fala, ainda, do surgimento da biologia da conservação, no final do século XX, dizendo que esta quer a primazia do estudo sobre as partes não cultivadas da terra, cobertas com o que um grupo de cientistas define como floresta e outros como mundo selvagem. Para preservar, os biólogos usam uma linguagem alarmista³¹ e hiperbólica para conseguir o apoio do público. Estes biólogos falam, em tom apocalíptico, dos perigos que a civilização representa para a perda da biodiversidade, além de desqualificar e desrespeitar outras formas de conhecimento, em particular o conhecimento das comunidades locais.

Esta preservação pressupõe a saída dos moradores locais, tradicionais ou não de suas terras, como, por exemplo, os “marroquinos”, povos tradicionais da Estação Ecológica de Serra das Araras, no Mato Grosso, (onde dezessete famílias foram expulsas na década de 1990). Estes habitavam a área há muitos anos e praticavam agricultura e caça de subsistência.

Os “marroquinos” detinham grande conhecimento e uso de espécies de plantas da medicina popular, como fontes de alimentos e construção de moradias. A conservação das matas ciliares e das encostas das serras representavam uma base forte, cultural e ecológica, uma vez que elas favorecem a manutenção dos recursos para a sobrevivência e a biodiversidade. Nas palavras de um “marroquino”, ex-morador da Serra das Araras, que não podia nem visitar o local (DIEGUES, 2001, p. 141): “[...] se a gente pudesse ainda tava morando lá,

³¹ Mayer (1998) chama atenção para a forma de ser ouvido em temas de preservação ambiental. Muitos autores preferem o medo e a linguagem catástrofista como uma razão para se mudar comportamentos. A autora diz que fazem falta esperanças e laços estreitos com o meio ambiente, embora possam ter efeitos à longo prazo são, com certeza, mais duradouros.

era bom. Lugar desocupado, tranqüilo, tinha roça boa. Sinto vontade de morar lá, mas é pra trabalhar, mas não agüento mais. Sinto vontade de espiá, mas quá!” (sic).

Apesar dos casos de desapropriação em áreas de conservação como os ilhéus de Porto Rico e dos Marroquinos, têm-se em Mamirauá³² um exemplo de incorporação recente de populações tradicionais em Unidades de Conservação restrita. Essa reserva está localizada na confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati-Paraná, no médio Solimões no Estado do Amazonas. O projeto da Estação Ecológica Mamirauá - EEM é administrado pela Sociedade Civil Mamirauá e apoiado por diversas organizações não governamentais.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) foi criada em 1990 como Estação Ecológica pelo Governo do Estado do Amazonas com 1.124.000 hectares nas florestas inundadas da Amazônia Central para proteger grande parte das terras inundadas localizadas entre os rios Japurá e Solimões, onde moram cerca de 4.500 ribeirinhos, espalhados em cinquenta pequenas comunidades. Essa população vive da pesca, da caça e do uso da floresta. Além dessas atividades tradicionais, há o corte de madeira vendida nas serrarias das cidades (MAMIRAUÁ, 2006).

O interessante é que, ao contrário do que obriga a legislação (desapropriação e, conseqüentemente, expulsão dessa população da área), a administração do projeto decidiu manter os varzeiros nesse território onde sempre viveram. Essa região é de grande diversidade biológica e, durante as cheias, as águas se espalham por milhões de hectares, tornando a tarefa de fiscalização quase impossível. Os administradores afirmam que:

[...] é com o objetivo de estabelecer as bases do manejo bem como a proteção da biodiversidade da várzea que estamos desenvolvendo o projeto de implantação da Estação Ecológica Mamirauá com ampla participação das comunidades que vivem na reserva e sua área de influência direta. Há muita discordância, por parte dos conservacionistas mais radicais, quanto ao fato de que as populações humanas sejam mantidas numa reserva desse tipo. Acreditamos que não há nenhuma possibilidade de sustentação política de longo prazo para uma reserva deserta de pessoas na várzea, cuja importância na economia regional é

³² As principais características desta unidade de conservação são: a manutenção da população local que participa nas atividades do manejo dos recursos naturais e na vigilância da reserva, a possibilidade de manejo da fauna e flora com base em sólida pesquisa científica, a flexibilidade para mudança de estratégias de acordo com os mercados, a manutenção da propriedade privada, a implementação de programas para valorização e melhoria das condições de vida da população local e o estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de propostas para o uso sustentado dos recursos naturais (MAMIRAUÁ, 2006).

relativamente grande. Além disso, manter as populações ribeirinhas será, nesse caso particular, um aumento expressivo de fiscalização que hoje não poderia ser atendida de maneira eficiente pelos órgãos federais competentes. A preservação da biodiversidade, se não incluir a promoção e preservação da vida humana digna se torna sectarismo ecológico, fadado à acusação de preterir a espécie humana e adotar uma concepção estreita de natureza a ser preservada (AYRES, 1993 apud DIEGUES, 2001, p. 142).

Essas indicações mostram que nem sempre as populações tradicionais em áreas de preservação, destroem o ambiente em que vivem ou não o conservam, como falam muitos conservacionistas. As populações locais podem assegurar a diversidade biológica dado o conhecimento que têm de seus ambientes.

Diegues (2000), Descola (2000) e Gómez-Pompa e Kaus (2000) afirmam que a manutenção, e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais está intimamente relacionada com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos. O sistema regenerativo da floresta úmida parece estar muito bem adaptado às atividades do homem primitivo, sendo que o uso de pequenas áreas de terras para a agricultura e seu abandono após o decréscimo da produção agrícola é semelhante à produzida pela destruição ocasional das florestas por causas naturais (DIEGUES, 2000).

Arruda (2000) apóia a capacidade de empreendimento das populações tradicionais e das sociedades indígenas, pois desenvolveram mediante observação e experimentação, um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e é, até hoje, as únicas práticas conhecidas de manejo adaptadas às florestas tropicais. Embora estas populações tenham um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental.

Como no caso de Mamirauá ou quando as populações resistem, mesmo dentro da lei³³, e permanecem no local, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu

³³ A lei que impede o morador de uma Área de Conservação de plantar e criar animais colocando, portanto, sua sobrevivência em risco, se contrapõe com outra que permite que o habitante more no local se não houver outra residência, ou enquanto o governo não providencia outra. A questão é: como se manter na terra sem plantar ou criar animais?

modo de vida e sobrevivência, raramente são reconhecidos. Em vez disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sócio-cultural dessas comunidades, como a caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, a cata da lenha para cozinhar, a construção de uma nova casa para o filho que se casou etc., tudo isto é, juridicamente, transformado em crime e seus participantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão (ARRUDA, 2000).

No entanto, é cada vez maior o número de biólogos com sensibilidade social que tem alertado para os perigos envolvidos, quando os programas de conservação não levam em conta os interesses das comunidades que vivem dentro e ao lado de áreas protegidas. É injusto esperar que somente certas porções da sociedade, as populações consideradas tradicionais, carreguem os maiores custos de se promover as terras anteriormente usadas por estas comunidades em áreas de conservação, embora importantes e únicas ambientalmente. É comum as comunidades locais observarem os Parques Nacionais como simples lugares de recreação para as pessoas com posses. Existe assim, uma necessidade de se reorientar o manejo de nossas reservas para que as comunidades locais ganhem algo com esses parques. Se uma proporção adequada da renda gerada pelo turismo for retida na economia local, haverá uma maior motivação para as pessoas darem valor à vida selvagem e seus habitats (SUCKUMAR apud GUHA, 2000), conservando-o.

Mas como proteger estes meios, ditos selvagens, senão com a ajuda das populações que vivem dentro ou em seu entorno? E por que esta mesma população iria preservar o ambiente se estão impedidas, pela legislação, de explorar estas regiões denominadas de áreas de conservação ambiental? Entretanto, existe outra possibilidade, de que não o puro e simples desalojamento de moradores de áreas de conservação, que raramente é contemplado nas políticas públicas brasileiras, que é construir, junto com as populações locais, uma relação mais harmoniosa e economicamente mais eficaz.

Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania dessas populações, valorizando seus padrões de uso dos recursos naturais. As comunidades

tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Sabe-se que nem todos os membros dessas comunidades são “conservacionistas natos”, embora haja entre eles pessoas de grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema local.

Embora a criação de parques e áreas de conservação seja uma questão de elevado interesse e relativamente óbvia, como já descrita anteriormente, alguns autores como Diegues (2000), Rosa (1997), Silva (2002) e Tommasino (1985) questionam estas áreas preservadas no que se refere à conservação das populações tradicionais.

Em pesquisa anterior à criação do Parque Nacional de Ilha Grande, Tommasino (1985), levantou a forma como a comunidade de Ilha Grande e seu arquipélago de mais de 40 ilhas, com 235 famílias e 1.471 pessoas – vivia no então Parque Nacional de Sete Quedas, tecendo considerações sobre produção, trabalho, renda, isolamento e percepções.

Constatou que, dado o isolamento, a população de fora das ilhas, apenas ouvia boatos sobre que tipo de habitante teria as ilhas, se eram muito pobres ou se era apresentada como refúgio de bandidos. Um funcionário da prefeitura de Umuarama, PR que em julho de 1976 fizera um recenseamento nas duas maiores ilhas do arquipélago (Ilha Grande e Bandeirantes), forneceu informações mais completas: a ilha não era um refúgio de bandidos, e que também não viviam na mais completa miséria. Estas comunidades desfrutavam de abundância: como desejavam pouco, produziam pouco, se mostrando como uma sociedade diferente da capitalista. Mesmo com tempo disponível para satisfazer suas necessidades, preferiam utilizar o tempo restante em outras atividades, e não no aumento da produção. Dessa forma, Tommasino (1985, p. 10) preferiu não estudar a população de Ilha Grande como uma população pobre, pois na antropologia econômica atual se contesta a afirmação de que, por exemplo, as comunidades de caça e coleta vivam na completa miséria, necessitando de elementos sócio-culturais relevantes para entender aquela cultura em especial.

Estas observações de Tommasino (1985) sobre a população de Ilha Grande, bem como o acesso difícil, em que casas só poderiam ser visitadas de barco, nos remetem à difícil forma de vida dos ilhéus de Porto Rico. O rio é o mesmo, a proximidade é grande (cerca de 160

quilômetros da cidade de Porto Rico a Guaíra, PR, onde se encontrava o Parque Nacional de Sete Quedas³⁴) e sua história de colonização é semelhante.

O processo de produção está baseado na força de trabalho familiar, desde a pesca ao cultivo agrícola e de criação de animais, à produção de farinha de mandioca e melado.

Como na região de Porto Rico, os adultos tinham muita estima pelo local onde viviam, embora seja uma vida difícil, não querem sair das ilhas. Tommasino (1985) cita um ilhéu que desabafa dizendo:

[...] na Ilha Grande, a vida era mais calma que no continente, onde eram assalariados, e passavam necessidades [...] “só trabalhava, e vivia com fome”, no sentido que trabalhava o tempo todo e, mesmo assim não conseguia sustentar a família, enquanto na ilha, além de trabalhar num ritmo mais sossegado, ainda sobrava tempo para descansar (TOMMASINO, 1985, p.104).

Tommasino (1985) relata que no universo das representações elaborado pelos ilhéus de Ilha Grande, a terra e sua propriedade ocupam lugar privilegiado, surgindo como determinante da autonomia. Os moradores sentem-se proprietários na terra e assim se comportam, embora exista consciência da provisoriedade e instabilidade da posse sobre terras que, na verdade, são da União.

Outro fato observado por Tommasino (1985, p. 108) na Ilha Grande foi a ajuda mútua entre os moradores. Isto não se caracterizava como um mutirão, mas como uma entre-ajuda em que um vizinho socorria o outro em período de necessidade, inundação, doença, e morte, além de vários momentos do processo produtivo. Embora existisse algum tipo de retribuição, como ajudar em uma colheita, ou em devolver o açúcar ou o arroz emprestado, quase ninguém pagava em dinheiro, ficava-se “devendo favor”. Muitos afirmavam ajudar os vizinhos sem esperar retribuição.

Essa ajuda mútua e a escassez de dinheiro faziam com que fossem limitadas as possibilidades de compra de mercadorias e serviços, surgindo, assim, um sistema de troca direta. Tommasino (1985, p. 132) relata que um ilhéu declarou nunca ter feito troca comercial, com dinheiro. Sua casa foi feita por ele mesmo, de barro com cobertura de

³⁴ O Parque Nacional de Sete Quedas, criado em 30 de maio de 1961 e desfeito em 1981, pelo decreto nº 86.041, quando do enchimento do lago da barragem de Itaipu, que encobriu o monumento natural de Sete Quedas (XETÀ, 2006).

tábuas lascadas; o fogão é de barro, as panelas são latas improvisadas e a estante de madeira foi feita por ele mesmo. No quarto só há a cama e duas malas. Outro ilhéu descrito por Tommasino (1985, p. 133) é agricultor, mecânico, pintor, poceiro, marceneiro e carpinteiro. Ele realiza trabalhos para os ilhéus vizinhos em troca de sementes de feijão, sementes de arroz ou peças de barcos. Embora a troca direta apareça principalmente em períodos de escassez de dinheiro, essa maneira de resolver os problemas é característica de sociedades tradicionais, como descrito por Diegues e Nogara (1999).

Diegues (2001) em “O mito moderno da natureza intocada”, definiu, embora com a dificuldade inerente que o tema suscita, as culturas e sociedades tradicionais como tendo reduzida acumulação de capital e pela importância das atividades de subsistência, entre outras características. Descrevendo a população do Saco de Mamanguá – Parati, RJ, Diegues e Nogara (1999, p. 94) descrevem a alteração sócio-ambiental da área transformada em Reserva Ecológica Estadual da Juatinga em 1992, mostrando a necessidade dos pescadores tradicionais de ter dinheiro vivo para comprar produtos que já não produzem. A lida na terra que antes “pertencia” às comunidades tradicionais já era difícil devido à redução na população, devido à migração ou o trabalho assalariado que provoca o afastamento voluntário. Agora parece piorar com a transformação de algumas áreas ocupadas por povos tradicionais em Unidades de Conservação.

Diegues (2000) evidencia três conjuntos de problemas sobre as Unidades de Conservação: as que são consideradas como UC prioritárias não permitem a presença de populações humanas, nem as consideradas tradicionais; um segundo conjunto de problemas está no impacto político-territorial e fundiário produzido pela criação de áreas protegidas, devido às grandes áreas das reservas, levantando problemas correlatos quanto à expulsão dos moradores dos Parques Nacionais, levando a um sobre-uso³⁵ das áreas protegidas e de seus arredores pelos habitantes, muitas vezes assentados de forma inadequada nas proximidades dessas UC e; um terceiro grupo de problemas, diz respeito a questões sociais e étnicas relativos à expulsão de populações tradicionais que, com estas ações impositivas, o Estado contribui para a perda de grande quantidade de etnoconhecimento e etnociência, de

³⁵ O sobre-uso se refere aos problemas causados pelas comunidades lindeiras às UC que, apesar de saírem do local de conservação, ainda o conhecem bem e retiram produtos como frutas, raízes, caça ou ainda tentam realizar algum tipo de agropecuária.

sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural (DIEGUES, 2001, p. 17-18).

Para essas populações é difícil compreender que suas atividades tradicionais, vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da região. Ainda mais difícil de se entender é que grande parte do orçamento das UC seja usada para fiscalização e repressão, e muito pouco para melhorar as condições de vida das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação dessas áreas.

No entanto, parece que as autoridades responsáveis pelas UC vêem as populações tradicionais como destruidoras da vida selvagem, desprezando oportunidades de incorporá-las no manejo e conservação.

A revista *Veja* de 25 de maio de 2005, traz uma matéria com o título de “A araucária pede socorro” em que diz que o Governo Federal quer criar sete Unidades de Conservação de araucária, sendo que cinco delas exigirão desapropriações. Dessa forma, ou se vê a floresta sem a influência dos homens ou se vê como fonte econômica, temendo que a criação das Unidades de Conservação prejudique a atividade econômica (REVISTA VEJA, 2005), mas parece que não se teme que destrua a vida de diversas famílias desalojadas.

Para atizar ainda mais essa fogueira, Descola (2000, p. 150) relata que a Amazônia seria a última e a mais vasta região de floresta tropical que subsiste na face da Terra como inalterada e é agora contestada pelos trabalhos de ecologia histórica. A abundância de solos antropogênicos e sua associação com palmeiras ou árvores frutíferas silvestres sugerem que a distribuição dos tipos de floresta e de vegetação na região resulta, em parte, de vários milênios de ocupação por populações cuja presença nos mesmos sítios transformou profundamente a paisagem vegetal. Para Descola (2000), a natureza amazônica é muito pouco natural, podendo ser considerada o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora. Descola (2000) conclui dizendo que as conseqüências dessa antropização estão longe de ser irrelevantes, sobretudo no que diz respeito à taxa de

biodiversidade, mais elevada nas porções de floresta antropogênicas do que nas porções de floresta não modificadas pelo homem.

Primack e Rodrigues (2001, p. 1) traçam um cenário complexo e desolador ao comentar as alterações causadas pelo homem em comunidades que levaram milhões de anos para se desenvolver, com a diversidade de espécies diminuindo rapidamente, em consequência da caça predatória, destruição de habitats e a ação de novos predadores e competidores. Para estes autores (2001), ciclos naturais hidrológicos e químicos vêm sendo perturbados pela devastação de terras. Bilhões de toneladas de sedimentos vão parar em rios, lagos e oceanos a cada ano. A diversidade genética diminuiu, inclusive entre espécies com grandes populações, e o próprio clima do planeta parece ter sido alterado por uma combinação de poluição atmosférica e desmatamento.

Todos estes argumentos ou qualquer um deles já seriam suficientes para justificar a criação de parques e reservas. Pode-se argumentar, no entanto, que não existiria razão suficiente para desalojar populações tradicionais de suas terras, pois estas protegeriam as matas de queimadas e ainda teriam uma relação de cuidado com a vegetação. De acordo com Diegues (1993, p. 240-241), muitas espécies dominantes das selvas “primárias” do México e América Central são, na verdade, espécies úteis que o homem do passado protegeu e que sua abundância atual está relacionada com este fato. O autor (1993) vai mais longe ao afirmar que se torna necessário resgatar os sistemas tradicionais de manejo ainda hoje praticado pelas populações tradicionais, uma vez que estas técnicas têm contribuído significativamente para a manutenção da diversidade biológica.

Gomes-Pompa e Kaus (2000) advertem que, em estudos realizados no deserto de Sonora, em dois oásis na fronteira do México com os Estados Unidos, as práticas costumeiras de uso da terra dos agricultores papagos (índios), do lado mexicano da fronteira, contribuíram para a diversidade do oásis. No lado americano, entretanto, com a proteção contra o uso da terra no oásis resultou no declínio da diversidade das espécies.

Que os humanos estiveram implicados em muitas extinções de animais e plantas é inegável, mas excluir as populações das unidades de conservação como estratégia para a melhor conservação da biodiversidade, é duvidoso, diz Sarkar (2000). Para ele, evidências

desafiam o pressuposto de que os Parques Nacionais mantêm a diversidade biológica. Existem casos em que a exclusão dos humanos foi prejudicial à biodiversidade, como na planície do Serengeti na Tanzânia e no Quênia. Este ecossistema e a cratera vizinha de Ngorongoro são habitats para cerca de 20% de todos os grandes mamíferos da África, herbívoros e carnívoros. Pesquisas detalhadas mostraram que os pastores, o gado e vida selvagem coexistiram na área por mais de dois mil anos, e que o pastoreio e as técnicas de queimadas criaram e mantiveram a paisagem que hoje é tão valorizada pelos conservacionistas. Além disso, a presença dos pastores não causou impacto negativo mensurável nas populações de animais selvagens ou na erosão do solo. No entanto, em 1951, a maior parte da área foi reservada a Parques Nacionais. Como já era sabido pelos nativos, a ausência humana e a conseqüente ausência de pastoreio levavam a conversão de pastagens em áreas florestais, que não podem ser usadas pelos herbívoros responsáveis pela diversificação da região (por sua própria presença ou por seu papel de presa dos animais carnívoros) (SARKAR, 2000, p. 49).

Descrevendo a forma como os nativos da Tailândia manejam suas terras, Colchester (2000) comenta ironicamente, que os povos tradicionais ficam indignados pelo fato de suas terras não terem sido degradadas pelo manejo tradicional de que dispõem e agora serem cobiçadas pelos conservacionistas que querem limitar suas atividades ou expulsá-los de suas terras. Esses nativos contam que, quando chegaram há dois séculos atrás, Bangcoc era um pequeno povoado cercado por uma vegetação verdejante. – Nós protegemos as florestas por causa do respeito aos nossos ancestrais e filhos. Talvez, se tivéssemos cortado nossas florestas, destruído nossas terras e construído uma grande cidade como Bangcoc, nós não estaríamos ameaçados de expulsão.

Essa expulsão dos povos tradicionais, forma tão simplista adotada por diversos países em diversos Parques Nacionais e áreas protegidas, conduz a graves problemas, recentemente admitida por vários conservacionistas, sobre os habitantes locais. Mesmo oferecendo áreas em tamanho e valores similares às anteriores, um estudo do Banco Mundial (COLCHESTER, 2000) demonstrou que o realocamento forçado pode causar estresse multidimensional, incluindo síndrome de saudade do lar, ansiedade pelo futuro, sentimento

de impotência associado com a incapacidade de proteger a si mesmo e a sua comunidade contra desorganização.

Tuan (1980, p. 114) reforça dizendo que

[...] uma pessoa no transcurso do tempo investe parte de sua vida emocional em seu lar e além do lar, em seu bairro. Ser despejado, pela força, da própria casa e do bairro é ser despido de um invólucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo interior. Assim como algumas pessoas são relutantes em abandonar um velho casaco por um novo, algumas pessoas – especialmente idosas – relutam em abandonar seu velho bairro por outro com novas casas.

Os sistemas modernos de produção agrícola usando fertilizantes químicos e maquinários como tratores, têm potencial para impor sobre o meio ambiente transformações irreversíveis e imprevisíveis pelo conhecimento tradicional (conhecimentos específicos para o ambiente local). Os movimentos ambientais e de conservação apontam um aumento na capacidade de destruir o meio ambiente em uma escala jamais vista pela humanidade. Dessa forma, quando se fala em proteger ambientes que não sofreram distúrbios, ou “ecossistemas virgens”, é importante deixar claro que o termo não modificado se refere à ausência de distúrbios causados por tecnologias modernas (GOMES-POMPA e KAUS, 2000, p. 134).

Ao lado das questões ambientais estão os saberes tradicionais das populações instaladas há décadas em áreas de preservação. O termo “saberes tradicionais” causa a mesma celeuma que o termo “populações tradicionais”, apresentado anteriormente. Portanto consideraremos esse termo como sendo “saber local”. Impreciso e ao mesmo tempo auto-explicativo.

O conhecimento científico, diz Allut (2000, p. 102), é percebido como o único capaz de ordenar o mundo da experiência do modo mais confiável possível. No entender desse pesquisador, isso apenas quer dizer que se conhece um caminho válido que nos conduz a um fim que se escolhe nas circunstâncias particulares do nosso mundo de experiências, mas nada nos diz sobre que outros caminhos podem existir ainda. Allut (2000) sugere que existem outros saberes, apoiados por outras estruturas cognitivas que tem demonstrado eficácia e capacidade de sobreviver, resistindo ao mundo da experiência e passíveis de prever a ocorrência de fenômenos. Allut (2000) conclui, afirmando que o saber tradicional

é um dos tipos de saber com que o conhecimento hegemônico, isto é, a ciência oficial e a comunidade científica, necessitam dialogar se não quiser continuar sendo um falseador da realidade.

Castro (2000, p. 166) conta-nos que a história da humanidade é a história da transformação da natureza e de sua subjugação. A capacidade do homem de transformar suas relações com a natureza, ao mesmo tempo em que transforma sua própria natureza, foi orientada pelo uso individual de um bem que seria patrimônio de todos – a terra e seus recursos. Dessa forma o território é o espaço ao qual o grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo.

As atividades produtivas nesse terreno contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho produtivo que recria essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, sendo esse o motivo pelo qual não é apenas uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas tradicionais o trabalho contém dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual e o simbólico (GOMES-POMPA e KAUS, 2000).

Gómez-Pompa e Kaus (2000) comentam o sistema de crenças e de manejo ecológico realizado na Amazônia brasileira pelos caiapós que gira em torno da manutenção de um equilíbrio energético entre os mundos natural e espiritual por meio do controle do uso de animais e plantas via rituais e costumes. Os índios pescadores do norte da Califórnia, EUA faziam uma moratória ritual da pesca durante os primeiros dias da piracema dos salmões, protegendo a perpetuação de sua fonte de peixes ao mesmo tempo em que mantinham relações intergrupais ao longo do rio.

Estes conhecimentos técnicos botânicos, agrônômicos, etológicos e de preservação, descritos por vários autores e empregados pelas comunidades tradicionais em suas atividades de subsistência, era o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que devia ser considerado como um tipo de “saber ecológico”, um modelo mental de funcionamento de seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados (CASTRO, 2000, p. 167). Diegues (2001) chama atenção para uma unicidade nas sociedades ditas

tradicionais entre as técnicas de produção e o campo do simbólico, em que existe uma forte relação entre o tempo de caçar, de pescar e de plantar e os mitos ancestrais.

Dessa forma, dizer que as populações tradicionais não podem gerar conhecimento confiável porque não receberam instrução, não frequentaram escolas e universidades para o ensino dessas “habilidades”, deduzir que este saber tradicional não tem valor de verdade, pois não é derivado do emprego do método científico é, sem sombra de dúvidas, perder chances de aprender habilidades e práticas, visões de mundo, de respeito pelos recursos naturais e por seus semelhantes singulares de cada povo tradicional, que é acumulado e repassado por gerações, quase sempre de forma verbal. Embora muitas destas habilidades não sejam consideradas confiáveis pelo saber tradicional, são reconhecidas e “adquiridas” por pesquisadores (de grandes grupos, principalmente farmacêuticos, interesseiros e) interessados em seus princípios ativos e em sua posterior comercialização.

Quando falamos da população de Porto Rico, estamos nos referindo à população de ilhéus do rio Paraná, que sofreu o processo de exclusão de suas áreas quando foi implantada a Área de Proteção Ambiental – APA, das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Esta população após quase 50 anos de sobrevivência local foi, nas palavras de Franz Fanon (1968), desterrada das terras e das ilhas. Ignorando as suas histórias de migrantes e de fixação na terra, esses moradores sofreram “todo” tipo de humilhação e são tratadas pelas entidades fiscalizadoras – IBAMA, Instituto Ambiental do Paraná - IAP e pelos órgãos públicos, com violência e descaso. Cumprem a lei despejando os moradores, mas não olham para os outros moradores de classe média alta e alta que se instalam nos locais. Estes, embora protegidos pelo projeto turístico que o governo municipal quer efetivar nas ilhas e cidade, provocam pequenos impactos ambientais e sociais e tomam o lugar outrora de sobrevivência dos ex-ilhéus.

O que os ilhéus de Porto Rico desejam é que continuasse como era antes, com o usufruto da terra, peixe e agricultura farta. As alterações às quais se refere Lampedusa não poderão fazer com que as condições anteriores retornem.

De um lado estão as leis sobre áreas de conservação³⁶ que, praticamente, excluem as populações tradicionais, e do outro, a maioria dos dirigentes dos órgãos responsáveis contrários à permanência de moradores nessas áreas, sem se aperceberem da contribuição que boa parte desses habitantes dá à conservação ambiental (DIEGUES, 2000; GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000; GUHA, 2000).

As proposições de Colchester (2000), Diegues (1993; 2001), Diegues e Viana (2004) e de Pimbert e Pretty (2000) sobre a manutenção de populações tradicionais em áreas de preservação permanente nos auxiliam a defender uma posição de que essas comunidades devem ser mantidas nos locais. Isso pois, além de ajudar a preservar a fauna e a flora local poderiam minimizar os custos de gestão e vigilância e, por serem portadoras de sistemas tradicionais de manejo, contribuiriam para a manutenção da diversidade biológica. Não se trata somente desses povos preservarem a fauna e flora ou contribuírem para um melhor manejo, está presente o respeito ao direito dessas comunidades até mesmo quando são desalojadas e encontram no percurso de exclusão uma região e uma cidade que quer se adaptar ao “novo” empreendimento do século, o turismo ecológico.

³⁶ A Lei N° 4.771, institui o Novo Código Florestal que se consideram de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de outro curso d'água qualquer desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja de 30 metros para cursos d'água com menos de 10 metros de largura até 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros (Decreto Lei N° 4.771, de 15 de setembro de 1965); Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

3 O CONCEITO DE PERCEPÇÃO

Os problemas importantes que temos de encarar não podem ser resolvidos no mesmo nível de pensamento em que estávamos quando os criamos.

Albert Einstein

Para se tratar do estudo de populações envolvidas com questões ambientais trazemos o trabalho de Polinari (1999) sobre o papel da semiótica³⁷, os estudos de Ferrara (1999a e 1999b) e de Tuan (1980). Estes estudos foram realizados orientados pelo conceito de percepção.

Ferrara (1999a), trabalhou com percepções ambientais urbanas de países em desenvolvimento, devido às constantes mudanças desses espaços e às características diversas que apresentam, em que

[...] essa interação homem/natureza está no cerne dos estudos urbanos da ecologia que não privilegia o homem ou o meio ambiente, mas a relação que se estabelece entre eles, no esforço que o primeiro faz para encontrar as condições adequadas para sua sobrevivência física, social, cultural, econômica e política. Nesta relação, o homem concretiza suas potencialidades criativas, seu trabalho e suas relações sócio culturais como instrumento de mediação entre as expectativas de subsistência e as reais características ambientais (FERRARA, 1999a, p. 62).

Para Ferrara (1999b, p. 151), inferência, aprendizado e mudança de comportamento são os fatores que caracterizam uma informação. Esta informação vinculada ao ambiente físico, social, econômico e cultural abriga um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida. Esses comportamentos revelam-se através de uma linguagem que tem como signos usos e hábitos.

³⁷ A Semiótica é uma ciência relativamente nova. Estuda os Signos e como se relacionam. Teve suas bases lançadas entre o final do século XIX e o início do século XX. Os princípios fundamentais foram estabelecidos por dois cientistas: o americano Charles S. Peirce e o suíço Ferdinand de Saussure. O trabalho de Peirce tem uma forte tonalidade filosófica (PEIRCE, 1983). Dada a sua natureza, a semiótica é muito útil no estudo de qualquer fenômeno relacionado à transmissão e retenção de informação: a linguagem, as artes, a comunicação. Segundo Peirce (1983), um signo é, resumidamente, tudo aquilo que relaciona os elementos: um Objeto (que pode ser um fato); um Interpretante (que pode ser a interpretação que alguém venha a fazer do fato); e um Representâmen, que é o corpo do Signo em si. Assim, no Signo há uma relação tripla entre Objeto, Interpretante e Representâmen.

Ferrara (1999b) diz que espaço e informação são interdependentes, não sendo possível conceber um espaço que não seja por meio de usos e hábitos decorrentes do modo de produção que os caracteriza. Dessa forma, não é possível haver informação senão a partir de um estímulo físico, social ou cultural, produzido por diferentes tipos de vida que produzem novos aprendizados e diferentes comportamentos.

Este ambiente total e abstrato é pensado como se tratando de um todo ordenado, objetivo e dominado por uma estrutura lógica e necessária. Para Ferrara (1999b, p. 152), “[...] o espaço é pleno, indiscutível, completo, não oferecendo oportunidade para a inteligência, para a dúvida, ou seja, para a pesquisa. Apresenta-se pronto e acabado para um conhecimento que não o elabora, apenas o absorve”. As informações sobre o espaço, o ambiente, estão contidas numa imensa quantidade de dados e situações que se faz imperceptível porque, ao estudá-lo, aproxima-se do dado teórico, e iludi-se pela aparência abstrata de totalidade. O espaço é o local onde a informação se abriga, mas sua homogeneidade não permite que ela se revele, fazendo com que as pesquisas se transformem em informação sobre o ambiente, contida, abstrata, teórica, em relatórios ou memoriais nos quais não se vê o espaço, embora se fale sobre ele (FERRARA, 1999b).

Assim, os usos e hábitos são manifestações concretas do ambiente, na mesma medida que o lugar é manifestação concreta do espaço. Estes usos e hábitos constroem a imagem do lugar que, para quem vive a muito tempo na comunidade, pode ter estas visões embaçadas pela rotina cotidiana, pelo “lugar comum” do dia-a-dia, impedindo sua percepção e tornando o lugar homogêneo, ilegível, sem decodificação. Mesmo assim, os usos e os hábitos constroem as percepções. Dessa forma, para cada espectador, seja conhecedor do local seja adventício, existe vários tipos de percepção. Esta percepção, no dizer de Tuan (1980) ainda dependerá de sua cultura, idade, sexo entre outros fatores.

O espaço é, segundo Milton Santos (2002), o terreno onde se constroem as relações sociais, de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. Para esse autor (2002), é necessário ver o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações. Ou seja, existe uma disposição espacial dos objetos, assim como existem diferentes ações que se desenvolvem a partir dessa organização ou dessa disposição

espacial, significando que o espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração.

Ao pensar nos moradores e pescadores de Porto Rico, ao analisar suas formas de apropriação do espaço, é perceptível que o “espaço dinâmico” expressado por Milton Santos (2002), tenha um sentido mais “íntimo” para alguns pescadores, pois envolve o sentimento de identificação e de afetividade pelo lugar.

Os pescadores, apesar de se referir ao espaço onde realizam suas atividades e constroem suas relações sociais, empregam uma conotação mais profunda, resignificando esse espaço e transformando-o em lugar (SALDANHA, 2006). Para Tuan (1983, p. 6) “o espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Tuan (1983) geógrafo chinês, que realizou estudos, hoje clássicos, sobre percepção, refere-se ao valor como se este fosse um valor material ou afetivo. Nesse sentido, o espaço se transforma em lugar à medida que o revestimos com significados, sejam eles simbólicos ou materiais. No caso dos pescadores tradicionais a afetividade pode ser considerada uma forma de valor agregada, assim como o conhecimento é a própria práxis de suas atividades, isto é, a transformação de teorias em experiências vividas.

Maldonado (2000, p. 61) tratando as relações do homem com a terra, numa sociedade em que o costume protege o patrimônio comum, mostra que a inter-relação com o meio é de usufruto e não de posse. Tommasino (1985) já confirmava esta tese em seu trabalho sobre os ilhéus de Ilha Grande.

A percepção do ambiente é, para Ferrara (1999b, p. 153), condição para superar este ambiente embaçado, sendo capaz de gerar conhecimento a partir da informação captada, codificada naqueles usos e hábitos. Percepção é informação na mesma medida em que informação gera informação: usos e hábitos são signos do lugar pesquisado que só se revelam na medida em que é submetido a uma operação que expõe a lógica da sua linguagem.

As variáveis ambientais urbanas tais como o comércio, o consumo, os meios de comunicação, os transportes, as formas culturais decorrentes desse próprio meio, incidem sobre o espaço tornando o lugar informado um contexto estruturado. Para Ferrara (1999b, p. 154):

[...] o lugar entendido contextualmente supõe uma estrutura organizada, na qual ocorrem influências econômicas (industrial e de consumo), comunicativas, associativas e culturais, consideradas cada uma delas como participantes de uma só instância informacional. Entretanto, essa estrutura e a força de seus elementos constitutivos não são explícitas. Por isso, só é possível realizar uma pesquisa de percepção ambiental se for possível tornar clara uma realidade contextual, isto é, se ultrapassarmos a homogeneidade de um espaço encontrando-lhe os lugares que o dividem e circunscrevem, mais aquelas variáveis que interferem decisivamente na articulação de usos e hábitos.

Tuan (1980), diz que duas pessoas não vêem a mesma realidade, nem tampouco dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. Os seres humanos, apesar de compartilharem percepções comuns, um mundo comum e órgãos similares, diferem em suas experiências de vida, diferenças de idade, temperamento e cultura.

Neste contexto, a cultura nos é mais importante quando se refere ao visitante de determinado local e, diferentemente, o nativo, pois estes focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. De acordo com Tuan (1980, p. 72), em uma sociedade tradicional estável os visitantes e as pessoas de passagem constituem uma minoria da população total. Suas visões do meio ambiente não têm, talvez, muita importância, embora em nossa sociedade de alta mobilidade, as impressões fugazes das pessoas que estão de passagem não podem ser negligenciadas. Para Tuan (1980, p. 72 e 73):

[...] em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção freqüentemente se reduz a usar seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, também pode leva-lo a manifestar-se. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, do conhecimento e mito.

Tuan (1980) complementa dizendo que, de fato, a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho e o estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É necessário um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes.

Estes valores não são revelados num relance. Quando um visitante observa e avalia um meio ambiente desmatado, pronto para receber as sementes para o cultivo, sua “lente” pode estar distorcida pois sua visão é de uma pessoa de passagem, uma visão superficial e frívola: pouco importa, comparado com as atitudes das pessoas que vivem nas fazendas já desmatadas. Sem querer justificar tal desmatamento, o que ocorre é que, como explicado por Tuan (1980, p. 74), a terra nua conta “estórias de suor honesto, de trabalho persistente e recompensa final, em resumo, as clareiras que para mim eram feias, para eles eram um símbolo fragrante de lembranças morais e cantava um verdadeiro hino ao dever, à luta e ao sucesso”.

Tuan (1980, p. 91) comenta ainda que, o meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligados. Esta visão de mundo, se não é feita por uma cultura estranha ao local, é constituída dos elementos ilustrativos do ambiente social e físico de um povo. Como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural.

Nesse sentido, Yi-fu Tuan (1980) define “topofilia”, um termo criado por ele, como um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Para Tuan, a familiaridade gera afeição ou desprezo, sendo que a consciência do passado, o que permite a familiaridade, é um elemento importante no amor pelo lugar. O patriota procura explicar seu amor dando ênfase às suas raízes. Os povos analfabetos podem estar muito afeitos ao local onde nasceram e/ou viveram, sua origem, mas quando procuram explicar a sua lealdade para com o lugar, ou apontam os laços com a natureza ou recorrem à história.

Também nesta ótica, Diegues (2000) menciona uma disputa política, pois o olhar das elites urbanas (políticas, ambientalistas) tende a privilegiar o estético, o paradisíaco, e também o “selvagem”, ao passo que as comunidades locais privilegiam o lugar, o espaço onde vivem, onde trabalham e se reproduzem socialmente, isto é, o seu território.

De acordo com Saldanha (2006), a territorialidade se constitui e se constrói através dos tempos e das gerações, através da transmissão das tradições e principalmente, através da capacidade do homem em conferir ao “espaço” um significado simbólico e prático transformando-o assim em “lugar”.

O prazer visual destes “territórios”, isto é da natureza, varia em tipo e intensidade. Dessa forma, um turista, com contatos superficiais com a natureza, tem a máquina fotográfica como objeto indispensável para comprovar a si mesmo e aos outros que esteve em determinado local, por exemplo, uma das belas lagoas da Planície de Inundação do Alto Rio Paraná. Quando percebe que a fotografia ficou estragada, é como se esta lagoa tivesse deixado de existir. Como manter esses registros, estes locais, entre tantos outros ou entre muitos outros estímulos, alguns não relacionados ao ambiente? Certamente este turista pouco tem de sentimentos com os ambientes que visita ou tem menos afetividade que os moradores locais. Segundo Tuan (1980, p. 110), a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças e incidentes humanos. Também perdura além do efêmero quando se combinam o prazer estético com a curiosidade científica. “O turismo tem uma utilidade social e é benéfica à economia, porém não une o homem à natureza”.

A viagem da cidade para o campo ou para áreas de lazer fora das cidades grandes é um sinal de escape do estresse diário e de vontade de estar em ambiente diferente. Assim, reconhece-se que o campo é a antítese da cidade, independente de suas condições de vida. No entanto, em uma outra perspectiva, a natureza virgem ou selvagem, e não o campo, nas palavras de Tuan (1980, p. 125), é o pólo oposto da cidade, inteiramente feita pelo homem. O campo seria uma paisagem intermédia, quer dizer nem selvagem nem urbano. Dessa forma, o ideal mundo intermediário do homem está colocado no mito agrário, entre a cidade e o ambiente selvagem. Porém, tanto as cidades quanto as fazendas em expansão (a paisagem intermédia) são, no ponto de vista de Tuan (1980), percebidas como inimigas de uma natureza intacta.

Nesse trabalho nos referimos a “selvagem” como algo natural, ou desconhecido, até mesmo bonito na esperança de podermos preservá-lo como se de uma floresta se tratasse. Embora a Bíblia se refira à selvagem como um lugar de desolação, uma terra inculta freqüentada pelos demônios, para Tuan (1980, p. 128), o termo “selvagem” não pode ser definido objetivamente: é tanto um estado de espírito como uma descrição da natureza e, como se estivesse fazendo graça, diz que “o verdadeiro selvagem somente existe nas grandes cidades tentaculares” e faz uma comparação com motivos selvagem-paraíso: seria selvagem

o deserto, o caos (domínio dos maus espíritos) em oposição ao paraíso de um Oásis (uma cidade jardim); a selvagem floresta em oposição a um mosteiro, uma universidade ou um seminário; um “paraíso” selvagem protegido em oposição à “selvagem” metrópole moderna.

Polinari (1999) investigando as percepções ambientais de freqüentadores da praia de Pontal do Sul, no Paraná verificou as dimensões sócio/interativas (nichos de consenso sócio/interativos) neste local. Identificou, por meio das entrevistas com diversos grupos, as percepções que distinguem determinados locais: “praia de farofeiros”, “praia de família”, praia de pescadores entre outros e atritos entre grupos.

De forma semelhante, pode-se situar qual a percepção de um grupo de moradores de Porto Rico que passou e passa pelas mudanças culturais, sociais e econômicas. Procura-se estabelecer como estes grupos percebem a dinâmica de seu ambiente (ilhas e cidade) e a sua dinâmica social (subsistência), bem como suas percepções em relação ao outro grupo (turistas/moradores).

Para Polinari (1999), a semiótica nos permite observar a diversidade de interações ambientais que ocorrem em determinado meio, traduzidas por diferentes grupos sociais ao utilizarem os mesmos espaços, significando que um ambiente é polissêmico, isto é, que reúne vários significados em uma palavra, e cada grupo social interage com ele, moldando-o segundo seus consensos. Podemos perguntar em relação ao nosso trabalho: como interage o grupo dos moradores que acompanharam as alterações ambientais ao longo dos anos (de 1982 até os dias atuais) e o grupo de turistas, visitantes e/ou veranistas que há pouco tempo se relaciona com a comunidade?

Polinari (1999) chama nossa atenção para os problemas dos discursos fundados na concepção cartesiana e alerta para o reducionismo presente nas frases como “o homem degrada o ambiente”. E questiona: qual homem? A que sociedade ou dimensão da sociedade ele pertence? Ou a frase “vamos resgatar tal cultura”. Para o autor (1999), existe nestas frases uma ingenuidade reducionista da diversidade das interações no indivíduo. De acordo com Polinari (1999) uma cultura não se resgata, fala-se agora sobre o que se sente e

o que se entende dela com base em indícios e em nossos consensos cognitivos. No máximo se incentiva sua continuidade.

Como descreve Ferrara (1999a, p.63), os sujeitos emitem e recebem a mensagem por meio de signos. Emissores e receptores são sujeitos que operacionalizam as representações, mentes humanas que produzem significados a partir de signos. Estes significados, oferecidos pelos diversos signos, não é algo fixo, pois depende do observador. Sua profundidade ou eficiência dependerá do conjunto de informações que o receptor possui sobre o objeto representado e suas possibilidades de representação.

4 ILHÉUS E TURISTAS: A PERCEPÇÃO DOS DOIS ATORES ACERCA DO RIO E DAS ILHAS DE PORTO RICO

Proteger o meio ambiente do jeito que eles tão querendo, não protege. Só se protege o meio ambiente [...] conversando com as pessoas, fazendo amizade com as pessoas. Como é feita a fiscalização aqui não protege.

E preservar, quem vai preservar somos nós, que sabemos como é que preserva.

(Sr. Otávio, pescador de Porto Rico, 66 anos)

4.1 Os moradores das ilhas: percepção do ambiente e de suas vidas

Ao longo destes últimos vinte e quatro anos, desde 1982, ocorreram diversas alterações ambientais na região de Porto Rico e estas levaram, conseqüentemente, a alterações sociais. Como os moradores locais indicam-nos estas mudanças? Para responder esta pergunta, pelo menos, parcialmente, dado o número de entrevistados, apresentaremos as percepções do grupo por meio de fragmentos das entrevistas. Estas entrevistas foram realizadas no período de junho de 2004 a novembro de 2005, com 30 moradores e ex-moradores das ilhas, habitantes da cidade de Porto Rico sobre suas percepções sobre a região, quando a conheceram, como a vêem atualmente e como pensam que será o futuro do local.

Como na maioria dos ambientes alterados, o passado evoca boas lembranças, sobretudo para os moradores mais velhos quando a “vida era melhor antigamente, com mais saúde e fartura”. Silva (2002, p. 131) descreveu lembranças dos moradores da ilha Mutum em Porto Rico, que apontavam a fartura da região: peixes em quantidade, bananas em abundância, assim como roças de café, abacaxi e laranja, bem como galinha, leitão e gado. Esta produção chegava até a cidade, imprimindo uma maior dinâmica ao comércio do município, que podia manter, e mantinha, um maior número de moradores - 6.192 habitantes em 1970 (VAZZOLER; AGOSTINHO e HAHN, 1997) e, após as alterações ambientais - 2.136 em 2005 (IBGE, 2006).

Tuan (1980) já descrevia o profundo apego a terra pelo camponês, comentando que eles conhecem a natureza porque ganham a vida com ela, a natureza é parte intrínseca deles,

moldando nesses fortes um sentimento de fusão testemunhado por seus músculos e pelas suas cicatrizes. Para estes entrevistados, o sentimento de amor pelo lugar é difícil de ser expresso verbalmente, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

[...] eu digo a minha ilha porque não tenho terra no seco, era nossa, terra da união, mas nós tínhamos nossos direitos. O que é que era a ilha? A ilha é a benfeitoria que você faz, então você faz uma casa, um chiqueiro dum porco, um galinheiro, uma área de terra, cultivava aquela terra para plantar o alimento, o milho, o feijão, o arroz, um pouco de tudo, você planta, né. Então é a sua ilha, seu jeito (Sr. Otávio, 66 anos).

Essa fala evidencia o prazer em ter algo seu, feito por suas mãos e poder chamar de seu: “minha ilha”, se referindo ao seu pedaço de chão. Como diz Tuan (1980) como traduzir o sentimento pelo lugar senão por suas lembranças, por considerar ser o seu lar, seu castelo, seu jeito.

[...] eu tinha uma faixa e fulano outra faixa. Era dividido. Quem tinha mais dava um pedaço pro outro. O cara queria trabalhar, se mudava com a família e a gente dava um pedaço para ele, porque naquele tempo era terra da Marinha, e havia uma capitania da Marinha que distribuía. Às vezes tinha algum atrito entre um e outro, mas era resolvido por uma espécie de delegado [da marinha] (Sr. Otávio, 66 anos).

A declaração anterior mostra que o termo “minha ilha” era realmente as construções que se faz sobre a terra, pois já era sabido pelos moradores que as terras nas ilhas eram propriedades da Marinha. Nesta fala se evidencia também a solidariedade entre os moradores, já apontado por Silva (2002) e Tommasino (1985). Embora a fala se refira a divisão de terras, Silva (2002, p. 139) comenta que a colaboração mútua era também uma forma de superar os desafios de se viver em uma comunidade restrita que precisava se manter com as condições que tinham.

[...] os filhos não querem ficar aqui. Criei tudo aqui, mas não querem ficar não. Quem gosta daqui? Ninguém gosta daqui não. Só se for doido! Eu não gosto daqui, detesto isso aqui [...] Na cidade não taria melhor, eu detesto a cidade [esposa], eu queria sair daqui e morar num sítio, numa chácara, não tenho paixão por cidade. Eu gosto de estar criando, tá vendo planta, vendo horta, plantando milho, plantando uma mandioca. Eu gosto de roça. Eu trabalharia o dia inteiro na roça. (Sr. Zé Mineiro e esposa, 72 e 53 anos).

A fala parece contraditória, mas existe uma coerência na voz do agricultor que quer se manter na terra e a cidade que ele conhece, a forma de vida que os amigos que saíram das ilhas e habitam as vilas rurais na cidade levam, não parece melhor que as condições que ele

tem na ilha, ou seja, as condições que os órgãos públicos oferecem para sair das ilhas não o atraí.

[...] são pessoas que foram criadas lá dentro [ilhas], criaram a família lá dentro, então tem um amor aquele pedaço de chão incalculável (Dona Sueli, 48 anos).

Novamente Tuan (1980) é lembrado nessa fala em que a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar.

[...] estes jovens que saíram de lá [das ilhas] não tem aquele orgulho... – “ah, porque é da minha terra, eu me criei aqui”. Eles não querem saber disso, eles querem a modernidade, eles não vão voltar pra lá (Dona Sueli, 48 anos).

Mas se os mais velhos possuem um gostar maior pelo lugar a ponto de não quererem sair, parece que os mais jovens não têm este mesmo apego. Para muitos as ilhas não são lugar para jovens solteiros, pois não há muito que fazer em termos de relacionamentos ou diversão. Este ambiente insular pode ser visto como um obstáculo aos contatos.

[...] eu gosto mais da ilha, meus irmãos gostam mais daqui [da cidade], é que lá não tem nada pra fazer. Aqui, no domingo a gente sai, vai à barranca do rio [...] Quando era pequena, minhas lembranças das ilhas eram os bois, meu pai também tinha, havia muitas frutas, banana. Depois que o mato fechou dá muito pernilongo (Rosângela, 17 anos).

Nesta fala, uma jovem moradora insular confessa seu gosto pela casa na ilha, ressaltando que os irmãos preferem a cidade. As questões sobre a continuidade dos moradores nas ilhas tornam-se incertas, devido à legislação vigente indo contra a permanência dos ilhéus nas ilhas e à própria preferência desses, quanto às facilidades encontradas na cidade.

Quanto ao presente e ao futuro da cidade, os entrevistados dizem-nos que:

[...] os fazendeiros grandes compraram os terrenos todos em roda [da cidade], para onde vai crescer a cidade? Para melhorá Porto Rico tinha que fazer uma fábrica de torneira, de mandioca, que eu vou vender minha mandioca em Monte Castelo, Nova Loanda. Não tem nem uma máquina de café, aqui. Porque Monte Castelo tá crescendo? O ambiente aqui é bom, a saúde é bom, se precisa ele [o prefeito, a prefeitura] manda a gente pra fora, não tem do que reclamar da saúde, mas não tem emprego (SR^a. Ana. 58 anos).

O fato de a cidade estar “ilhada”, cercada por fazendeiros e, aparentemente, não ter para onde crescer é preocupante para alguns moradores, embora a preocupação mais importante seja a falta de empresas que ofereçam empregos à população.

[...] primeiramente tinha tanta da gente aqui, que o senhor entrava nesse ginásio e fica tropicando com o povo. Hoje cê conta as crianças que estuda aqui. Ainda cê vê um pouquinho de dia, mas de noite... (Sr^a. Ana. 58 anos).

Aparentemente, a falta de empregos no município está levando a um êxodo para cidades maiores, que ofereçam mais educação e condições de trabalho.

[...] e preservar, quem vai preservar somos nós, que sabemos como é que preserva (Sr. Otávio. 66 anos).

Esta fala revela, sem modéstia, a sabedoria popular. Deveria ser espalhada aos “sete ventos” porque, quem conservou a região, até o aparecimento das barragens, foram estes fortes, pescadores que sobreviveram às cheias naturais, às duras condições nas ilhas e à falta de pescado, ocasionado pelas falta de cheias naturais decorrente do represamento da água para a formação dos lagos das hidrelétricas.

Porto Rico é uma cidade pequena, aparentemente sem violência, com os moradores geralmente se encontrando no final do dia, na barranca, à beira do rio Paraná para conversar. Nessa cidade, praticamente todos se conhecem. Depois das modificações provocadas no rio e nas ilhas pela instalação das usinas hidrelétricas, os moradores locais sentiram as mudanças em seus modos de subsistência. Ao lado destas transformações, a cidade, hoje, recebe turistas.

Para o sr. Otávio (66 anos) as águas mudaram este sistema de subsistência:

[...] antes das barragens havia muita fartura de alimentos, uma fartura muito grande tinha aqui, todo mundo vivia tranqüilo, o pescador pescava, pegava bem peixe, porque tinha peixe, né. Se precisava de um frango tinha, uma leitoa tinha, o que você precisava tinha ali [nas ilhas] e, de repente, essas águas veio subindo e, como a gente já estava acostumado, pois eu já estava a 17 anos na ilha. Quando eu entrei lá tinha outros moradores mais antigos, pois quando saiu, em 1975, Ney Braga construiu lá uma escola, foi na época que mudei pra lá, eu morava aqui [em Porto Rico], pois minha senhora foi dar aula. Naquela época tinha 490 família, que eu fiz o recenseamento, da ponta do Cágado até a ponta da Mutum [Ilha em frente a cidade de Porto Rico] (Sr. Otávio. 66 anos).

Esses locais eram férteis, pois as enchentes deslocavam os nutrientes e a matéria orgânica que, por sua vez, fertilizavam o solo das ilhas³⁸. As novas enchentes artificiais mudaram

³⁸ Muito antes que os homens construíssem as primeiras cidades, os rios inundavam suas margens durante a época das chuvas. No mundo existem planícies de inundação que representaram grande importância no desenvolvimento de antigas civilizações. Um exemplo é o Rio Nilo, no Egito, que durante as enchentes carreava consigo uma lama constituída de material orgânico que se depositava em várzeas que eram

esse ciclo, rompendo o que Diegues (1999) chamou de complementaridade entre populações tradicionais e natureza. Até mesmo a população da cidade esperava e necessitava da produção dos moradores das ilhas.

A professora Sueli (48 anos) e ex-ilhéu retrata a sua família neste percurso da história das pessoas e da região:

[...] era com muita dificuldade, mas todo mundo nessas ilhas tinha roça, tinha bananais, tudo que você imaginasse tinha de plantação, chegava numa ilha dessas, numa casinha, taperazinha, barreada de barro, de bambu, você entrava num quarto ali e tinha sacaria de feijão, sacaria de arroz, sacaria de farinha de mandioca, milho, tudo cheio, até a laranja e a manga (Dona Sueli e marido, 48 e 46 anos).

[...] eu fui moradora de ilha, meu pai já morou na ilha, e eu me lembro que nós tínhamos uma fartura muito grande. Eu vim ver necessidade depois que mudamos para cá [para a cidade de Porto Rico], na minha época de criança, porque lá tinha o porco, a galinha, a vaca de leite, coisas na porta, à vontade, verdura, tudo que você imaginasse. Então nós, na minha infância, 6, 7 anos eu não sabia o que era comprar. Eu me lembro que meu pai vinha a Porto Rico comprar açúcar pra por na mamadeira da minha irmã pequena. Assim mesmo era feito o melado da cana de açúcar. (Dona Sueli e marido, 48 e 46 anos).

Sr. Toninho (42 anos) que trabalha com travessia e aluguel de barcos também reafirma essa dimensão da produção de alimento local:

[...] a ilha Mutum teve época, eu era molecão, meu pai puxava banana das ilhas, chegou a ter 70, 80 famílias, famílias grandes, com 8, 10 pessoas [em cada família], era uma cidadezinha a ilha Mutum. Então produzia arroz, milho, tudo. Criação de galinha, porco, bananais fechados de banana. Vinha caminhão buscar para doçarias. Tudo saía das ilhas (Sr. Toninho 42 anos).

[...] O problema do rio é que os peixes não desovam mais. Nós não temos aumento de peixe, porque não tem água, o rio tá seco, não há enchente. Os peixes que existiam aqui, em abundância, hoje é raro. Eu cheguei a ir em praia com meu finado pai, dar um lance de arrastão em cima de uma praia e tirar 600, 700 quilo de peixe. Você vir com o bico do barco aterrado. Um lance, que três homens não agüentam arrastar e jogar para cima da praia. (Sr. Toninho 42 anos).

Estas manifestações ecoam entre os moradores mais antigos de Porto Rico. Ao entrevistador que recorre aos problemas ambientais originados pela implantação das hidrelétricas e pela criação das UCs, fica difícil compreender qual era esta quantidade de

aproveitadas para agricultura. Outros exemplos são os rios de água barrenta da Amazônia que carregam sedimentos que arrancaram da Cordilheira dos Andes e de outras regiões por onde passam. Na enchente, depositam no solo esses sedimentos, adubando quilômetros nas vizinhanças do rio. Ali, quando as águas baixam, as plantações nascem viçosas. (OLIVEIRA; SALLES & CONCEIÇÃO, 2006)

alimento, porém é de pensar que as famílias eram numerosas e que dependiam do plantio, colheita e de seu armazenamento por vários meses do ano.

[...] mas fartura sempre teve. Aqui já cansamo de botar 60 sacos de arroz dentro da casa, nós botava 30, 40 [sacos] de feijão, milho. Não vivia comprando, os frangos cantava e virava tudo galo, as franguinhas virava tudo galinha, tinha muito peixe para a gente salgar, tinha muito porco. Criei meus filhos na fartura, eu botava miúdos de molho para ralar para fazer cuscuz, fazer polenta. Na fartura era melhor antes, era mais difícil para gente, mas difícil ainda hoje é. Tudo que plantava tinha, mandioca tinha o ano inteiro, abobrinha cê tinha o ano inteiro. Agora não tem nada, nós veve do salário (Sr. Zé Mineiro e esposa, 72 e 53 anos).

Ainda sobre a fartura das ilhas, Dona Ana, entrevistada de 58 anos de idade (aluna de alfabetização e ex-ilhéu) relatou que:

[...] nas ilhas era bom antigamente, nós nos criamos em oito, a gente plantava e colhia de tudo, tinha fartura. Agora não pode plantar nada lá. Dinheiro mesmo nós não tinha, mas tinha porco gordo no chiqueiro, lata de porco [banha] que naquele tempo não tinha geladeira, era tudo untado, dentro daquela lata. Tinha fartura. Inclusive tinha uma época que um irmão que fica em “Louveiro”, queimou um quarto maior que este aqui [sala de aula, cerca de 25 m²] cheio de milho, arroz, um monte de coisas que eles plantavam. Os miúdos de porco essas coisas, a gente não comia, jogava tudo no rio (SR^a. Ana, aluna da alfabetização, 58 anos).

Estes moradores/entrevistados trazem-nos um sentimento de riqueza e de fartura entre os ilhéus, sendo essa também a percepção de Tommasino (1985) quando esta comenta sobre as trocas de mercadoria, quase sem o uso de dinheiro entre os ilhéus. Embora essa prática limitasse a compra de mercadorias no continente, nas ilhas era corrente. Tommasino (1985) destacou essa prática como característica de momentos especiais como na doença ou morte de algum morador/ilhéu.

[...] eu tinha uma faixa e fulano outra faixa. Era dividido. Quem tinha mais dava um pedaço pro outro o cara queria trabalhar, se mudava com a família e a gente dava um pedaço para ele, [...]. Mas ninguém ficava com o “bucha na rua”, ia morar na ilha, fazia a rocinha dele, três, quatro meses, os outros ajudava, né. Você não tem cimento não tem uma leitoa, um frango. O vizinho dava pra começar, e foi muitas famílias assim, nos alojamos aí (Sr. Otávio e esposa, 66 e 65 anos).

[...] na enchente de 1982, nós num passamo precisão de nada. Eu não vivo de vender peixe só não, o pessoal levava, um levava, outro levava, eu dava o peixe. Eu dava condução pra quem não tinha. Eles iam com nós. Comiam com nós. Dava peixe, dava carne de porco, dava arroz, nós num ficava matando na unha não. Um ajudava o outro aqui na ilha. Nós sempre tinha as coisas, graças a Deus. Aqui tinha muitos vizinhos, era um pelo outro. Aqui ninguém tinha briga,

era um povo muito unido. Era tudo família. Em fevereiro de 2006 vai fazer 50 anos que estou aqui na ilha (Sr. Zé Mineiro e esposa 72 e 53 anos).

Havia um sentimento de proteção e ajuda - mútua entre os moradores. Maldonado (2000, p. 61) com a mesma perspectiva de Tommasino (1985) comenta que:

[...] como em outras formas de articulação com a natureza, isto [o patrimônio comum] se viabiliza mediante outros conceitos também nascidos do social, princípios que a comunidade afirma com sua própria existência, em normas e costumes que no caso fundamentam a própria sociedade: a solidariedade e a ajuda mútua. Essas atitudes, aliás, tendem a se expressar recorrentemente, mesmo que sob formas diferentes em sociedades não-modernas, e não raro o fazem em termos da troca, que assim se identifica como o princípio subjacente a todas as relações sociais.

O rio Paraná deixou lembranças na vida dos moradores de Porto Rico, memórias de bons tempos.

[...] o rio era bastante puro, a água era limpa, tanto é que a gente não tinha poço, a maioria dos ilhéus tomava água do rio, não tinha o hábito de ferver, de filtrar, nada. Tanto para beber como para cozinhar. E não havia problemas de vermes, de doenças, não só na minha família, que era uma família grande, uma turma de 10 filhos, e nem na vizinhança (Dona Sueli, 48 anos).

[...] e não tinha doença. O filho mais caro que eu tinha não gastamos mil contos. [esposa] – falam que hoje não se pode mais tomar água desse rio e nós nunca fervemos água, e criamos 10 filhos. Levamos no posto de saúde, mas dizer que deu febre de gastar dinheiro com criança, doença. Nunca houve disso (Sr. Otávio e esposa, 66 e 65 anos).

[...] saúde tinha pra dar e vender. Eu lembro que lá em casa nós fomos criados em oito, e não estudávamos, meu pai, aqueles véio antigo, não deixava a gente estudar. Mas doente a gente não ficava, nem ouvia falar. A única coisa que a gente pegou foi sarampo e rubéola, porque não tem as vacinas que tem hoje. A gente tinha poço, mas muita gente tomava água do rio (SRª. Ana, 58 anos).

A percepção de Ana é a de que a saúde está ligada à prática de produção de seus próprios recursos de subsistência e, é claro, aos processos naturais da água e ciclos de plantio. Como disse o Sr. Otávio:

[...] naquele tempo o rio enchia, 15 de outubro nos esperava um reponto, sujava a água, a água ficava igual pasto. Só que era peixe com fartura. Pesquei de profissão por 20 anos. Ali eu plantava arroz, plantava feijão, plantava a roça e à noite, de umas horas em diante, eu ia pro rio pescar (Sr. Otávio 66 anos).

O conhecimento tradicional do pescador como é realçado pelo Sr. Otávio indica que essa quantidade de alimento, os peixes, desapareceram com a interrupção das cheias pela retenção de água pelas barragens à montante de Porto Rico.

[...] naquele tempo você chegava nas margens do rio e ficava naquela moita de capim, capim jaraguá. Hoje não vê mais uma moita de guapé beirando o rio que não dá tempo. Começa a querer formar e já vem a água, suspende ela e quando baixa já leva ela embora (Sr. Otávio, 66 anos).

A mesma percepção está presente em Toninho e em Sueli e marido:

[...] todo ano, pegava de novembro, dezembro, até março o rio enchia, era sagrado, todo ano nós tinha enchente. Aí era a época da desova do peixe, aí o peixe desovava na época certinha. Quando o rio baixava era fartura, muito peixe. Então as lagoas ficava cheia de peixe e todo ano era bom (Sr. Toninho, 42 anos).

Só que não existe o que existe hoje. Nessa época, o rio já começava a pensar em repontar, todo mundo já sabia que o rio ia repontar. E o que acontecia? O peixe nessa época repontava e enchia as ilhas, enchia o varjão tudo e o peixe desovava. Quando fosse o começo do ano o rio baixava, a água não faltava, o peixe grande saía, o filhote ficava. O ano que vem acontecia o mesmo sistema, o rio enchia, esses filhotes o ano que vem, tava tudo um tamanho mais ou menos, aí saía pro rio. Então todo ano tinha peixinho novo no rio, todo ano. Era pacuzinho, era curimbinha, e não tinha seguro [salário mínimo dado ao pescador profissional na época do defeso] como tem hoje. E o culpado é a barragem. Ela travou. O rio não encheu mais por causa dela. E vai raseando o rio, é só areia, só areia (Sr. Toninho, 42 anos).

[...] O problema do rio é que os peixes não desovam mais. Nós não temos aumento de peixe, porque não tem água, o rio tá seco, não há enchente. Os peixes que existiam aqui, em abundância, hoje é raro (Sr. Toninho, 42 anos).

[...] antes era melhor, a gente ia pro rio e pegava bastante peixe, hoje ninguém vai pro rio, num pega nada. (Dona Sueli e marido, 48 e 46 anos).

Estas constatações do passado são evocadas para marcar as grandes diferenças com os problemas do presente com o Incra e a fiscalização do IBAMA e IAP, além da polícia florestal³⁹:

[...] meu sogro tem um sítio de 10 alqueires e tudo que ele fez dentro daquele sítio foi pra por dentro dessas ilhas. Ele tem mais de 100 alqueires de ilhas, que foram comprados e não foi barato não. Ele tinha bastante gado. Eu não sabia o que era comprá um pacote de arroz e não tinha maquinário, num tinha nada não, era no braço mesmo, arroz, milho. De repente acabou tudo. Meu sogro, as últimas palavras dele, os últimos pensamentos dele no hospital: - “O que é que eu fiz da minha vida? O que vou deixar para os meus filhos? O que eu tenho é esta ilha, e agora já nem posso entrar lá dentro”. Ele morreu esperando a indenização. E tá assim até hoje. O INCRA⁴⁰ dessa ilha nossa sai mais caro que os 10 alqueires e tá pagando até hoje. Se não pagar é pior, porque tá no nome do pai e tem que pagar. E não pode fazer nada nas ilhas, nem entrar lá. Só que todo ano vem o INCRA pra pagar (Dona Sueli e marido, 48 e 46 anos).

³⁹ A Polícia Florestal tem como missão legal a fiscalização ambiental, através do policiamento ostensivo, visando a conservação e preservação do meio ambiente, com maior ênfase na prevenção, no sentido de orientar e dissuadir ações que representam transgressões à legislação ambiental (POLÍCIA FLORESTAL, 2006).

⁴⁰ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A depoente não aceita a obrigação de os moradores pagarem o INCRA de uma área na qual não podem trabalhar. São obrigados a quitar dívidas com o Estado, porém este os impede de plantar e criar animais – de viver nesse local.

A relação ambígua com a terra que por muitas décadas forneceu alimento e hoje fornece apenas dívidas, pode ser pensada por Tuan (1980). Este autor fala do dilema pelo lugar de camponeses que trabalham duro em suas terras e dependem de suas colheitas. Estes desenvolvem um sentimento de amor e ódio pela terra: se a colheita vai bem o agricultor sente-se bem, se há problemas ele desenvolve um sentimento negativo pelo local. Se normalmente a agricultura tem altos e baixos, o que dizer, então, dos ex-ilhéus que estão ligados a uma burocracia kafkaniana, relacionados a uma nova condição de modalidade da terra: a pertença de uma Área de Proteção Ambiental que traz novas restrições para os moradores.

[...] a minha área era de 18 alqueires, eu estou hoje com um hectare, e fui multado estes dias porque plantei. Multado em 2000 contos. E você não tem pra quem gritar (Sr. Otávio, 66 anos).

A revolta do Sr. Otávio é grande. Quem plantou durante décadas nas ilhas, criou os filhos com os frutos deste trabalho, viveu da pesca em suas horas disponíveis e depois perde sua autonomia diante da nova legislação que altera a forma de uso da terra vê-se como o Sr. Otávio, sem recursos políticos e legais para questionar a mudança. Arruda (2000), comenta estes atos, por exemplo: a pesca, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, a construção de um quarto para o filho que se casou, como atos considerados naturais e espontâneos que passam a ser condenados como atos criminosos em função das novas leis e regras das UCs. A população local e tradicional é transformada em perseguida e penalizada. Os depoimentos do Sr. José apontam a inflexibilidade e a rudeza dos fiscais ambientais:

[...] esse negócio das ilhas, tiraram o povo na marra, corrido – baita sem-vergonhice. O meu pai tinha ilha aqui na frente. Quando é um dia chegou a polícia, era com ordem do promotor, invadiram, proibiram, quem teimasse era multado e tiveram que abandonar até a ilha. O meu pai com porco, plantação [...] deixou lá tudo abandonado. Acho que tem porco até hoje espatifado lá pelas ilhas. O Zé Pedro plantando uns pezinhos de mandioca, foram lá e multaram o homem em não sei quantas mil OFIR, por causa de plantar um pé de mandioca na beira do clube pra poder comer (Sr. José, 55 anos).

[...] fiscal chega a puxar o bigode de pescador até sair sangue, outro apanhar de mangueira. É uma barbaridade. Nunca teve um representante que saísse daqui, ir lá e tomasse providência contra um cidadão desse. E o pescador perdia tudo, a tralha, o peixe, apanhava e ainda saia correndo, entrando escondido no mato. Quando começo a contar fico revoltado... O pessoal não conhece os direitos dele (Sr. José, 55 anos).

São, na verdade, denúncias dos excessos das entidades fiscalizadoras que não compreendem a mudança ambiental (a transformação de terras em APAs) como mudança nos hábitos tradicionais. Certamente é grande a resistência à mudança de membros das comunidades tradicionais, principalmente os de idade avançada. Os fiscais agem dentro da lei, mas uma lei gestada fora da vivência dos ilhéus. No depoimento a seguir, o Sr. José conta-nos que conhece outros métodos de se lidar com o morador das APAs:

[...] no ano de 2002 teve três biólogos do Pará, da região amazônica, lá que tem o desenvolvimento sustentado, lá tem área de preservação, tem tudo, mas o nativo, as pessoas nativas, eles fazem a adaptação com que as pessoas não precisem sair da área dele para preservar. Ele tem que sobreviver, ganhar mais do que ganha com as coisas que fazem parte da preservação. Acho incrível ter que tirar este povo daí [das ilhas]. Lá em Rondônia, Pará, Amazônia pra lá, eles não tiram daí o pessoal, lá as pessoas tem que conviver na mata sem destruir (Sr. José, 55 anos).

A fala do Sr. José nos lembra a Reserva de Desenvolvimento Sustentado de Mamirauá, AM, na qual percebemos que a presença humana tem contribuído para a preservação desta área e para a manutenção da biodiversidade. Pimbert e Pretty (2000) insistem na existência de um novo paradigma em que múltiplas atividades de subsistência das comunidades rurais não são incompatíveis com a conservação da biodiversidade e que, sob certas condições, a participação comunitária no manejo dos recursos naturais pode ajudar a manter e mesmo aumentar a diversidade biológica dentro e ao redor das áreas protegidas. Assim, acreditamos que não há possibilidade de sustentação política de longo prazo para uma reserva deserta de pessoas, cuja importância econômica local é relativamente grande. Além disso, manter as populações ribeirinhas permite que estas tenham um papel expressivo na fiscalização que hoje não poderia ser atendida de maneira eficiente pelos órgãos federais competentes.

[...] querem que os coitados saiam de lá [das ilhas] e venham tudo para a cidade. Se esse povo vier para a cidade vai ter que roubar porque ninguém vai passar fome. E a pessoa que mora lá não é acostumado a fazer isso. E quem tem quatro filhos como é que faz? Tem que ter uma estrutura para eles virem para a cidade. A pessoa não sabe o que faz. O pior que eles vão lá e eles fazem isso. Queriam

meter multa em minha mãe porque ela tava muito “bocuda”. Minha mãe disse que - eu criei meus filhos tudo aqui e nunca ninguém veio aqui com desaforo, agora vocês tão vindo com desaforo (SRª. Ana, 58 anos).

Os depoimentos do Sr. José e da Sra. Ana mostram que os ex-ilhéus não acatam as novas práticas. Silva (2002) critica o modo dos fiscais ambientais de efetuar uma mudança ambiental que troca os homens pela ecologia quando comenta que aos ex-ilhéus fica o lema: “Sem terra, sem rio, sem peixe, sem estudo, sem trabalho”. Estes moradores ancoraram suas vidas na sua força direta de trabalho e, sem suas tradições, sem instrução escolar foram para uma cidade sem estrutura para recebê-los.

Quanto à presença dos turistas na cidade, uma moradora entrevistada, Rosangela, 17 anos disse:

[...] a maioria das meninas não tem contato com os turistas, porque a imagem que o turista tem, principalmente com o pessoal da pousada, das meninas daqui, é que elas não valem nada, que é só pegar aqui e levar pra lá, entendeu? Senhor de 50 anos, tá passando na rua, eles param de noite, mexem com você, perguntam se você quer ir lá pra pousada. A maioria das meninas daqui não conversam... Às vezes conversam quando o rapaz é educado (Rosangela, 17 anos).

Rosangela sente-se assediada pelos turistas. A percepção da moça é que os turistas esperam das jovens da cidade serviços e favores não explícitos.

Embora alguns moradores sobrevivam do turismo, outros dizem que:

[...] o turismo, pra mim, não trás nada. Porque, quem limpa casa, pega uma casa para limpar. Isso, no meio de dez, quer dizer, dez pega, e noventa fica de fora. Onde vai ter tanto turista também? Na festa eles trazem sua comidinha. A maior parte daqui faz compras pra fora. Eles dizem que aqui é caro. Nós faz [as compras] em Monte Castelo⁴¹. Tudo aqui é mais caro (Srª. Ana, 58 anos).

[...] aí em Porto Rico tá precisando de uma loja barateira pra gente, que a gente sai daqui e vai pra Loanda fazer compras, vai pra Porto São José fazer compras, que no Porto Rico a senhora não pode fazer uma compra que fica por cem contos e lá no RM [mercado] em [Porto] São José fica por sessenta. Quer dizer que a gente ganha aquele. E é por isso que o Porto Rico vai sempre pra baixo. Porque diz que é cidade turística, então eles botam a faca e o pobre vai pagar pelo preço do rico, que o pobre não pode, fica na marra. Então é que a gente foge, vai pro RM, pra [Porto] São José. Então os turistas também não vai comprar quase nada aí não, já traz de lá (Sr. Zé Mineiro, 72 anos).

⁴¹ Santa Cruz de Monte Castelo. Cidade a 24 Km ao sul de Porto Rico

O turismo traz benefícios financeiros à cidade, mas também traz especulação imobiliária e aumento do custo de vida aos moradores. O sentimento causado em alguns moradores pela presença dos visitantes parece ser o de desagrado.

Dona Sueli e seu marido fazem também outras considerações sobre o turista:

[...] o turista seria até uma solução, mas teria que ter uma estrutura melhor em Porto Rico para receber, atender esses turistas. Eu acho que nossa estrutura ainda é muito frágil. O turista, a maioria traz de fora todo o tipo de coisa necessária. Teria que ter mais atrações, um cinema, um parque cultural. Nós não temos nada dessas coisas aqui. O que vai oferecer ao turista? Só esta beira de rio? É muito bonita, só que está faltando uma estrutura mais aconchegante, que dê mais segurança, para que se sinta mais atraído de vir para cá, porque ele vir só para ficar olhando o rio? (Dona Sueli e marido, 48 e 46 anos).

Sr. Beletato, de 55 anos de idade, é morador é ex-ilhéu. Nesta fala aponta para a nova territorialização da cidade.

[...] o turista vem aqui, gosta, compra uma casa, outro compra um terreno, depois constrói, tem uma pessoa aí para cuidar. E o pescador, com o turista, também ganha. Geralmente o cara vem aqui e quer uma ceva, um lugar para pescar e vai procurar quem? – um pescador. O pescador sabe, conhece o melhor lugar de pescá (Sr. Beletato, 55 anos).

O Sr. Toninho indica como seu trabalho muda com a frequência do turista na cidade.

[...] no fim do ano, quando aumenta o número de turistas, os pescadores que pescam durante o ano, aí eles entram nessa função de barco de aluguel. Porque vivendo de barco de aluguel sou apenas eu e outro rapaz. No verão, daí a pesca fecha e aí aumenta, chega a ser 6, 7 barqueiro (Sr. Toninho, 42 anos).

[...] eu fiquei no rio porque meu pai saiu, ele se aposentou e eu entrei na vaga dele. Peguei os fregueses dele. Agora meu filho, que já tá um rapazinho, se eu ficar ele não tem como ficar, ele tem que ir pra outro canto, pescaria não adianta. Deve ter uma meia dúzia que dependa só do peixe para viver. Eu estou de segunda a segunda na barranca do rio (Sr. Toninho, 42 anos).

[...] o turista vem aqui por causa por causa das praias, final de ano mesmo. Tem prainha que chega a dar 700, 800 pessoas em cima da praia. E passeio de barco (Sr. Toninho, 42 anos).

O Sr. Otávio acredita que, de todos os meios de sustento que a região oferece, o turismo será o único que restará para se manter.

[...] para o turista, o que está restando pra nós aqui, é que ainda tá um lugar calmo, não tem briga, não tem banditismo, não tem assalto. A única coisa que tem é o sossego. A festa [da padroeira] era uma grande festa, depois que ela foi comercializada, além dela não sair no dia da festa, a exploração tá tão grande que o pessoal tá deixando de vir (Sr. Otávio, 66 anos).

4.2 A percepção dos turistas e/ou moradores ocasionais dos condomínios fechados de Porto Rico

Os turistas entrevistados comparam Porto Rico e a região às condições de outras praias de rio e as praias de mar. Confessam que quem degrada o local, principalmente o rio, são os outros turistas, não os entrevistados. Os que dizem se importar mais com a região são aqueles que a freqüentam há mais tempo.

[...] freqüento a cidade de Porto Rico há vinte anos, e nesta época era muito diferente, sem infra-estrutura, o comércio era diferente. Hoje tem infra-estrutura. Em relação ao rio, eu sinto muita pena do rio, porque infelizmente o homem ainda não aprendeu a preservar. Antigamente era melhor (Sr. Antônio, 53 anos).

[...] a gente freqüenta Porto Rico desde criança. Meu pai vem toda a semana pra pescar, como não dá pra pescar, como agora que a pesca está fechada, ele vem para descansar, não tem barulho de nada [clube de pesca na ilha], não tem carro passando, no meio da ilha. Agora, nem tem vara [de pesca] em cima do carro. A gente respeita (Sr. Marcos, 23 anos).

Os turistas entrevistados sentem-se mais próximos ao ambiente do que os demais visitantes, ambos possuem casas nas ilhas, os chamados clubes de pesca que, mesmo sendo de madeira, sem água encanada e sem energia elétrica (possuem gerador à gasolina), são locais onde gostam de passar alguns dias. Seria a “fuga” para um ambiente mais natural, propício para o descanso, com o intuito de “restaurar as energias”.

[...] o próprio comerciante vive com dificuldade, porque parou a pesca, não tem turista, e não tem porque não tem estrutura, têm hotel aqui que custa um monte e outro que custa pouquinho. No meu caso venho para cá para descansar, pescar é detalhe. Venho uma vez por semana, três por mês. Chego na sexta à tardinha e volto domingo (Esse entrevistado fica em seu clube, na ilha, quando está em Porto Rico) (Sr. Antônio, 53 anos).

[...] antigamente não fazia [compras], mas agora estou fazendo, pago um pouco mais caro, mas ajudo o comércio [local]. Trago carne de lá e o resto pego tudo aqui (Sr. Antônio, 53 anos).

[...] se melhorasse os mercados, a gente passava a comprar aqui em vez de trazer de casa. Se baixasse os preços. Aqui é caro, é caro. É que eles aproveitam para explorar o que podem, porque a gente vem de longe e chega aqui, aí eu não vou voltar para comprar, entendeu? Tem que comprar aqui. Então eles aproveitam... A cidade explora o turista. Aluguel, comida (Sr. Marcos, 23 anos).

[...] nós pagamos 210 reais por 3 dias de aluguel nesta casa. E não vale! Mas é praia. Compramos tudo aqui. Hoje tomamos café na padaria. Trazemos a bebida de fora (Sr. Moacir, 22 anos).

Nestas falas os entrevistados confirmam o que os moradores também apontam: o aumento do custo de vida na cidade. Os comerciantes de Porto Rico encareceram seus produtos. Os turistas, que conhecem outras cidades turísticas, comparam os atuais preços dos serviços de Porto Rico com outros locais e mostram que estes preços inviabilizam a compra. Para evitar os altos preços, os turistas trazem seus víveres para o local de férias.

A conservação ambiental também é tema do presente e do futuro:

[...] com muitos condomínios na cidade é preciso cuidar [...] construir nas ilhas já é proibido, ninguém constrói mais, quem tem casa, não pode mais abrir o embarcador de lancha (Sr. Jorge, 23 anos).

[...] quem já tem casa na ilha não vai desmanchar, não vai fazer nada, não pode construir mais. Vai ficar lá. Agora quem não tem não pode construir (Sr. Moacir, 22 anos).

Para estes entrevistados Jorge e Moacir, o ambiente da região requer mais cuidados. A construção de moradias preocupa os órgãos responsáveis, tanto nas ilhas (atualmente é proibido) quanto nos condomínios. Que tipo de investimento o veranista pode (e quer) fazer em Porto Rico? Esta pergunta precisa ser respondida pelos gestores públicos da cidade que elaboram projeto para uma cidade turística. Turismo é construir uma casa em um condomínio fechado em uma região com um belo rio? Os turistas sabem que o limite para construções está estabelecido pela lei. Mas, talvez, haja outros modos de se fazer turismo, sem o estabelecimento de construções. Museus? Trilhas ecológicas nas ilhas monitoradas por professores e população local?

Quanto a percepção do turista Antônio a respeito da população local, vemos que para ele é necessário haver formas de manter o ilhéu na terra, mesmo que seja plantando em uma pequena área, hoje proibido pelos órgãos fiscalizadores. E o que fazer com estes moradores é uma questão séria na qual apenas entregar-lhes uma casa numa vila rural é pouco. O terreno na maioria das vezes é pequeno para uma lavoura de subsistência e pouco produtivo.

[...] teria que estabelecer uma parceria entre os órgãos ambientais e o ilhéu, no sentido de deixar ele plantar o mínimo para o sustento dele, sem que isto, evidentemente, aumente a ponto do cara querer agredir a natureza e querer comercializar a rocinha dele. Acho que o IAP tem esses ilhéus registrados. Tem que ter parceria, não pode ter rigor nesta área, nesta questão [...] E fica mais barato também (Sr. Antônio, 53 anos).

[...] se por um lado o governo tenta proteger a natureza evitando o ilhéu que utiliza a terra para plantar milho e mandioca, por outro lado um pé de milho ou de mandioca não vai degradar, usando meio alqueire. Dois pesos e duas medidas. Acho que essa proibição das leis tem que ser mitigada. Dona Faustina mesmo, que mora lá em baixo há 25 anos não pode plantar um pé de mandioca pra comer, pros filhos dela. Vai tirar a mulher de lá e pôr onde? Se a mulher não tem onde morar. Tem que olhar a situação com outros olhos. Proibições, radicalizar. – Sou contra. O próprio fiscal do IAP, ele é muito rígido com este pirangueiro, são uns coitados (Sr. Antônio, 53 anos).

Parece que ao entrevistado Antônio são claras as dificuldades entre os ilhéus e os órgãos fiscalizadores. Uma parceria entre estes dois grupos é muito importante como comentam Pimbert e Pretty (2000, p. 196): “sem envolvimento local, existe pouca probabilidade de proteção da vida selvagem. Ainda mais, os custos de manejo dos parques são muito altos quando as comunidades locais não são envolvidas”. Esta estratégia, lembrada pelos pesquisadores, é ainda a única que tem dado resultado em uma política frutífera quando se fala de população tradicional e utilização de áreas de preservação ambiental. Também os gestores devem pensar em descentralizar o poder, remover padrões estabelecidos pelos gestores públicos (como, por exemplo, o modelo de APA sem seres humanos e outros) e diminuir as restrições impostas. Como disse um entrevistado Moacir e Marcos, donos de clube de pesca na ilha Mutum.

[...] e isto é bom, a melhor coisa do mundo, eu vou aproveitar isto aí a vida inteira, mas meus netos e meu filho não vai aproveitar nada se continuar assim... Tem que ter cuidado senão acaba [...] (Sr. Moacir, 22 anos).

[...] são os pescadores que mantém isto aqui quando nós não estamos. Pelo menos nós não jogamos nada no rio, só o que o peixe come. Não é que a gente faz, a gente não gosta de ver [quem joga lixo]. Você passa no rio e vê aquele negócio. É nojento, dá raiva de quem jogou aquilo ali. Tem que ter consciência, que você tem que guardar, porque daqui a uns dias seus filhos não vão poder ter (Sr. Marcos, 23 anos).

As falas de Moacir e Marcos mostram que há uma percepção de um turismo que depreda o ambiente. Ao mesmo tempo Moacir e Marcos percebem os habitantes como a população que preservou a região.

As contradições de quem quer “justiça e igualdade social”

[...] depois da criação do Parque Nacional, você precisa ver a natureza que rejuvenesceu, já identificaram a presença até de onça na ilha Mutum. Anta. Na nossa ilha tá tendo tucano, papagaio, fauna, flora. Não precisa criar abelha. Tudo que é feito para comércio é ruim para a natureza (Sr. Antônio, 53 anos).

Na fala de Antônio há a referência à APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná como se fosse Parque Nacional. Em todo caso o aparecimento de diversos tipos de animais em uma área ainda habitada comprova que pode existir relação com a manutenção da biodiversidade e os moradores, mesmo em se tratando de turistas. A referência às abelhas se deu porque a apicultura vem sendo desenvolvida na região com o apoio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, como mais um meio na tentativa de manter o agricultor na terra.

O termo “a nossa ilha”, como disse o Sr. José refere-se às instalações existentes atualmente, ou seja, o clube de pesca. Ainda que um clube de pesca em uma APA seja estranho aos propósitos ecológicos e de conservação, percebe-se um sentimento de gostar do lugar.

[...] a nossa ilha é de fora a fora, meu pai tem casa lá, porque é no meio de uma ilha mesmo, não tem luz nem nada. Tudo no gerador. Luz e água. Você puxa no motorzinho e tal. Lá tem um monte de casa, tem um monte de moradores lá. O morador que vai de batelão e vive da pesca. E tem que ficar lá, porque o cara que viveu a vida inteira lá, se vier para a cidade morre [...] (Sr. José, 23 anos).

O turista Carlos, como alguns moradores de Porto Rico, relata a festa da padroeira local como um evento desvirtuado.

[...] faz anos que não vou na festa da padroeira, por causa da baderna (Sr. Carlos, 45 anos).

Medeiros (2003), acerca da festa local, descreveu que alunos e professores se queixam dos novos hábitos introduzidos pelos turistas como a violação da natureza, do ritmo de vida estressante, carros em alta velocidade, excesso de consumo de álcool entre outros, e também, à festa anual da padroeira da cidade. Todas essas condutas ocorrem na festa da cidade, ocasionando conflitos entre moradores e turistas.

Quanto às barragens e a dinâmica das águas os turistas Marcos e Antônio dizem:

[...] mas cê vai nessas ilhas aí mesmo, cê vê os barrancos estão tudo caindo, onde a água bate assim, tá comendo o barranco. Não tem árvore pra segurar a terra [...] (Sr. Marcos, 23 anos).

[...] o rio quando sobe leva o lixo embora. E esta barragem, de cada meia em meia hora é um sobe e desce danado. Esta barragem é o cancro daqui, porque quando não tinha barragem não tinha esta dinâmica de água daqui, o peixe vinha. Eu pesco aqui a 37 anos. Eu vinha quando não tinha asfalto, de Maringá

até aqui gastava um dia para chegar. Você pegava pacu de rodada com a própria fruta, pescaria de vara de bambu e tal. Pacu de 7 a 8 quilos, uma delícia (Sr. Antônio, 53 anos).

As percepções dos turistas acerca dos problemas locais coincidem com as dos pescadores e, nesse sentido, os dois grupos sociais convergem como signo. As falas dos senhores Marcos e Antônio indicam o que todos percebem: barrancos do rio caindo pela erosão e lixo (e plantas) levados pela água. Novamente pescadores e visitantes apontam os mesmos eventos que têm relação com as barragens e às alterações ambientais.

Quanto à infra-estrutura para se chegar à cidade Porto Rico, um destino que se autodenomina como turístico, o entrevistado Marcos comenta:

[...] para começar tem que melhorar os acessos para chegar até aqui, o asfalto, tapar os buracos. Por Porto São José não tem como vir, não (Sr. Marcos, 23 anos).

Para se chegar a Porto Rico por terra, existem dois caminhos: por Porto São José, PR, cidade a 15 km ao nordeste e por Loanda, PR, a 26 km em direção ao sudeste. Aparentemente o entrevistado Marcos veio por Loanda, pois, apesar dos buracos, a estrada é alcatroada enquanto que por Porto São José a estrada é de chão. Para uma cidade que se diz turística os acessos são importantes.

Como vemos, as falas dos dois atores sociais indicam a terra e sua produção como o centro geral de suas percepções. Para os moradores a terra é a natureza que fornece seu alimento e sua existência cultural. Para os turistas é uma referência local importante, é um pedaço da natureza, “boa” para o descanso.

CONCLUSÕES

As percepções dos moradores e dos turistas mostram que ambos os atores vivenciam experiências diferentes embora com experiências no mesmo local. Em alguns momentos a percepção dos moradores e dos turistas entrevistados é coincidente: são as percepções acerca da exclusão dos ilhéus de suas terras e da atual circunstância da cidade onde ocorrem comportamentos não aceitos como o da festa da padroeira de “outros turistas”, do lixo no rio, e ambientais, como da erosão dos barrancos. Pode-se afirmar que o signo com o qual os dois atores interagem é o rio. Para os moradores o rio/ilhas são a natureza cultural e econômica de suas vidas. Para os turistas o signo é a água como estética e deleite.

Esta interação homem/natureza é, para os moradores, a relação de sobrevivência física, social, cultural, econômica e política. Aí, os moradores concretizavam suas potencialidades para o trabalho e suas relações sócio-culturais como destaca Ferrara (1999a). Ou como descreve Polinari (1999) a terra, o rio e as ilhas são os signos dos moradores, pois são a parte substancial das suas vidas nas ilhas. A nova legislação quebrou estes signos quando fragmentou a forma de trabalho e com ela a auto-estima, segurança e dignidade dos moradores. Para os turistas, apesar de reconhecerem o rio, as ilhas, como tendo a participação dos ex-ilhéus, a interação homem/natureza não se efetiva pela relação de sobrevivência e, sim, pela relação de turismo, descanso e conforto.

Os moradores percebem-se como partes de uma história e de uma cultura que, após as instalações das usinas hidrelétricas, foram perdidas. As tradições de plantio e de manutenção de suas famílias foram retiradas de suas vidas e nada preencheu esta história. É uma nova história sem história. Além disso, pareceu-nos que há um sentimento de pertencimento à terra que está se diluindo a medida que foram afastados das ilhas e da cultura de plantio e de subsistência que, hoje, são práticas sociais consideradas criminosas pelas agências ambientais fiscalizadoras. De população tradicional com história de preservação e conhecimento etnobiológico, passaram a ser criminosos. Nesse sentido, presente e futuro são incertos quanto a terra, ou seja, às ilhas, subsistência da família e do grupo.

As percepções dos moradores indicam as paisagens do rio Paraná e das ilhas como paisagens culturais de subsistência, de uso. Natureza é moradia e alimentação, mas não no sentido de sua espoliação. É uma natureza/cultura. O grupo de moradores entrevistado vê a modificação do ambiente água, rio, peixes, como uma radical e negativa mudança, pois interferiu em seu modo de vida e na subsistência, além de arrancá-lo de sua história. Percebem-se, hoje, soltos na história de décadas em uma “terra metade água”.

As percepções do futuro do grupo são contraditórias, pois os moradores não apreciam os turistas, mas vêem no turismo tido como “ecológico” para o local, uma nova oportunidade de emprego. Os turistas são vistos como oportunidade de empregos, em suas casas nos condomínios e nas ilhas, mas não de manutenção de sua cultura. No que podem estar certos.

O grupo de turistas percebe a região e cidade como local de usufruto da paisagem natural, de esportes náuticos, de pesca e de descanso de final de semana. Percebe o grupo de moradores como a população tradicional que tem direito ao plantio que antes faziam; também os vêem como possível mão de obra dos serviços de caseiro, por exemplo. Traduz o local como paisagem natural, uma paisagem que se reconstitui após a instalação das usinas hidrelétricas, mas também percebe a situação de penúria do homem ilhéu ou ex-ilhéu e a aplicação da nova lei ambiental como lei severa aos propósitos da região e da população que lá está há décadas.

Naturalmente, estas alterações ambientais causadas pelo homem, não devem parar tão cedo. Apesar de se ter constituído Parques Nacionais dentro de Áreas de Preservação Ambiental, como no caso da Planície de Inundação do Alto rio Paraná, os dirigentes podem “mudar de idéia” e construir barragens destituindo as Unidades de Conservação. Dessa forma as pessoas consideradas prejudicadas pelas barragens podem se juntar ao MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, movimento que desde 1991 se reúne em torno do tema.

Pode-se afirmar que, dentro dos limites do número de pessoas entrevistadas, a percepção dos dois grupos da dinâmica ambiental indica uma segregação dos moradores e dos turistas. Ou seja, um grupo desdobra-se sobre suas dificuldades de sobrevivência em um rio profundamente modificado e de adaptação às novas normas ambientais. Pode-se afirmar

que, enquanto para os moradores toda mudança das paisagens naturais locais está fundamentalmente ligada às suas vidas, para os turistas, as modificações são aquelas que os atendem em relação ao descanso e usufruto da natureza (ainda que estes turistas percebam os problemas tanto sociais quanto ambientais). Para os moradores esta “nova” natureza os joga a uma vida de incerteza quanto ao trabalho e ao futuro.

A proposta de turismo ecológico/esportivo de Porto Rico parece, aos olhos dos moradores, não atender à população local que reside na região há mais de 50 anos nem atende, ainda, aos turistas. Pode-se dizer que o turista também percebe que o projeto de turismo da região/cidade como precário, para que este seja solução econômica da cidade. Infraestrutura e serviços em geral ainda deixam a desejar.

Quanto ao projeto de turismo de Porto Rico não se pode afirmar – como apontam moradores e turistas entrevistados – que é um turismo ecológico/esportivo, pois não obedece aos parâmetros indicados por nós no item 1.5 (Turismo e o turismo em Porto Rico) desse trabalho. Trata-se de um projeto econômico realizado pela prefeitura local sobre os problemas resultantes da transformação do rio Paraná e de seu ambiente. Ou seja, após os desastres ambientais, a diminuição considerável da pesca e da agricultura, da expulsão dos ilhéus de “suas” ilhas, ficou para a cidade um vazio que teve que ser preenchido rapidamente para responder às necessidades de resgate econômico. Mas, qualquer resposta histórica às mudanças ambientais e culturais que não levar em conta a população local e a conservação da região corre o risco, a nosso ver, de não se efetivar. Um turismo baseado na exclusão da comunidade que lá está a muitas décadas, propicia uma miséria dos moradores locais e, com o tempo, pode apenas receber turistas que se recolhem às suas casas de veraneio sem criação de vínculos com a terra e a economia da cidade.

Muitas experiências no Brasil indicam, e os gestores ambientais estão aprendendo, que ecologia/ambiente e população tradicional estão vinculadas. Como citamos neste trabalho a experiência (desastrosa) de Jericoacoara. Esta área deveria ser um instrumento de crescimento econômico pelo turismo e acabou sendo uma atração que depredou o patrimônio ambiental da região. A descaracterização dos ecossistemas locais e a inserção de um sistema de hospedagem estranha ao povo da região contribuíram para um

estranhamento da população com o novo empreendimento, o turístico, que resultou em um turismo predatório para todos e para a conservação ambiental.

As mudanças que acolheram os dois pólos – homem e natureza – para a realização de projetos turísticos foram bem sucedidas, como o exemplo da Ilha do Cardoso⁴² no litoral de São Paulo, que há 20 anos é uma APA cuja orientação sócio/cultural e econômica é dada pelos ilhéus com ajuda da Pastoral do Mar, das universidades públicas estaduais do Estado de São Paulo, USP e UNESP e de ONGs.

A exclusão da população tradicional do mapa das APAs não resulta senão em uma cômoda maneira de se fazer áreas de conservação. Pode-se pensar na realização de novos modos de viabilizar a existência destas populações por meio de projetos de manejo ecológicos para os locais (plantio sem fogo, em áreas determinadas, sem agrotóxicos etc), projetos culturais (artesanato, trilhas etc).

A exclusão desses moradores se manifesta, conforme escreve Escorel (1995, p. 6 apud BONETI, 2003):

[...] no contexto social, pela fragilidade que se estabelece nas relações humanas; no contexto cultural, pela estigmatização simbólica e o descaso pelas representações sociais; no contexto humano pelo descaso à pessoa quando sem uma função social; e no contexto político pelo desrespeito aos direitos fundamentais do homem.

Estes ilhéus buscam apenas um espaço, um reconhecimento social, uma identidade. À medida que perde a identidade e o espaço social, torna-se um excluído. Essa exclusão, seguindo uma lógica de produção capitalista se dá, segundo Boneti (2003, p. 68), graças a uma ruptura de três principais vínculos: o econômico, que incentiva um crescimento sem limites – causa fundamental da exclusão; o social, que rompe com suas redes de aproximação entre as pessoas; e os vínculos simbólicos, que rompem as estruturas do imaginário, do valor imaginário do trabalho, da ascensão social entre outras e, como vimos,

⁴² A Ilha do Cardoso, remanescentes da Mata Atlântica, foi transformada em Parque Estadual (SP), em 03/07/62. São mais de 22 mil hectares num complexo conjunto de ecossistemas onde já foram catalogadas quase mil espécies de plantas. Também é refúgio para animais endêmicos e ameaçados de extinção como os macacos bugio e mono-carvoeiro, a lontra, o veado-mateiro, o jacaré-do-papo-amarelo entre outros. Declarado pela Unesco em Reserva da Biosfera, um Patrimônio da Humanidade (ILHA DO CARDOSO, 2006).

esta comunidade de ilhéus, não se comporta como se de uma sociedade capitalista se tratasse.

Dessa forma, excluir significa colocar para fora dos parâmetros e normas que regem as relações sociais, não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Para Boneti (2003) excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. Uma morte lenta, sem dignidade, insegura e excluída são as condições que o futuro reserva para os moradores ilhéus e ex-ilhéus da cidade de Porto Rico.

REFERÊNCIAS

- ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagem. Disponível em: <http://www.abav.com.br/view_noticias.asp?anomes=&id=348>. Acesso em: 26 out. 2005.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio. **Impactos sócio-ambientais das grandes barragens na bacia do rio Paraná**. VI REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC – Maringá – PR, 28 a 31 out. 1998. p. 102 – 105.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio; GOMES, Luiz Carlos; SUZUKI, Harumi Irene e JÚLIO Jr., Horácio Ferreira. **Migratory Fishes of the Upper Paraná River Basin, Brazil**. Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (Nupelia), Depto de Biologia/Biologia Celular & Genética. Universidade Estadual de Maringá – UEM. 2004.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio; GOMES, Luiz Carlos; ZALEWSKI, Maciej. **The importance of floodplains for the dynamics of fish communities of upper river Paraná**. Ecohydrology Hydrobiology. Vol 1 nº 1-2, 2001. p. 209-217.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio e JÚLIO Jr., Horácio Ferreira. Peixes da Bacia do Alto Rio Paraná. In: **Estudos Ecológicos de comunidades de peixes tropicais**. LOWE-McCORNELL R. H. São Paulo: Ed. USP, 1999. p. 374-400.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio; JÚLIO Jr., Horácio Ferreira; BORGUETTI, José Roberto. **Considerações sobre os impactos dos represamentos na ictiofauna e medidas para sua atenuação. Um estudo de caso: Reservatório de Itaipu**. Revista Unimar. Maringá 14 (suplemento), 1992. p. 89-107.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio.; THOMAZ, Sidney Magela; MINTE-VERA, C. V.; WINEMILLER, K. O. **Biodiversity in the high Paraná River floodplain**. Biodiversity in wetlands: assessment, function and conservation, volume 1. Ed. B. Gopal, W. J. Junk and J. A. Davis, pp. 89-118. Leiden, the Netherlands: Backhuys Publishers, 2000.
- AGOSTINHO, Angelo Antônio; THOMAZ, Sidney Magela; NAKATANI, K. - **A planície de inundação do Alto Rio Paraná - SITE 6**. Disponível em <www.icb.ufmg.br/~peld/port_site06.pdf>. Acesso em 02 jan. 2006.
- ALLUT, Antonio Garcia. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, Antônio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 101-123.
- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3ed. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2001.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 273-290.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BONETI, Lindomar Wessler. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BONETTO, A. A. Fish of the Paraná system. In: Davies, B.R. and Walker, K.F. (eds) **The Ecology of River Systems**. Dr. W. Junk Publishers, Dordrecht, The Netherlands, 1986. p. 573-588.

CAMPOS, J. B. (org). **Parque Nacional de Ilha Grande; re-conquista e desafios**. Maringá: IAP, 1999. 118 p.

CARVALHO, Adriana Rosa. **Valoração Econômica-ecológica da planície de inundação do Alto Rio Paraná**. 2002. Tese (doutorado) - Programa de Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

CASTRO Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 165-182.

CESP. Disponível em: <http://www.cesp.com.br/institucional/usi_prim.asp> Acesso em: 08 Ago 2006.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 225-256.

COMTE, Augusto. **Reorganizar a sociedade**. Coleção grandes obras do pensamento universal – 18. São Paulo: Ed Escala, [2005?].

DESCARTES, René. CD-ROM – Livros Digitais. Revista Literatura Digital. Livros completos dos grandes pensadores. Videolar. Sob licença de Digerati. 2004.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, Antônio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 149-163.

DIARIO DE MARINGA, O. **Ilhéus pedem socorro**. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br/noticia.php?not=543517&foto=31-10-2004>>. Acesso em: 27 Abr. 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. **As ciências sociais e a questão ambiental: Rumo à interdisciplinaridade**. APED/UFGA, 1993. p. 219-247.

DIEGUES, Antonio Carlos. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4º ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 85-102.

DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque**. 2º ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio (ORG.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999. 2 ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004.

DUKE ENERGY. Disponível em: <http://www.duke-energy.com.br/PT/Usinas/uhe_rosana.asp?id=1_A1>. Acesso em: 08 Ago 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. As Cidades Ilegíveis – Percepção Ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999a. p. 61-80.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar Periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Edusp. 1999b.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GALDINO, Josiane C.; SEKINI, Elizabete S.; PRIOLI, Alberto J.; PRIOLI Sônia M. A. P.; JÚLIO Jr., Horácio F.; PRIOLI, Laudénir M. **Distância Genética Entre Populações de *Leporinus elongatus* (Characiformes), *Pseudoplatystoma corruscans* (Siluriformes) *Hemisorubim platyrhynchos* (Siluriformes) Isoladas por Sete Quedas**. Disponível em: <www.peld.uem.br/Relat2002/pdf/comp_biotico_diversidade.pdf>. acesso em: 08 ago 2006.

GODOY, Amalia Maria Goldberg (COORDENADORA). Economia: políticas públicas e qualidade de vida. Disponível em <http://www.peld.uem.br/Relat2001/pdf/componente_socioecon_economia.PDF>. Acesso em: 17 Jul 2006.

GOMES-POMPA, Arturo; KAUS Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 125-147.

GOPAL, B.; JUNK, W.J. **Biodiversity in Wetlands: assessment, function and conservation**. Vol 1 ed. B. Gopal, W.J.Junk, and J.A.Davis. Leiden, Netherlands: Backhuys. 2000. p. 1-10.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. A reserva da Jaqueira: Etnodesenvolvimento e turismo. In: Riedl, Mário; Almeida, Joaquim Anécio (org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 15º ed. Campinas, SP: Papirus. 2004.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do Anti-humanismo. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 81-99.

IBAMA. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/106.htm>>. Acesso em: 29 Jun. 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 02 Jan. 2006.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2002.

ILHA DO CARDOSO. **Ilha de vida** Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/ppma/parcard.htm>>. Acesso em: 21 Jun. 2006.

ITAIPU BINACIONAL, INFORMATIVO TÉCNICO, Usina Hidrelétrica de Itaipu. Principais características técnicas. Foz do Iguaçu, [1998?].

ITAIPU BINACIONAL. **Canal de Migração**. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em: 15 Mai. 2006.

JUNK, W. J. **Áreas inundáveis – Um desafio para a limnologia**. Acta Amazônica 10(4). 1980. p. 775-795.

JUNK, W. J.; BAYLEY, P. B.; SPARKS, R. E. **The flood pulse concept in River-Floodplain system**. In: D. P. Dodge [ed.] Proceedings of the International Large River Symposium. Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci. 1986. 106p. p. 110-127.

KREBS, Charles J. **Ecologia. Análisis experimental de la distribucion y abundancia**. Madrid: Ed. Pirâmides S.A. 1986.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **O Leopardo**. Tradução de Rui Cabeçadas. 3.Ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1963.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **"Questão ambiental e educação: contribuições para o debate"**. Ambiente & Sociedade, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999.

MALDONADO, Simone C. O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000. p. 59-68.

MAMIRAUÁ. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**, disponível em: <<http://www.mamiraua.org.br/2-0.html>>. Acesso em: 24 Abr. 2006.

MATO GROSSO DO SUL - DECRETO Nº 9.278 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998, disponível em: <http://www.sema.ms.gov.br/documentos/decreto9278_n.htm>. Acesso em: 24 Abr. 2006.

MAYER, M. **Educación Ambiental: de la acción a la investigación**. Enseñanza de las Ciencias, 1998, 16 (2), 217-231.

MEDEIROS, M. G. L. **Signos naturais e culturais em Porto Rico: Educação Ambiental e semiótica em uma microrregião da planície de inundação do Alto Rio Paraná, PR**,

Brasil. 2003. Tese (doutorado) - Programa de Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa opção. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de (org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 19-25.

MONTEIRO-FILHO, Maurício. **Modernidade não dá espaço a saberes tradicionais**. Disponível em: < http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=204&revista_id=3&Artigo_ID=3183&reftype=1&IDCategoria=3437&breadcrumb=1>. Acesso em: 02 Mai. 2006.

ODUM, Eugene. **Biografia de Eugene Odum**. Disponível em: <<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=9838&iLingua=1>>. Acesso em: 03 Abr. 2006.

OLIVEIRA, Guilherme Silva; SALLES, Mauro Henrique Dourador; CONCEIÇÃO, Fabiano Tomazini. **Enchentes: a interferência antrópica em um processo natural**. Disponível em: <<http://www.sorocaba.unesp.br/noticias/artigos/?a=31>>. Acesso em: 23 Mai. 2006.

PEIRCE, Charles Sanders. **Estudos coligidos**. 3 ed. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PIMBERT, Michael P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: Incluindo “participação no manejo de áreas protegidas”. In: DIEGUES, Antonio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 183-223.

POLÍCIA FLORESTAL. **Batalhão de Polícia Florestal**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/pmpr/bpms/bpflo/historicobpflo.htm>>. Acesso em: 23 Mai. 2006.

POLINARI, Marcelo. **Praias: Ambientes social e dimensionalmente gerados em Pontal do Sul (Paraná)**. 1999. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO. Porto Rico, [2004?]. CD-Rom de Divulgação.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Efrain Rodrigues, 2001.

QUINO. (Joaquim Salvador Lavado). **Homens de bolso**. Lisboa: Dom Quixote. 1990.

REPORTER BRASIL. **Modernidade não dá espaço a saberes tradicionais**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/reportagens/tradicionais/iframe.php>>. acesso em: 04 Mai. 2006a.

REPORTER BRASIL. **O bicho-homem fora do jogo**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=51>>. acesso em: 20 Jun. 2006b.

REVISTA VEJA. “**A araucária pede socorro**”, Páginas centrais, sem número. Ed. nº 1906. Maio/2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ROSA, Maria C. Processo de ocupação e situação atual. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. **A planície de inundação do alto rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e sócio-econômicos**. Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 1997. p. 371-394.

SÁ, L. C. **Porto Rico, um porto pobre**. Monografia de especialização em Arqueologia, Etno-História e Etnologia no Paraná. Universidade Estadual de Maringá – UEM, 1998.

SALDANHA, Iaskara. **Espaços, Recursos e Conhecimento Tradicional dos pescadores de manjuba em Iguape / SP**. PROCAM/NUPAUB/USP. Disponível em: <http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/00001481/00/Saldanha_Espacos_040511_Paper240.pdf>. Acesso em: 02 Mai. 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2002.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (ORG.). **Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB-USP, 2000. p. 47-65.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SEMA. Secretaria do meio ambiente. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/sema/a_unconserv_fd.shtml>. Acesso em: 26 Jun. 2004.

SILVA, E. A. R. **Ilhados em Porto Rico – do Éden pessoal ao dilúvio social**. 2002. Dissertação (Mestrado) Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais – Departamento de Biologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**, Vol 1, 3º ed. São Paulo: Aleph, 2000a.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**, Vol 5. São Paulo: Aleph, 2000b.

TALAVERA, Agustín Santana. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: Riedl, Mario; Almeida, Joaquim Anécio (org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TOMANIK, Eduardo Augusto. Elementos sobre as representações sociais dos pescadores “profissionais de Porto Rico. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. **A planície de inundação do alto rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e sócio-econômicos**. Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 1997. p.415-434.

TOMANIK, Eduardo Augusto; GODOY, Amália Goldberg; EHLERT, Leônidas Geraldo. A vida na região: Dados socioeconômicos do núcleo urbano de Porto Rico. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. **A planície de inundação do alto rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e sócio-econômicos**. Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 1997. p. 395-413.

TOMMASINO, Kimiye. **Fugindo do sistema: começo e fim da utopia dos ilhéus do Rio Paraná**. 1985. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAZZOLER, A. E.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Eds.) **A planície de inundação do Alto Rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, 1997.

VIOLANTE, A. C. **Museus e Memória: Presente, Passado e Futuro. Proposta de um museu de ciência para a cidade de Porto Rico – PR**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2003. 122 p. il.

WEARING, Stephen; NEIL, John; FIGGIS, Penny. **Ecoturismo. Impacto, tendencias y posibilidades**. Madrid – Espanha: Ed. Sínteses, 2000.

XETÁ. **Nome, língua e território tradicional**. Disponível em: <<http://www.pegue.com/indio/xeta.htm>>. Acesso em: 23 Mai. 2006.

GLOSSÁRIO

Antropocêntrico. Conceito que sobre-valoriza o ser humano e o valor instrumental da natureza para o homem; considera o homem como centro do universo e, portanto, interpreta tudo em função dos seres humanos e de seus valores.

Biodiversidade. A variedade de espécies diferentes e a variabilidade genética entre os indivíduos dentro de cada espécie.

Biologia da Conservação.

Biosfera. O ecossistema total da Terra.

Capacidade de carga. O nível de uso por parte dos visitantes que uma região pode assumir oferecendo um alto grau de satisfação para os visitantes e com pouquíssimo impacto sobre os recursos. Os cálculos para a capacidade de carga vêm determinados por muitos fatores, tanto ecológicos como sociais e empresariais.

Comunidade local. Tem a ver com um conjunto de relações sociais estabelecidas de uma forma particular e se baseia em algo que os indivíduos tem em comum, normalmente um sentido de identidade compartilhado.

Conservacionistas. Pessoas que pensam que os recursos se deveriam usar, administrar e proteger para que não se deteriorem nem sejam mal usados de forma desnecessária, de tal maneira que estejam disponíveis tanto para as gerações presentes como para as próximas. O movimento conservacionista foi criado por Gifford Pinchot, engenheiro florestal que apregoava o uso racional da natureza, agindo dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Em sua concepção a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torna-la mais eficiente. Com uma visão mais antropocêntrica, achava que a conservação deveria se basear em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a preservação de desperdícios e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos.

Desenvolvimento (projetos e iniciativas). A modificação da biosfera e o emprego de recursos humanos, financeiros, vivos ou não vivos para satisfazer as necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida do homem. A aplicação dos recursos humanos, financeiros e físicos a satisfação das necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida resultam, inevitavelmente, que as iniciativas e projetos de desenvolvimento acarretem uma modificação da biosfera e que alguns aspectos do desenvolvimento acabem por reduzir uma certa porcentagem dessa qualidade de vida, seja em âmbito local, regional ou nacional, inclusive o mundial.

Ecocêntrico. Aquele que tem o meio ambiente como elemento essencial no desenvolvimento dos sistemas de valores em contraposição ao antropocentrismo, que centra o papel do ser humano e o valor instrumental a natureza tem para ele.

Fitoplâncton. Plâncton (organismos que vivem ao sabor da maré) que realizam fotossíntese, também chamados de microalgas.

Ictiofauna. Fauna de peixes de determinada região, ou rio.

Macrófitas Aquáticas. Plantas de determinado tamanho, visíveis a olho nu, que ficam totalmente dentro da água, ou com parte fora d'água.

Nupelia. Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura. Pertencente à Universidade Estadual de Maringá - UEM, o nupelia foi criado por um grupo de docentes da UEM, aliado a uma pequena equipe de técnicos e graduados em 1983. Realizando estudos sobre ecologia de populações de peixes do reservatório de Itaipu, com suporte da Itaipu Binacional foram se agregando novos elementos, organizando-se uma infra-estrutura de apoio e expandindo a abrangência dos estudos, até que, em 1986, o Núcleo foi reconhecido formalmente dentro da UEM, como um núcleo multidisciplinar de pesquisas. Em 1991, estes pesquisadores criaram o curso de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais.

Organismos Bentônicos. Organismos rastejantes no fundo de rios ou mares, como caranguejos ou camarões.

Perifiton. Organismos de água doce, que vivem fixados em quaisquer substratos sob a água. Geralmente raízes de macrófitas ou pedras, entre outros substratos.

Poder Público. Considerado o Primeiro Setor: É o setor da sociedade que agrega as instituições de interesse público, mantidas pelo poder público (governos) e que existem para servir diretamente o público em geral. Constituem o Poder Público os órgãos governamentais como ministérios e secretarias, as autarquias. Para complementar temos o Segundo Setor que são as instituições mantidas pela iniciativa privada e o Terceiro Setor que agrega as instituições de interesse público, mantidas pela iniciativa privada.

Preservação Permanente. De acordo com a lei federal Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, em seu Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1. de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
2. de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
3. de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
4. de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
5. de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Itens 1 a 5 - redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

- f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
- h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
- i) nas áreas metropolitanas definidas em lei. (Incluído pela Lei nº 6.535, de 1978) (Vide Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

Preservacionismo. Se o conservacionismo é a base do uso múltiplo, e é atribuído a Pinchot, o preservacionismo tem suas origens modernas em John Muir, sendo descrita como a reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Muir desejava preservar os bosques deixando-os à margem do desenvolvimento, contra uma sociedade tecnocrática-industrial. O preservacionismo difere tanto do conservacionismo como da ecologia do bem-estar humano pois é menos antropocêntrico e mais ecocêntrico, valorizando o que se considera direito de outras espécies à existência. O preservacionismo tem influído muito no estabelecimento de parques nacionais em todo o mundo, pois quando as florestas passaram a ser manejadas, Muir voltou-se para a noção de Parques Nacionais intocáveis.

Rotíferos. Zooplankton rotatório, muito abundante nas águas doces e salgadas.

Zooplankton. Plâncton animal. Não sintetiza sua energia e alimenta-se, geralmente, de fitoplankton, além de outros zooplanktons.

Anexo 1

Roteiro aplicado na condução das entrevistas aos moradores e ilhéus da região de Porto Rico.

Perguntas abertas, procurando buscar as lembranças e os sentimentos do entrevistado. Em diversos casos o perfil pessoal como a idade, descendência, religião, estado civil entre outros não foi mencionado. A maioria das conversas se realizava na casa do entrevistado, em seu local de trabalho ou na barranca do rio, com diversas outras pessoas presenciando e interferindo na gravação, o que quase sempre avivava as lembranças e melhorava o trabalho de obtenção de dados. A esposa, quando estava presente nas entrevistas, dava uma grande contribuição, pois seu relato mostrava uma visão diferente da do homem, e seu trabalho foi muito importante nas enchentes e na lida agrícola.

Questões abertas. Todas as entrevistas.

1. Como era Porto Rico quando o Sr. chegou na região?
2. Como era o rio Paraná quando o Sr. chegou na região?
3. Como eram as ilhas quando o Sr. chegou na região?
4. Cite três coisas que mudaria em Porto Rico.
5. Cite três coisas boas em Porto Rico.

Conforme o andamento da conversa, questionava-se sobre a fartura, as terras, o gado, a pesca, se querem ficar nas ilhas, como manter os jovens nas ilhas, o que fazer para se manter em harmonia com o Parque Nacional e o IBAMA.

6. Fale sobre a fartura que havia nas ilhas antigamente?
7. E como era a criação de animais nas ilhas?
8. Como era a pesca antigamente?
9. Como vê os turistas? Que benefícios trazem para a cidade?
10. Como está a vida atualmente?
11. Como vê o futuro dos jovens em Porto Rico?
12. Como acha que estará Porto Rico daqui a cinco ou dez anos?

Anexo 2

Roteiro aplicado na condução das entrevistas aos turistas da região de Porto Rico, dos condomínios, clubes de pesca nas ilhas ou eventuais.

Questões abertas

1. Há quanto tempo freqüente Porto Rico?
2. Como era Porto Rico quando o Sr. chegou na região?
3. Como era o rio Paraná quando o Sr. chegou na região?

Conforme o andamento da conversa, questionava-se sobre os preços na cidade e a comparação dos preços com o local de onde veio, a pesca, a fiscalização, vias de acesso, o que a cidade oferece para o visitante.

4. O que vem procurar em Porto Rico ?
5. Como acha que estará Porto Rico daqui a cinco ou dez anos?
6. Cite três coisas que mudaria em Porto Rico.
7. Cite três coisas boas em Porto Rico.
8. Como vê os outros turistas em Porto Rico?